

MARIA LUISA CENAMO CAVALHEIRO

**FORMAÇÃO PERMANENTE DE PROFESSORES E PRÁTICAS DE
LEITURA: UM ESTUDO A PARTIR DO JORNAL *BOLANDO AULA
DE HISTÓRIA* (1998- 2005)**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE**

PUC/SP

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA LUISA CENAMO CAVALHEIRO

**FORMAÇÃO PERMANENTE DE PROFESSORES E PRÁTICAS DE
LEITURA: UM ESTUDO A PARTIR DO JORNAL *BOLANDO AULA
DE HISTÓRIA* (1998- 2005)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação da Profa. Dra. Paula Perin Vicentini.

PUC/SP

2006

BANCA EXAMINADORA

*Para Lua, Pedro, Diógenes,
Domitila, Sergio, Rafael,*

E Aos Meus Pais In Memória

SUMÁRIO

RESUMO	01
INTRODUÇÃO	02
CAPÍTULO I – Formação de Professores e Cultura Docente.....	20
CAPÍTULO II – Professores de história autoformação, invenção e autonomia: O GRUHBAS e seus membros.....	29
CAPÍTULO III – As práticas de leitura de professores: entre a prescrição e a invenção.....	51
CAPITULO IV – O jornal <i>Bolando Aula de História</i>: práticas de invenção e autonomia?.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
ANEXOS	
Anexo I – Lista dos Assinantes Institucionais do Jornal	
Anexo II – Ficha padrão do ciclo de vida do jornal	
Anexo III – Tabela autor/texto	
Anexo IV – Reprodução do <i>site</i> do GRUHBAS	

AGRADECIMENTOS

Este trabalho deve muito a algumas pessoas e instituições por diferentes razões. Mas eu gostaria de agradecer especialmente:

À minha orientadora, Profa. Dra. Paula Perin Vicentini, por compartilhar comigo a tessitura desta dissertação, sendo uma interlocutora disposta a oferecer estímulos e, principalmente, a percorrer novos caminhos, ouvir com interesse e ânimo todas as questões, dúvidas e problemas que surgiam durante o processo de reflexão. Por ser uma interlocutora paciente e generosa. Por sua amizade, principalmente. Pela compreensão silenciosa dos momentos difíceis pelos quais passei, permitindo que meu tempo interno fluísse, respeitosamente. Pela alegria de trabalharmos juntas.

A Profa. Dra. Maria Rita Toledo, também minha professora do Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC-SP, por ter despertado meu interesse pelas questões referentes às práticas de leitura e me orientado na busca de um objeto adequado de pesquisa, bem como pelas excelentes sugestões oferecidas durante o exame de qualificação, mesmo se algumas delas não pude (ou soube) aproveitar devidamente.

Ao Prof. Dr. Jaime P. Cordeiro, da Universidade de São Paulo, que me ofereceu, também durante o exame de qualificação, muitas sugestões, exemplos e críticas fundamentais para a reelaboração desta pesquisa.

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC-SP, que me possibilitaram encontrar os rumos mais adequados para minha pesquisa e os subsídios essenciais para minha formação acadêmica e para a qualificação da minha produção intelectual.

Aos colegas da turma com quem, com muita festa, alegria e carinho pude compartilhar as dificuldades, angústias, caminhos e descaminhos e as intensas reflexões deste percurso para chegarmos ao final desta trilha com o sentimento de profunda amizade e gratidão pela constante solidariedade inesquecível.

A Profa. Dra. Luciana Giovanni, pela confiança depositada em meu trabalho e as contribuições para as reflexões sobre a formação permanente de professores.

A Geraldo Roberto Pereira de Carvalho (Coordenador geral do GRUHBAS), a Sueli Oliveira Rocha (Coordenadora de publicações), a Cristiane Pinto Santos, e Luciana Lane Valiengo, pela carinhosa acolhida em minhas visitas à sede do GRUHBAS, disponibilizando os exemplares do jornal contidos no acervo, fornecendo as informações de que necessitei, sem as quais não existiria esta pesquisa, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus queridos alunos e alunas destes 25 anos de magistério que me fizeram educadora com os desafios, emoções e alegrias vividos, especialmente aqueles da turma do curso de magistério do 2º grau, na época, na EEPG Dom Duarte Leopoldo e Silva, dos quais alguns são meus colegas de profissão e amigos de uma vida inteira, agradeço com carinho.

Aos professores e professoras meus companheiros de uma trajetória de luta pela educação pública com quem compartilhei muitos momentos de derrotas e conquistas dos educadores guardados para sempre na memória. Especialmente às companheiras das equipes pedagógicas do Núcleo de Ação Educativa 1, com quem vivi uma experiência marcante em educação, e da equipe da Coordenadoria de Educação de Santo Amaro, cujo convívio marcou o meu ingresso no curso de pós-graduação pelo apoio, carinho e incentivo.

À amiga Rogéria Martins pela presença distante que não impediu o compartilhamento pessoal e intelectual deste importante momento de rupturas em nossas vidas. Pela sinceridade de nossa amizade acima de qualquer outra coisa.

À minha família, por todo apoio, carinho e amor.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação em Educação, História, Política, Sociedade, da PUC-SP, pelo carinho e atenção durante todo o processo.

A Camila Höfling, pelo trabalho de revisão e tradução, atento e criterioso.

À CAPES pela concessão da bolsa flexível, sem a qual não teria sido possível realizar a presente pesquisa.

A todos agradeço, profundamente, e dedico o resultado do trabalho.

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a analisar as práticas de leitura dos professores de história a partir do exame dos quarenta e oito números publicados no jornal *Bolando Aula de História*, desde 1998 até fevereiro de 2005. Esse jornal é produzido pelo GRUHBAS (Grupo de Estudos, Pesquisa e Projetos em História da Baixada Santista) com o intuito de constituir uma proposta de formação continuada que se configurasse como uma alternativa às iniciativas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. A partir de tal análise, identificou-se que tipos de conhecimento e de saber-fazer têm sido privilegiados na proposta de formação permanente veiculada pelo periódico, procurando apreender as representações do professor de história e de sua prática em sala de aula. Para tanto, investigou-se a maneira pela qual esta proposta se evidenciou no conteúdo das matérias publicadas pelo jornal e como ela se inscreveu em sua materialidade mediante o exame dos dispositivos que organizam a leitura e procuram imprimir um determinado sentido ao que é divulgado pela publicação. A análise permitiu estabelecer três fases da publicação marcadas pelo processo de profissionalização da produção do periódico que ocorreu paralelamente ao processo de institucionalização do grupo que o edita. Este processo evidenciou a passagem da tentativa de invenção de uma tradição à preservação de determinadas práticas de formação permanente por meio das práticas de leitura inscritas na materialidade do jornal. Fundamentam esta pesquisa os referenciais teóricos da história cultural, especificamente da história das práticas de leitura, construídos por Roger Chartier, os estudos sobre a profissionalização do magistério de António Nóvoa, o conceito de formação permanente de professores, que norteia os trabalhos de Gimeno Sacristán e de Andy Hargreaves.

ABSTRACT

This dissertation intends to analyze the history teachers' reading practices from the study of the forty-eight numbers published in the newspaper *Bolando Aula de História (Planning History Class)*, from 1998 to February, 2005. That newspaper is produced by GRUHBAS (Group of Studies, Researches and Projects in History of Baixada Santista – Santos-SP) with the intention of constituting a proposal of continuous formation that could be configured as an alternative to the initiatives of the General Office of Education of São Paulo State. From such analysis, we have identified which knowledge types and know-how have been privileged in the proposal of permanent formation transmitted by the newspaper, trying to apprehend the history teacher's representations and his practice inside the classroom. In order to do that, we have investigated how this proposal was evidenced in the content of the articles published by the newspaper and how it was enrolled in its materiality from the examination of the devices which organize the reading and try to establish a certain meaning to what is published. The analysis allowed us to establish three phases of publication marked by the process of professionalization of the newspaper production which occurred simultaneously to the process of institutionalization of the edition group. This process evidenced the passage of the attempt of inventing a tradition to the preservation of certain practices of permanent formation through reading practices enrolled in the newspaper materiality. As the basis of this research, we took into consideration the theoretical references of the cultural history, specifically the history of the reading practices by Roger Chartier, António Nóvoa's studies about the teaching professionalization, the concept of teachers' permanent formation that orientates Gimeno Sacristán's and Andy Hargreaves's studies.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se a analisar as práticas de leitura dos professores de história a partir do exame do jornal *Bolando Aula de História*, desde 1998 até fevereiro de 2005.¹ Esse periódico é produzido pelo GRUHBAS (Grupo de Estudos, Pesquisa e Projetos em História da Baixada Santista), com o intuito de constituir uma proposta de formação continuada que se configurasse como uma alternativa às iniciativas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Tal análise busca identificar que tipos de conhecimentos e de saber-fazer têm sido privilegiados na proposta de formação permanente veiculada pelo periódico, procurando apreender as representações do professor de história e de sua prática em sala de aula. Para tanto, investigou-se a maneira pela qual essa proposta se evidencia no conteúdo das matérias publicadas pelo jornal e como ela se inscreve em sua materialidade mediante o exame dos dispositivos que organizam a leitura e procuram imprimir um determinado sentido ao que é divulgado pela publicação. Assim, busca-se mostrar como o periódico procura interferir nos processos de formação permanente de professores de história e, desse modo, assegurar ao grupo um espaço na realização de iniciativas nesse sentido.

Tal proposta de análise baseia-se nos referenciais teóricos da história cultural, especificamente da história das práticas de leitura, construídos por Roger Chartier (2001), Anne Marie Chartier (2002), Jean Hébrard (2002), Antonio Petrucci (1999), Marta Maria Chagas Carvalho (2000), entre outros. Estes autores conceituam as práticas de leitura no campo das práticas culturais e observam que a materialidade do impresso contribui para forjar determinadas práticas de leitura, assim como pode possibilitar resistências produzindo diversidade nas apropriações dos sujeitos, muitas vezes fugindo das representações do leitor que o editor e autor supõem. Nessa perspectiva, as práticas de leitura são entendidas como “prática crítica criadora, inventiva, produtora” de sentidos desejados (CHARTIER, 2001, p. 95). Nesse sentido, cabe indagar se as propostas de inovações, voltadas para a formação permanente e prescrita pelo periódico, estão inscritas

¹ Cabe informar aqui que o periódico continua em circulação e o GRUHBAS edita também o *Bolando aula*, desde 1996, voltado para os professores do ensino fundamental I que circula mensalmente e com uma tiragem de 10.000 exemplares, e *Subsídio* desde 2001, voltado para os Dirigentes de ensino, membros de equipes técnicas e especialistas da educação, como periodicidade trimestral e tiragem de 3000 exemplares.

na sua materialidade? Que dispositivos do periódico prestam-se à formação permanente? Quais deles favorecem ou dificultam a sua apropriação? Que possibilidades de apropriação criadora apresentam? Indagações que busquei responder com a análise exaustiva dos números do jornal que circularam no período delimitado para o presente estudo.

Nos estudos desenvolvidos por Chartier (2001, 1999), o conceito de apropriação desempenha um papel fundamental, pois ele procura apreender o conjunto de regras de uma sociedade numa determinada época com relação aos textos que definem os limites e as formas do que se diz, tal qual aparece nas diferentes formações discursivas, sem deixar de indagar: que indivíduos, grupos e classes têm acesso a um tipo determinado de discurso? Como está institucionalizada a relação do discurso com quem o pronuncia, com quem o recebe? Como se assinala e se define a relação do discurso com seu autor? Como se desenvolve entre classes, nações, coletividades lingüísticas, culturais e étnicas a luta por uma apropriação dos discursos?

Nessa perspectiva, pode-se considerar o jornal examinado aqui um portador de determinadas representações de professor e de formação permanente que disputam com as representações que circulam no campo educacional através de outras instâncias de divulgação, produzidas por órgãos governamentais, universidades, além de outros grupos que procuram interferir nos processos de formação e nas práticas utilizadas para o ensino de história. Cabe esclarecer que este estudo adota o conceito de *campo* conforme define Bourdieu (1983). Em seu entender,

Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). Há *leis gerais dos campos*: campos diferentes (...) possuem leis de funcionamento invariáveis. Cada vez que se estuda um campo (...) descobre-se propriedades específicas, próprias de um campo particular. (...) Em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência.

Um campo, e também campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos. Para que um campo funcione é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas etc. Um *habitus* de um filólogo é ao mesmo tempo um “ofício”, um capital de técnicas, de referências, um conjunto

de “crenças”, como a propensão a dar tanta importância às notas quanto ao texto, (...) A estrutura do campo é um *estado* da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. (BOURDIEU, 1983, p. 89-90).

Esse movimento de circulação dos discursos a partir de sua impressão e das amplas possibilidades de apropriação pelos sujeitos imbricados nesta complexa teia de indivíduos, grupos, classes, nações, coletividades lingüísticas, culturais e étnicas leva Chartier (1999) a refletir, em seu livro *A aventura do livro - do leitor ao navegador*, sobre as publicações relativas ao ensino e as estratégias empregadas pelos autores e editores para procurar controlá-las.

O caso das lições, para empregar um termo antigo, não é fundamentalmente distinto daquele dos sermões ou do teatro. De um lado, há a necessidade de tornar público um trabalho para além da circunstância particular em que fora transmitido; de outro, a forte consciência de uma perda irremediável: a palavra (...) mesmo a do ensino, é uma palavra que se inscreve num lugar, num gestual, em modos de comunicação com auditório que são irremediavelmente perdidos pela fixação escrita. Para os autores contemporâneos junta-se a isso a questão da propriedade. Uma propriedade não apenas pensada em termos econômicos e financeiros, mas em termos de controle e exatidão: a correção do texto não deve ser prejudicada pelas transcrições apressadas, com equívocos do próprio professor, que nem sempre teve tempo de verificar todas as referências que cita de memória e que pode dar informações textuais inexatas. (CHARTIER, 1999, p. 28).

Os textos impressos no jornal *Bolando Aula de História*, em sua maioria, dizem respeito à situação de aula e, portanto, à prática pedagógica que procuram transpor para a esfera da escrita e inscrevê-la em outro lugar e, ao mesmo tempo, tentam controlar a sua correção e apropriação. Essa estratégia de deslocar a prática pedagógica da oralidade para a escrita visa a conferir um outro status para esta prática, ao utilizá-la como instrumento privilegiado de formação permanente de professores. Assim, busca-se dar legitimidade à prática docente, ao saber-fazer, nas tentativas de definir os procedimentos mais adequados para a formação permanente dos professores, procurando fazer frente à legitimidade do saber teórico produzido pelas universidades ou das orientações fornecidas pelas instâncias governamentais. O periódico estudado aqui deve ser considerado, portanto, um veículo que procura interferir nos processos de formação permanente dos professores de história, a respeito dos quais pode-se dizer que há uma luta de representação.

Considero as representações como construções, não dissociadas da realidade, produtoras de sentidos e que são estratégias de manipulação simbólica em disputa num campo por legitimidade, segundo Bourdieu. O que se fala tem a ver com a posição de quem fala que confere realidade ao que se pretende representar em busca de reconhecimento, adesão e visibilidade para determinadas representações em detrimento de outras. Representar é perspectivar quem fala, para quem este alguém fala, em que situação fala. Para Chartier (1994) “Representação é uma prática”,

um (...) sentido del concepto de representación: la construcción dinámica de los lazos sociales a través del mercado de las representaciones. Cada individuo, socialmente organizado, presenta una representación de si mismo mediante gestos particulares, manifestaciones de um estilo de vida, de uma manera de existir. estas representaciones que cada individuo, cada grupo e cada comunidade dan de si mismos y su reconocimiento o no reconocimiento por parte de los otros grupos y comunidades, constituyen a su vez la realidad social, conforman un elemento esencial em este proceso dinámico de la construcción de los lazos sociales. Este término ne parecia útil em este sentido como um objecto de lucha entre la representación propuesta y la representación impuesta. (...) Se puede utilizar este modelo para entender la constitución de grupos sociales nuevos o, por el contrario, el fracaso de estos intentos. (CHARTIER, 1994, p. 139 e 140)

Considerar a representação nessa perspectiva nos

obliga a estudiar las prácticas de la representación, los géneros, las reglas, las normas. (...) no se puede hacer una história de las prácticas utilizando las representaciones de esas prácticas sin hacer, al mismo tiempo, una história de las prácticas de la representación, uma história de las reglas de la producción textual o de la producción iconográfica. (...) lo que debemos estudiar es no unicamente el contenido de las representaciones sino asi mismo, como hacia Louis Martin, los dispositivos a través de los cuales una representación se presenta como representación de algo. (CHARTIER, 1994, p. 140 e 141)

A partir dessa perspectiva, procurei caracterizar a posição dos membros do grupo no campo educacional mediante a consulta a *sites* de busca na Internet, especialmente aqueles ligados à produção acadêmica e de formação permanente, tais como os da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História), ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação) e Plataforma *Lattes* do CNPq, entre outros, bem como a arquivos das entidades sindicais e partidárias. Além disso, conversei com os membros do próprio grupo sobre a sua trajetória. Com isso, foi possível caracterizar as ações dos integrantes do grupo para obter legitimidade no campo

educacional no que concerne à formação de professores de história, do ensino de história. Além disso, analisou-se o conteúdo dos textos veiculados pelo jornal e dispositivos organizadores da leitura procurando identificar as representações de professor de história, de formação permanente e de ensino de história, considerando também, a posição dos seus colaboradores no campo educacional.

Para Chartier (2001, 1999), a história das condições de produção, de disseminação e de apropriação dos textos tem uma pertinência particular, “por permitir uma descrição de forma rigorosa” dos dispositivos materiais e formais através dos quais os textos chegam a seus leitores, cujos conhecimentos técnicos constituem uma fonte essencial para uma história das apropriações. Esta história da apropriação acentua a pluralidade de empregos e de compreensões e a liberdade criadora – ainda que esta se encontre regulamentada – dos agentes que não servem nem ao texto nem às normas. A apropriação, tal como a entende Chartier, aponta para uma história social de usos e interpretações, inscritos nas práticas específicas que os produzem. Prestar atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, levam às operações de produção de sentido significa reconhecer que as categorias dadas como invariáveis se constroem na descontinuidade das trajetórias históricas.

Penso que as práticas de leitura dos professores constituem uma experiência importante de suas práticas de formação permanente, conforme assinalam as investigações sobre a imprensa periódica educacional. No caso do impresso investigado aqui, convém notar que se trata de um veículo que possibilitou alguns professores tornarem-se autores ao escreverem seus relatos de experiências para o jornal vivenciando a passagem da aula, que se baseia na oralidade, para o texto, prática da escrita. Tal fato permite discutir, então, a articulação entre estas duas práticas na dinâmica cotidiana do processo de profissionalização dos docentes, especificamente no que toca à formação permanente em serviço e às práticas de leitura como um de seus momentos. Outro fator importante para pensar as práticas de leitura e formação permanente inscritas na materialidade do jornal pesquisado é a especificidade dos membros que compõem o grupo que o edita. Ele é formado por professores de história da rede estadual de ensino, militantes sindicais e político-partidários de Santos que propõem através do jornal estas práticas. É importante notar que, desde a sua criação, o grupo passou por um processo de institucionalização e

conquistando um espaço na área de assessoria educacional, especialmente de formação permanente, e prestando serviços para diversas prefeituras do país.

A formação permanente dos professores e sua profissionalização têm sido objeto de minhas preocupações ao longo da observação das práticas realizadas e experimentadas nos últimos 25 anos em diferentes espaços e tempos, atuando como professora das redes estadual e municipal, assistente/assessora técnica pedagógica/educacional, formadora de educação continuada e coordenadora de Diretoria de Orientação Técnica. São muitos olhares que se somam e, portanto, podem ser muitos recortes: fragmentos que não compõem um todo ou um todo construído pelos fragmentos, pelas partes e, por isso, múltiplo e diverso, mas com unidade. A experiência vivida trouxe-me várias inquietações diante das experiências de educação permanente/continuada e a profissionalização conformando uma trajetória peculiar de formação em luta pela educação. Estou tomando aqui a referência teórica de Antonio Nóvoa (1992) quanto à formação do professor que se pauta pela história de vida. Neste processo vivido pude observar a busca da superação das dificuldades enfrentadas com o ensino e a aprendizagem dos alunos quanto ao ensino de história. Sentia o isolamento frente às dificuldades, não havia espaço para troca e discussão das questões e dos conteúdos que tanto eu quanto outros colegas trazíamos dos cursos de outras formas de atualização e aperfeiçoamento que vivia. Autores como Rui Canário (2000), Donald Schön (1993), José Gimeno Sacristán (1996), Ana Maria Saul (2001), entre outros, referem-se a situações semelhantes quanto à experiência dos docentes com sua profissionalização e formação permanente apontando que as ações de formação permanente são descentradas da escola e de seus projetos políticos pedagógicos o que dificulta sua eficácia.

Essas inquietações levaram-me a investigar o jornal *Bolando Aula de História* que se pretende portador de uma possibilidade de formação permanente chamada pelo grupo que o criou de **autoformação**, pois se baseia nas práticas docentes e visa à troca de experiências. Para os criadores do periódico, a experiência docente é uma das fontes deste processo de formação dos próprios professores que procuram divulgar suas práticas. O jornal é de distribuição gratuita, mas seus editores esperavam que os professores procurassem assiná-lo na medida em que fosse reconhecido como instrumento formativo que atendessem às suas reais necessidades. Atualmente, o jornal tem 119 assinantes – 111 individuais (sendo 15 de Santos) e 18 institucionais (escolas, secretarias

de educação, bibliotecas de universidades, e instituições de ensino superior) que se encontram arrolados no **Anexo I**, de acordo com a lista fornecida pelos seus editores no primeiro semestre de 2005. Entretanto, a tiragem divulgada é bastante superior e esse número alto pode ser explicado pela distribuição do jornal em eventos promovidos pelo grupo.

Dando voz aos professores e trazendo as contribuições da academia de acordo com as necessidades e solicitações dos mesmos, o grupo pretende se contrapor às práticas de formação continuada, entendidas como oficiais, ou seja, promovidas pelos órgãos governamentais ligados à Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e pelas universidades, consideradas distantes das reais necessidades dos professores que buscam “apoio didático” – experiências, propostas e sugestões concretas de práticas pedagógicas – que resolvam os dilemas vividos cotidianamente pelos docentes, conforme afirma o editorial do jornal número 1.

O percurso do grupo nesta trilha levou-o a constituir-se em uma entidade prestadora de serviços educacionais, especialmente assessorias a governos municipais e ao governo federal mais recentemente, conforme observaremos no decorrer deste estudo. Sua prática militante levou-o à realização de uma série de eventos como simpósios, encontros, seminários para professores e posteriormente para os outros segmentos da educação. Nestes eventos, o grupo procurou trazer educadores de renome nacional e internacional e versar sobre os temas candentes da educação em cada momento. Havia sempre nestes eventos oficinas realizadas pelos capacitadores do grupo ou professores próximos ao grupo que se dispunham a fazê-las. Esta estratégia visou atrair os educadores para conhecer, experimentar esta proposta de formação do grupo criando as condições de reconhecimento e legitimidade que o grupo precisava para se afirmar no campo da formação permanente de professores.

É importante lembrar aqui que as ações de formação permanente dos professores não constituem um fenômeno recente e em outros momentos ocorreram com diferentes denominações de acordo com as concepções que as orientavam, como por exemplo: reciclagem, aperfeiçoamento, capacitação, educação permanente, formação continuada, entre outros (BORGES, 1998). Os significados destes termos foram estudados por Marin (1995, p.14-18), já o conceito de formação permanente em serviço descentrada da escola foi objeto do trabalho de Rui Canário (2000). A formação permanente tem sido

objeto de estudo e investigação de autores internacionais e nacionais e, além disso, podemos destacar uma tendência crítica em relação às práticas de formação pela via da multiplicação e da capacitação direta com o professor que promovem a formação permanente descentrada da escola, desarticulada dos projetos e da realidade da escola, bem como crítica em relação aos saberes e metodologias que são privilegiados.

As investigações têm apontado para a formação de professores reflexivos, para a formação na ação tendo a escola como “locus”, discutida e gestada com os docentes a partir de sua realidade. Donald Schön (1993), em sua obra *Formar professores como profissionais reflexivos*, situa a questão no quadro das reformas educativas reguladoras e controladoras das escolas e do hábito de culpar os alunos e professores pelos fracassos na educação. Esse autor destaca a necessidade de intervenção nas competências que os professores devem ajudar as crianças a desenvolver, nos tipos de conhecimentos e de saberes que permitam aos professores desempenhar o seu trabalho eficazmente em um tipo de formação que equipe os professores com as capacidades necessárias ao desempenho de seu trabalho – o conflito entre o saber escolar e a reflexão na ação dos professores e alunos, “idéia que não é nova, aparece em Tolstoi, Dewey, Schultz, Vigotsky, Lewin, Piaget, Wittgenstein e Hawkin” (SCHÖN, 1995, p. 31). O autor exige também o olhar retrospectivo – refletir sobre a reflexão na ação.

Tal concepção adquire especial importância para o presente estudo que tem como objeto o jornal *Bolando Aula de História*, que foi criado por um grupo de docentes da Diretoria Regional de Santos que buscaram, com esta iniciativa, “inventar” a sua própria formação permanente. Na década de 1990, os educadores no estado de São Paulo experimentaram várias mudanças nas políticas educacionais e de formação continuada dos professores o que a torna um momento rico para investigação sobre este tema. Os trabalhos de Carvalho (2000) e Borges (1998) apontam as fragilidades e limites das ações de formação da SEE/SP nesse período, apresentando-as como pontuais, descontínuas, fragmentadas, descentradas da escola.

Com o intuito de permitir uma melhor compreensão acerca das críticas dos docentes às iniciativas oficiais e universitárias e as possibilidades de ruptura que a proposta presente no jornal *Bolando Aula de História* aponta em sua materialidade e em seu conteúdo, convém caracterizar aqui as políticas públicas de educação quanto à formação permanente. A luta dos professores nas décadas de 1980 e 1990 incluía a reivindicação

pela formação permanente em serviço. Os governos responderam na maioria das vezes com propostas de formação no período de férias ou fora do horário de trabalho. Durante o governo de Mário Covas, em sua primeira gestão de 1994 a 1998, tendo como Secretária da Educação Rose Neubauer, realizou uma política educacional que promoveu a reorganização das escolas estaduais em 1996 separando o ciclo I e II do ensino fundamental para preparar e facilitar a municipalização do ensino prevista pela LDB. Parte desta política incluía o investimento em formação continuada de professores em serviço: o Programa de Educação Continuada (PEC) ocorreu em todo o estado e envolveu todos os professores e equipes técnicas escolares compulsoriamente realizando-se no horário de trabalho. Este programa foi realizado durante os anos de 1997 e 1998 em módulos num total de 96 horas. Além de não haver uma única instituição que pudesse dar conta da formação de todo este corpo de profissionais devido ao tamanho da rede estadual de ensino, a adoção do modelo neoliberal para a gestão do Estado levou à privatização da formação permanente por meio das assessorias de entidades privadas para prestar este serviço.

Para se compreender esse processo, precisamos inicialmente situar as políticas públicas no contexto das críticas ao modelo Keynesiano de Estado que, conforme Maria das Graças Ribeiro (2000), assume, “devido às pressões do movimento operário, medidas de proteção social”, foram criadas com vistas à construção do chamado Estado de Bem-Estar Social, “defendido por governos do mundo ocidental na perspectiva da funcionalidade e manutenção da ordem capitalista”. Após os anos 1970 houve um processo de deterioração da rentabilidade do capital, inerente ao processo de acumulação capitalista causando instabilidade no mercado. Contrapõe-se, então, ao Estado de Bem-Estar Social o Estado Mínimo, que questiona o planejamento da economia e o papel ativo do Estado na área da política econômica e defende o mercado como o mecanismo por excelência de decisão e alocação de recursos. Tal perspectiva gerou, em diferentes países, uma série de reformas voltadas ao privatismo e à desconcentração do Estado, porém sem deixar de lado a centralização, estimulando a retirada do Estado dos diversos setores econômicos e principalmente sociais, entre eles a educação.

Nesse sentido, é importante esclarecer que, nesta pesquisa, utiliza-se o termo reforma partindo do pressuposto de que não há um único modelo de reestruturação. Para Martins (2002), citando Gimeno Sacristán (1998), reformas educativas são programas

empreendidos pelo Estado, que podem ser entendidos como uma ação ou uma série de ações delimitadas em um tempo e expressando políticas educativas. Ele diz que

Entender essa reordenação pressupõe situar os acontecimentos específicos da educação no interior de uma formação histórica entendendo que toda reforma envolve relações de poder e conhecimento. De um lado, o poder de definir e normatizar novas práticas por parte do Estado, bem como o poder de definir o alcance das medidas governamentais, a quantidade de dinheiro a ser investido na reordenação. Ao mesmo tempo, poder de legitimar um determinado discurso sobre educação, incluindo nisso uma compreensão sobre o que deve ser melhorado, quais setores receberam prioridade, que parcela do público será revitalizada ou beneficiada com essas reformas. A capacidade de decidir acrescenta-se um conjunto de saberes técnicos e racionais, que procuram definir o melhor ou mais eficaz meio de legitimar a reforma (MARTINS, 2002, p. 51-52).

A questão da reforma coloca-se aqui para entendermos a política de formação permanente da rede estadual de ensino de São Paulo implementada com a aprovação da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) em 1996, do Plano Decenal de Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em nível nacional. A Proposta Curricular de História da CENP (Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas) da Secretaria Estadual de Educação implantada em 1992 no Estado de São Paulo também é uma medida importante para se entender as mudanças pelas quais passou o ensino paulista nesse período. Faz-se necessário situar, ainda, o panorama mais geral em que se insere a noção de políticas públicas, considerando toda uma rede de articulações sem tomá-las como absolutas, unívocas, homogeneizadoras e totalitárias. Nesse sentido, é importante notar as inúmeras variáveis que interferem no processo de formulação e implementação das políticas públicas e compreendê-las no espaço de disputas travadas no campo educacional, entre grupos sociais e entre culturas, inclusive a cultura docente, escolar, política entre as práticas políticas oficiais, das agências financiadoras e dos grupos profissionais, por exemplo.²

² Viana (1996), em artigo em que resenha uma série de estudos metodológicos sobre *policy making* atuais e clássicos, destaca a “intensa produção de cientistas políticos (...) sobre os caminhos da ação estatal – o Estado em ação –, isto é, o modo de operar do Estado que se traduz no ato de fazer políticas públicas” (p. 5). Estes estudos analisam o “modo de funcionamento da máquina estatal” buscando identificar “as características das agências públicas ‘fazedoras de políticas’; dos atores participantes desse processo de ‘fazer’ políticas; dos mecanismos, critérios e estilos decisórios utilizados pelas instituições responsáveis por ‘fazer’ políticas; das interlocuções entre essas variáveis (agências e atores); e variáveis externas que influenciam esses processos (...) visando obter (...) um maior conhecimento a respeito das características mais gerais dos sistemas

Observa-se que, no caso dos atores envolvidos na formulação e desenvolvimento da política de formação de docentes da SEE/SP (Secretaria Estadual de Educação de São Paulo), houve uma multiplicidade de instituições e agências formadoras desenvolvendo o PEC 1997/98 cada qual com seus objetivos específicos articulados com os objetivos definidos pela SEE/SP. Este quadro possibilitou uma gama de experiências diferenciadas na formação dos professores, desde as mais tecnicistas às mais inovadoras, oscilando entre esses extremos e chegando, em alguns casos, a fugir totalmente do que os organismos financiadores pretendiam. É preciso considerar, ainda, que houve distâncias consideráveis entre as propostas objetivas da SEE/SP e as ações concretas dos formadores de acordo com a instituição, a diretoria regional de ensino, a localidade e os professores e seus níveis de organização e poder de influência.

Vejamos o que diz Fúlvia Rosemberg (2002), discutindo a construção social das políticas educacionais no Brasil e sistematizando conhecimentos em torno do tema das organizações multilaterais. Preocupada em apontar e aprofundar o “papel das negociações de programas e projetos educacionais orientados/financiados por organizações multilaterais” (p. 64), a autora chama a atenção para a existência de resistências internacionais e nacionais com possibilidades de impacto diante do poderio político, econômico e técnico dos BMD (Bancos Multilaterais de Desenvolvimento). Pode-se dizer que estas observações se aplicam aos programas de formação docente realizados recentemente como o PEC/SEESP, financiados pelo Banco Mundial, passando por processos de aprovação não só do Senado Federal, mas também das instâncias estaduais como a própria SEESP e sofrendo a interferência das instituições contratadas para oferecer a formação dos professores. Assim devemos analisar as políticas públicas educacionais de formação docente como resultado de um processo de negociação política bastante complexo. É este olhar apurado e atento aos detalhes que orienta esta breve análise sobre as políticas de formação permanente, especificamente sobre o PEC/SEESP.³

políticos e das relações que se estabelecem entre políticas públicas e política, de um lado, e entre governo e sociedade, de outro” (p. 5-6).

3 Silva (2002), tratando da intervenção e consentimento quanto à política educacional do Banco Mundial entre 1970 e 1996, traça um histórico do processo de surgimento do mesmo e suas modificações desde 1944 até 1990 destacando o desenvolvimento de uma política específica para a educação. As informações e análises de Silva são importantes para este projeto, pois foi o Banco Mundial que financiou o PEC/SEESP. Seu trabalho aponta o início da participação sistemática e direta do Banco Mundial no âmbito da educação com capacidade de intervenção e formulando políticas educacionais para a América Latina nos anos 1960.

Em nível federal, a elaboração dos PCN evidencia a complexidade desse processo, pois, embora tenha sido uma iniciativa oficial dentre outras medidas promovidas na área educacional nos anos 90⁴, contou com a participação de pesquisadores da área, dentre os quais, no caso de História, encontram-se membros do próprio GRUBHAS. Deve-se ressaltar, na elaboração dos Parâmetros referentes a esta disciplina, o trabalho desenvolvido pela professora da Universidade de São Paulo – Circe Bittencourt – que, conforme veremos, também atuou em algumas iniciativas do grupo.

Assim, priorizando agora o tema das práticas de leitura dos professores de história, apresenta-se a relevância de investigar as marcas inscritas na materialidade do jornal *Bolando Aula de História* quanto à constituição de uma proposta de formação permanente autônoma, elaborada pelos próprios professores, com o intuito de responder às suas necessidades e saberes.

*

* *

Para a análise do conteúdo e da materialidade do jornal *Bolando Aula de História*, procedi ao exame dos 48 números, editados desde o início da publicação em fevereiro de 1998 até fevereiro de 2005. O jornal continua sendo editado, mas por razões concernentes aos prazos desta pesquisa será analisado aqui somente até o número 48 de fevereiro de 2005, o que resultou na elaboração da ficha padronizada (**Anexo II**) de acordo com o modelo elaborado por Pierre Caspard (1997), mediante a qual é possível reconstituir o ciclo de vida do periódico. Além disso, foram organizados quadros que permitem

Este visualizava a educação como uma indústria que precisava de uma revolução tecnológica, reconhecendo-a como “necessidade para todos e essencial para o desenvolvimento econômico, mas qualitativa para poucos eleitos” (SILVA, 2002, p. 58). Com base nos argumentos da teoria do capital humano – educação escolar é igual a maior produção e maiores investimentos – e da teoria da modernização tecnológica (função econômica do conhecimento), o BM redefiniu em 1975 as políticas para o setor educacional de tal forma que sua presença neste campo através de programas, projetos e reformas nos Estados capitalistas Latino-americanos e por estes incorporados lhe garante aprovação de empréstimos externos para as áreas estratégicas da produção tanto pública como privada. Estes programas, projetos e reformas buscam o reordenamento organizacional, curricular e político da educação escolar pública. Pode-se observar que, no estado de São Paulo, foram implementadas inúmeras medidas (a reorganização das escolas da rede estadual iniciada em 1996, o SARESP iniciado e realizado em 1996, a reestruturação de carreira do magistério e a própria realização do PEC1997/98) que respondem à exigência de reordenação curricular e da política da educação escolar.

4 Dentre tais medidas, pode-se mencionar as reformas do ensino médio, a instauração dos exames nacionais do ensino superior, municipalização do ensino fundamental, entre outras.

visualizar as temáticas mais recorrentes e os principais colaboradores e também foram elaboradas fichas sobre a materialidade do jornal.

As formas de sistematização utilizadas contaram também com a elaboração da tabela autor/texto que permite visualizar os principais colaboradores, que tipo de texto predomina no impresso e a inserção dos colaboradores no campo educacional. Esta tabela (**Anexo III**) teve por base o modelo que consta do estudo de Vicentini (1997) sobre a *Revista do Professor* do CPP (Centro do Professorado Paulista) e apresenta os colaboradores por ordem alfabética com a lista de artigos publicados no jornal explicitando o tipo de texto, como resenhas, relatos de práticas, apoio didático, entrevista, editorial, texto sobre teoria da história, do ensino da história ou teoria educacional, e transcrição de legislação; o número de páginas de cada texto; o número e o ano em que foi publicado e a posição do autor no campo educacional. Os editoriais aparecem nesta tabela a partir do nome de seus autores que, quando não foram identificados pelo periódico, foram definidos como o GRUHBAS. As transcrições de legislações foram referenciadas como de autoria dos órgãos que as produziram, por exemplo, autor: MEC; texto: Parâmetros Curriculares. A opção de colocar na mesma tabela o autor e o texto deve-se à necessidade de visualizar os elementos que podem caracterizar o periódico como produzido por professores da rede pública ou não, como alternativo às propostas oficiais ou não. Produzir tabelas separadas dificultaria este tipo de verificação e promoveria um vai-e-vem desnecessário para evidenciar as respostas às indagações desta pesquisa. A partir desta tabela construí quadros específicos introduzidos ao longo do texto conforme a necessidade de visualização dos aspectos tratados em itens específicos analisados. Optou-se por mantê-la como anexo para permitir a utilização dos dados em outras pesquisas.

Pierre Caspard e Penélope Caspard (1997) apontam que os estudos clássicos da história da formação de professores privilegiam as instituições como as escolas normais deixando de abarcar os professores que deixam de lecionar após alguns anos, os professores que não são formados nessas instituições e a formação continuada. No que diz respeito a este último aspecto, a imprensa periódica pedagógica constitui uma fonte de grande importância, pois se destina justamente à formação continuada de professores. Catani e Bastos (1997) acrescentam que

Com a preocupação de avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas e as práticas educativas, a imprensa periódica educacional, feita por

professores para professores, feito para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições (sindicatos, partidos políticos, associações e Igreja), contém e oferece dados básicos para a compreensão da História da Educação e do Ensino. (p. 5)

Reafirmando a importância da imprensa periódica educacional, Nóvoa (1993) descreve-a como “o melhor meio para apreender a multiplicidade do campo educativo” (p. 6), destacando três potencialidades desses materiais:

- revelar tanto as múltiplas facetas dos processos educativos, em uma perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos), como também o papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização de crianças e jovens;
- ser o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre teoria e prática: senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustradas, uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir de diversos atores (professores, alunos, pais, associações, instituições);
- ser o lugar de uma permanente regulação coletiva: a elaboração de um periódico apela sempre a debates e a discussões, a polêmicas e conflitos. Mesmo quando é fruto de uma vontade individual, a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto aos poderes públicos ou nos editoriais de abertura. (p. 6-7)

Catani e Bastos (1997) destacam ainda essa imprensa como instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional e que a análise do ciclo de vida das revistas de ensino permite conhecer as lutas por legitimidade que se travam neste campo, bem como identificar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visavam instaurar práticas exemplares.

Carvalho e Vidal (2000), no livro *Biblioteca e formação docente, percursos de leitura (1902 – 1935)*, reúnem os ensaios fruto das pesquisas desenvolvidas no Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, no âmbito do projeto *Impressos, Leitura e instituições escolares no Brasil*, inscritos no

campo da história material da produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos, que partilha a hipótese de que estudos centrados nos usos pedagógicos do impresso podem trazer uma inteligibilidade nova sobre a história da escola e dos saberes pedagógicos e as práticas que a constroem. (CARVALHO E VIDAL, 2000, p. 7).

Reforçam novamente as potencialidades dos estudos de impressos educacionais pondo “em evidência os usos diferenciados que são feitos de objetos e de modelos culturais, trazendo para o centro da atenção as práticas de leitura de professores e suas prescrições” (CARVALHO E VIDAL, 2000, p. 7) que são objetos desta investigação.

Carvalho e Biccás (2000), destacando o estudo sobre impressos de destinação pedagógica e seus usos escolares, apontam que estes constituem um importante campo de investigação historiográfica, enfatizando os suportes materiais da produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos, abrangendo a imprensa periódica especializada em educação.

Nessas investigações, o impresso passa a interessar como objeto, no duplo sentido de objeto de investigação e de objeto material, cujos usos, em situações específicas, se quer determinar. A materialidade desses objetos passa a ser o suporte do questionário que orienta o investigador no estudo das práticas que se formalizam nos seus usos. É a ênfase nesses usos que desloca o olhar do historiador da educação dos modelos pedagógicos (tenham eles caráter de lei, regulamentos, preceitos, doutrinas ou sistemas pedagógicos) para a multiplicidade dos dispositivos materiais em que se inscrevem, como produtos culturais determinados, e para as práticas diferenciadas de apropriação deles.

Tomar o impresso em sua materialidade implica tratá-lo como objeto cultural que, constitutivamente, guarda as marcas de sua produção e de seus usos. No caso dos impressos de destinação pedagógico-escolares, trata-se, em primeiro lugar, de analisá-los da perspectiva de sua produção e distribuição, como produtos de estratégias editoriais determinadas. (...) trata-se de analisá-los como suporte material de práticas de leitura e de seus usos escolares. Empreender esse tipo de “arqueologia dos objetos em sua materialidade” é um procedimento que pretende discernir, na materialidade dos impressos analisados, as marcas de sua produção, circulação e uso. É procedimento que delinea um itinerário de investigação multifacetado e que se recorta em vários campos de pesquisa historiográfica: História das edições; (...) história dos saberes pedagógicos que, veiculados pelo impresso, normatizam as práticas escolares, constituindo objetos de intervenção. (CARVALHO e BICCÁS, 2000, p 63-64).

Ampliando as contribuições e especificando o caráter desta investigação, pautaremos a análise nos referenciais de Toledo (2001) apresentados em sua tese de doutorado sobre a *Coleção Atualidades Pedagógicas* (1931 a 1981). Partindo da proposta da História Cultural, a autora considera o impresso um objeto cultural e trabalha com os conteúdos da coleção em relação à materialidade de seus processos de produção, circulação, imposição e apropriação pelos agentes envolvidos. Em seu estudo, Toledo traçou o perfil da coleção a partir do levantamento dos títulos e autores, dos temas e dos tradutores selecionados pelos editores de modo a compreender os critérios propostos para sua constituição. Ela também analisou a coleção do ponto de vista de sua realização material (capa, recursos tipográficos etc.) através dos editoriais reconstruindo as

representações dos editores em relação ao projeto editorial da coleção. Tais perspectivas de análise são de grande importância para o estudo realizado.

Outra investigação que trilhou semelhante percurso no campo da história cultural e da imprensa periódica é o estudo de Barssotto (1998) sobre a *Leitura de revistas periódicas: forma, texto e discurso. Um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976)* que desenvolvendo sua pesquisa na direção da diferenciação entre texto e discurso, verificando a formação discursiva e a prática discursiva; os procedimentos de textualização (*mise en texte*), composição (*mise en livre*) e a mobilização de sentidos (*mise en discours*) procurando apreender os sujeitos, os sentidos e significados impetrados pela leitura através da compreensão, interpretação e produção materializadas na revista. Suas reflexões orientam observações sobre a materialidade do jornal *Bolando Aula de História* auxiliando na análise destes mesmos aspectos.

Cito finalmente a tese de doutorado de Maurilane Souza Biccas (2001) *O impresso como estratégia de formação de professores e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais* que articula dois vértices importantes abordados aqui, qual seja o impresso periódico educacional como estratégia de formação de professores e a análise dos dispositivos organizadores da leitura trazendo uma importante contribuição para o estudo em questão.⁵

Devo informar ainda que, sobre o jornal *Bolando Aula de História*, não localizei qualquer produção acadêmica científica até esta data. Assim, o presente trabalho visa a contribuir para aprofundar os inúmeros estudos sobre as práticas de leitura dos professores identificando comunidades de leitores, suas constituições, seus objetos, usos e maneiras de ler, apropriações, desvelando faces específicas da cultura dos professores de história inscritas nesse jornal *Bolando Aula de História*, dialogando com os trabalhos acima citados.

No **Capítulo I**, apresentarei as tendências recentes da política de formação permanente na perspectiva do debate atual sobre a formação em serviço, pois se pretende

⁵ Há ainda os trabalhos de André Belo (2002), Vânia Laneuville Teixeira (2004), e Ludimila Tomé de Andrade (2004), que se referiram à materialidade dos impressos educacionais, não especificamente periódicos, ou a práticas de leitura analisadas a partir da materialidade, não especificamente sobre a formação permanente, mas sobre formação inicial ou sobre outras disciplinas escolares entre outros trabalhos encontrados na realização do levantamento bibliográfico que também contém elementos importantes para se compreender a análise apresentada aqui.

privilegiar as práticas de leitura dos professores de história inscritas na materialidade do jornal *Bolando Aula de História* como práticas de formação permanente.

O **Capítulo II** apresentará a caracterização do GRUHBAS e de seus membros, bem como um breve histórico do mesmo a partir de fontes como a dissertação de mestrado de um de seus fundadores – Geraldo Roberto Pereira de Carvalho (2000), consulta a *sites* de busca da Internet, especialmente dos *sites* do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História) da APEOESP, Partido dos Trabalhadores e entrevistas com membros do grupo.

O **Capítulo III** abordará a história das práticas de leitura e a imprensa periódica educacional, uma vez que estes campos possibilitam elucidar que as práticas de leitura inscritas na materialidade do jornal *Bolando Aula de História*.

O **Capítulo IV** destina-se à descrição do jornal apresentando as análises que se delinearam ao longo desta pesquisa, a partir dos quadros e sua análise no contexto dos itens e subitens que dão conta dos diferentes aspectos observados quanto às estratégias editoriais, os conteúdos e os dispositivos que organizam a leitura do periódico organizada a partir das suas diferentes fases identificadas neste estudo.

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO PERMANENTE E CULTURA DOCENTE

A partir da década de 1990, a educação permanente no Brasil assume um papel de destaque na política pública educacional para melhorar a qualidade da educação no Brasil, considerando especificamente o cap. III, seção I art.206 itens V e VII da Constituição Federal de 1988, a Lei no. 9394 de 1996 – LDB - Título II Art. 3º itens II, VII e IX; Título III Art. 4º item IX; a Resolução CEB 02/98; a Emenda Constitucional no. 14/95 que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o Plano Nacional de Educação, o Plano Decenal de Educação e as políticas estaduais e municipais das suas atuais gestões. Além disso, tem sido objeto de pesquisa de vários estudiosos como Alda M. Junqueira (1996, 2004), Josimas Geraldo Lucas (1992), de José Cerchi Fusari (1998), Selma Garrido Pimenta (1990), Bernadete Gatti (2001), Rosa Maria Torres (1998), para citar alguns.

Carvalho (2000), em seu estudo sobre a experiência do GRUHBAS, observa que a educação continuada tem sido alvo de fortes investimentos nos últimos anos; é reflexo da nova legislação educacional; busca enfrentar o fracasso escolar; é associada ao sucesso da criança na escola. Assim, a educação continuada adquire significado como aquela que é factível na sala de aula, produz sucesso em sala de aula e reduz os índices de evasão e repetência. Dessa forma, os programas de educação continuada deveriam oferecer propostas concretas para a sala de aula. O autor afirma, ainda, que nos anos 1990 a pauta de educação incorporou definitivamente a educação continuada marcada por ações pontuais, que carecem de continuidade e complementaridade conforme ocorreu com a capacitação de 30 horas centralizada oferecida no governo Fleury e com o PEC (Programa de Educação Continuada) de massas – 96 horas descentralizado com acompanhamento da prática do primeiro para o segundo mandato do Governo Covas.

Nesse sentido, é importante apresentar aqui as tendências de formação docente nos anos 1990, tomando como referência os estudos de Rosa Maria Torres (1998). A autora chama a atenção para a presença da formação docente nos discursos e na execução das políticas educativas disseminadas pelos organismos internacionais, com enorme peso no desenho e financiamento de políticas educativas, destacando o Banco Mundial (agência com maior presença financeira e acesso ao delineamento daquelas políticas nos países em desenvolvimento). O Banco Mundial tem papel muito importante na definição de prioridades, estratégias e conteúdos concretos que as reformas educativas adotam em cada país.

As tendências tomam em geral duas direções – reproduzem o velho modelo convencional de educação e formação docente sob novas formas ou rumam para o novo, para mudança, para posições renovadas, revolucionárias em alguns casos. Vive-se grande contradição nesse cenário e reforça-se a tradição dicotômica das políticas educativas e as reformas e inovações opção entre pares, lógica binária que perpassa a formação docente um conjunto de velhas e novas tensões, entendidas como opções, marcam a definição de políticas dentro deste campo. Entre outras:

- ✓ Conhecimento do professor versus aprendizagem do aluno, assumindo-se uma relação direta e mecânica entre ambos, ou – como tendência dominante na atualidade – negando-se ou minimizando-se o impacto do primeiro sobre o segundo;
- ✓ Formação inicial versus capacitação em serviço como dois momentos distintos, desvinculados, em lugar de reconhecer-se à necessidade de um sistema unificado de formação docente e de renovação profunda dos conteúdos e modos tradicionais de promover formação/capacitação docente em geral, tanto inicial como em serviço (TORRES, 1998, p. 173).

A autora destaca, ainda, estudos que questionam o pressuposto “quanto mais qualificado o professor, melhor seria a sua prática em sala de aula” (TORRES, 1998, p. 174) e procura relacionar a formação docente ao desempenho pedagógico e ao rendimento escolar ressaltando que a investigação educativa tem se preocupado com os discursos e não com a realidade que flagra a realidade profissional na qual trabalham os professores e as suas condições de trabalho” (TORRES, 1998, p. 174).

Bernadete Gatti (2001), por sua vez, chama a atenção para a formação dos formadores e as ações a desenvolver numa formação com contatos

face a face, trabalho intenso de trocas, um corpo a corpo com os professores formadores por interlocutores qualificados e entre os professores formadores e os próprios professores da escola...onde conflitos, ambigüidades, dúvidas e diferenças... emergem e gerem

alternativas docentes, num movimento reflexivo compartilhado. É preciso rever a perspectiva buscando o referencial essencial que já colocado e recolocado na história da educação – professor para quê? Retomando aqui de meu ponto de vista a vontade, o querer, o projeto, a ideologia. Aponta dois movimentos que permeiam a formação dos formadores e dos professores – de um lado o treinamento – mais predominante nas escolas particulares – rígida, conformada por modelos de ensino, professor sem autonomia, apostilas. De outro lado às formações de compromisso político que se esvaziaram de conteúdo das práticas cotidianas.

Hoje estamos diante de um novo tecnicismo na esteira da vertente que enfatiza a competência pedagógica. O que predomina é uma avalanche de textos e discussões sobre “habilidades” e “competências” que mais uma vez vem traduzir o humano por funcionalidades abstratas, porque discute competências e habilidades como se os seres humanos fossem todos universalmente iguais, como se esses conceitos fossem estruturais, como se não houvesse culturas e linguagens diferenciadas, ou formas relacionais diferentes, que se constroem e se sustentam não só num lócus racional formal, mas que esse lócus também tem uma construção cultural, pessoal, emocional, não linear, porque as pessoas, as crianças e jovens constroem suas existências, seus modos de ser e pensar das formas mais inusitadas e complexas nos contextos dos quais são participes ativos... e escolas em seu conjunto interativo de pessoas. (GATTI, 2001, p. 8).

Marin (1996), problematizando os últimos 50 anos quanto à formação docente, aborda os processos relacionais entre diferentes modalidades de pesquisas sobre atuação docente e formação de professores contribuindo para compreender a realidade e a superação das denúncias quanto à ineficácia dos cursos de formação de professores com a intenção de modernizar a escola e qualificar os alunos e professores. “Os estudos realizados nesta década (1980) e na posterior (anos 1990) trouxeram inúmeras informações relativas a esta realidade...” (MARIN, GIOVANNI e GUARNIERI, 2004, p. 171) da falta de articulação entre os estudos sobre práticas pedagógicas e estudos sobre formação docente, apontando que as investigações correm paralelas.

A consulta ao acervo da Biblioteca da PUC/SP com o intuito de localizar os trabalhos publicados sobre a temática investigada aqui apresenta o professorado como um dos temas privilegiados. Esta marca permeia as investigações sobre a formação de professores. Entretanto, Gimeno Sacristán salienta que “a maior parte da investigação sobre a formação de professores é uma investigação enviesada, parcial, desestruturada e descontextualizada que não entra na essência do problema” (GIMENO SACRISTAN, 1996, p. 46) e propõe alguns princípios para a elaboração de um discurso mais coerente com a realidade prática dos professores:

1. dadas as características laborais, dadas as condições de trabalho dos atuais professores os sistemas de formação não podem atrair os melhores

produtos do sistema educativo e da sociedade. 2. ninguém pode dar o que não tem – professores não possuem cultura em profundidade, portanto não podem ensinar cultura, daí a necessidade de os investigadores analisarem os conteúdos culturais dos professores. 3. atuamos na prática como pensamos de maneira imperfeita – primeiro nível de reflexividade, pensamento não é o mesmo que ciência e os conteúdos do nosso pensamento não são os conteúdos da ciência, o professorado pensa não de acordo com a ciência, mas de acordo com a sua cultura, 4. O pensamento não é ciência, mas a ciência pode ajudar a pensar –o grande fracasso da formação do professor está que a ciência que lhes damos não os ajuda a pensar – 2º nível de reflexividade de alguém culto, cientista, ajuda a reflexão de alguém que realiza um trabalho menos culto, o professor, 5. O pensamento não explica a ação, ele é parte da ação, mas não toda ela. Os professores também querem e sentem – devemos dar bastante ouvidos aos motivos de ação do professorado - educamos as mentes não o desejo, damos conhecimento nas não educamos motivos, para educar é preciso ter um motivo, um projeto, uma ideologia, isto é, uma vontade – isso não é ciência é querer, 6. Saber-fazer não é uma derivação só do conhecimento, adquirido na formação ou no processo de formação, mas se deve a uma matriz cultural da qual provém o professor – M. Larson, a forma de ser do professor é uma forma de comportamento cultural – é importante atender a raiz cultural da qual se nutre o professor para entender como atuam e como queremos que devam atuar isto nos obriga a considerar os ambientes de aprendizagem, os contextos nos quais eles emergem, as condições de trabalho em que vai trabalhar. (GIMENO SACRISTÁN, 1996, p.44 e 46).

Cabe acrescentar aqui as contribuições de Andy Hargreaves (1999) que apresenta uma abordagem da cultura docente considerando a tradição desta cultura e aponta as possibilidades de mudança destacando o papel dos momentos individuais e coletivos neste processo. O autor assinala, ainda, que o processo de incorporação das mudanças articula-se com a efetividade prática e mistura-se com suas convicções anteriores. Pode-se dizer, portanto, que os agentes conservam o que avaliam que ainda tem efetividade e experimentam o que acham que poderia produzir efetividade no seu trabalho em sala de aula.

Especialmente no que se refere a pensar a mudança nas práticas dos professores em sala de aula, o trabalho de Hargreaves, *Aprendendo a Mudar – o ensino para além dos conteúdos e padronizações*, oferece uma importante contribuição para se compreender a visão dos próprios professores sobre “a nova ortodoxia da reforma educacional” (HARGREAVES, 2002, p. VII -7) tentando mostrar como eles se relacionam com ela, como a interpretam, como a adaptam e a ultrapassam. As reflexões suscitadas em seu estudo sobre os resultados e padrões, avaliação e interação curricular presentes nos debates educacionais que permeiam o contexto da publicação do impresso em questão

ajudam a compreender a cultura escolar, da reforma e o dos professores. Suas reflexões sobre a cultura do professor sobre seu aprendizado profissional, as formas como opera do ponto vista prático, intelectual e emocional esclarecem a compreensão sobre o seu saber-fazer que procuro perceber nas prescrições inscritas no periódico analisado. Estes aspectos interessam particularmente neste estudo, pois o jornal pretende ser um veículo das experiências inovadoras dos professores de história aparentemente contrariando o domínio dos padrões prescritivos centrados nos conteúdos e testes, privilegiando outras linguagens e abordagens do ensino de história como podemos observar no seguinte trecho do editorial de fevereiro de 1998:

A segunda parte desta mesma cultura, entretanto, tem acentuado muito uma veia criativa e quase excêntrica. Assim verificamos a utilização do cinema em sala de aula, de uma extensa diversidade de outros materiais didáticos (fotografias e relatos orais, por exemplo), e do trabalho coletivo articulado por diversos professores.

Falsarella (2001) investigou o efeito da introdução de uma proposta inovadora na prática cotidiana do professor através de um processo de formação permanente, após algum tempo de sua ocorrência estudando o programa de formação continuada proporcionado aos professores do projeto das classes de aceleração no estado de São Paulo. Falsarella buscou saber como se deu a incorporação de uma proposta de mudança à prática pedagógica do professor, ao ser submetida ao fator tempo e considerando as condições rotineiras de trabalho. A autora realizou uma pesquisa qualitativa utilizando uma amostra intencional de sujeitos – professores capacitados em 1996 ainda em exercício na docência nas escolas estaduais, envolvendo na pesquisa de campo entrevistas e observação “*in loco*”. A complexidade do processo estudado que sofre a interferência de múltiplas variáveis e a configuração singular do conjunto de características que dá significação a pesquisa levaram ao estudo da escola e às devidas articulações entre o macro e o microcontexto. Fez-se necessário ainda adotar um olhar apurado “sobre a cultura escolar e seus desdobramentos sobre o peso das tradições na conformação do trabalho do professor” (FALSARELLA, 2001, p. 171).

Pôde-se concluir que a capacitação deu sustentação ao trabalho dos professores no período de implantação do projeto das classes de aceleração, baseada nas avaliações de acompanhamento do trabalho e desenvolvimento de alunos egressos da época. As novas práticas vão sendo incorporadas de forma apenas parcialmente consciente

e racional, vão infiltrando-se nos esquemas de ação que os professores formaram ao longo da carreira, na medida em que se sente resultado de utilidade prática na aprendizagem dos alunos. Evidencia as atitudes de escamoteamento dos professores como forma de assimilar o novo ao já conhecido, aos seus referenciais já utilizados. Não se pode concluir assertivamente quanto às condições escolares favoráveis ao trabalho coletivo e ao compromisso dos educadores facilitarem a sedimentação de práticas inovadoras. Notou-se, assim, a contraposição da cultura escolar docente à cultura escolar administrativa:

Os propositores de reformas esquecem-se do peso que as tradições escolares exercem sobre os professores, formados na e para a escola de massas, carregada de rituais e formas de atuação que encaminham para a homogeneização. Parecem desconhecer (...) a vida em sala de aula (...) é cheia de situações inusitadas, levando o professor a uma dinâmica de tomada de decisões emergenciais a cada momento. (FALSARELLA, 2001, p. 193).

A autora conclui que os professores, colocados diante de uma proposta de inovação,

Indagam-se o que essa nova proposta trará como resultado, não no abstrato, mas para cada professor em cada contexto, fazem o que conseguem e acham que vale a pena dentro de sua situação concreta. (FALSARELLA, 2001, p. 195).

Falsarella reafirma, assim, as tendências já apontadas pelos demais autores sobre a formação permanente se desenvolver no contexto da escola, articulando teoria e prática, a reflexividade, a cultura escolar docente e os processos de profissionalização. A formação permanente descentrada da escola, aquela que não trata a escola como *locus* de formação, é hoje apontada como responsável pela sua ineficiência por alguns autores entre eles Moacyr da Silva (2001), que em seu livro *Formação de professores centrada na escola*, relata a experiência da década de 1970 nos ginásios vocacionais.

Faz-se necessário também, para o desenvolvimento do estudo proposto, situar a formação específica em história observando que os cursos de formação permanente eram sempre descolados da realidade da escola, desarticulados do cotidiano vivido na escola, de seus projetos e, por vezes, pareciam não guardar qualquer relação com a escola, o professor e o aluno. Em minhas mudanças de escola nas diferentes redes e nas diferentes funções, ficava estarecida diante da constatação de que os alunos continuavam afirmando que não faziam história e que ela é a ciência que estuda o passado, chata e enfadonha,

desarticulada do seu presente e que, na maioria das aulas, copiavam textos, respondiam a questionários dos quais se retiram as questões das provas. Nestas observações faço coro com Elza Nadai (1990), Circe Bittencourt (1998), entre outros. Esta constatação levou-me a questionar: o que acontece com o ensino de história? A Proposta Curricular de História da rede estadual de São Paulo, implantada em 1992, a visão de área da rede municipal de São Paulo de 1991 e os PCN de 1996 procuraram fazer com que o ensino de história contemplasse a pesquisa, o trabalho temático, a construção do conhecimento histórico, do pensamento histórico, a constituição do aluno como sujeito histórico, crítico. Além disso, houve um processo de formação permanente para os professores poderem adequar suas práticas pedagógicas a essas propostas e parâmetros. Entretanto, os resultados esperados não apareceram na prática.⁶

É necessário compreender a cultura do professor de história para compreender este processo. Assim, é necessário observar a contribuição de Gusmão (2004) que procurou construir o perfil de professor “moderno” de história, discutindo os usos dos termos tradicional e moderno que, em sua avaliação, esconde uma disputa em relação ao perfil ideal de professor. A autora utilizou um longo questionário para traçar o referido perfil com questões sobre os referenciais teóricos históricos e pedagógicos e sobre a origem social, experiência profissional e de formação. O questionário foi aplicado em professores de três regiões do estado de São Paulo – Presidente Prudente, Assis, e São Paulo (Diretoria de Ensino Norte). Verificou-se que a maioria dos professores se identificava como moderno por utilizar a proposta da CENP e de ensino para a cidadania crítica e não se baseava na memorização. A diversidade da formação dos professores do interior demonstrou a necessidade de se discutir o peso da formação inicial e da

⁶ Os resultados do SARESP (Sistema de Avaliação da Rede Estadual de Ensino de São Paulo) têm apontado que os alunos apresentam baixo desempenho nas disciplinas de português e matemática, mas não é muito diferente nas demais disciplinas, inclusive no que se refere a disciplina de história. Estas provas são realizadas tendo como referência a Proposta Curricular da CENP (Coordenadoria de Normas Pedagógicas da SEE/SP) e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Nas avaliações dos resultados por parte dos professores há registros de que os alunos vão mal porque o que é solicitado não condiz com o que é trabalhado pelos professores.

As dificuldades que os alunos (tanto os do 4º ano do ciclo I como os do 4º ano do ciclo II) apresentaram nas questões de história do SARESP – 1997 – foram: na interpretação de texto; no entendimento das categorias espaços-temporais como simultaneidade / mudança / permanência / diferença / semelhança; na leitura e interpretação de gráficos e tabelas; no estabelecimento de relações com o processo de colonização das Américas e do Brasil; na compreensão das diversidades culturais do continente sul americano em diferentes espaços e diferentes tempos e no entendimento dos enunciados das questões indicando que o vocabulário que possuem não ultrapassa a linguagem coloquial corriqueira.

experiência profissional com incentivadores da renovação pedagógica. De acordo com Ricci em relação ao resultado das análises dos relatórios de todo estado de São Paulo sobre a referida proposta da CENP de 1986, dos professores a autora reafirma-se a “resistência/conservadorismo” dos professores. Identificando através da análise dos relatórios um perfil dos profissionais do ensino de história no período, a autora observou que havia consenso em torno da necessidade de mudança, mas evidenciava, entre outros aspectos:

a recusa da possibilidade de mudança para o professor antigo e a insistente solicitação, numa postura paternalista segundo ela (p.89 e 92), de cursos e encontros com profissionais das universidades ou ligados à Secretaria da Educação para os mais jovens;

o despreparo para a metodologia proposta, haja vista “a formação linear e factual obtida na universidade” (p. 94), o desconhecimento da história nova e dos referenciais teóricos evocados;

a sensação de que o documento fere a “liberdade de cátedra” enquanto outros pedem a homogeneidade dos conteúdos (p.100-1);

as denúncias do caráter “radial” e “esquerdista” da proposta... com a ressalva de que não cabe ao professor o direcionamento ideológico dos alunos ou a formação de ‘ativistas políticos’... (p. 103-5);

a visão da história “como o conjunto de fatos que contem a verdade em si mesmos, como verdade cristalizada e acabada” (p. 108);

a interpretação de que a universidade – e não os demais níveis do ensino – deve produzir conhecimento. (p. 118);

a avaliação de história temática como um ensino fragmentado, carente de seqüência e de lógica (p. 119-20);

a recusa da organização e seleção de material didático como tarefas do professor (p. 131). (GUSMÃO, 2004, p. 15-16).

Tal estudo é relevante para situar rapidamente o panorama em que se inserem as discussões sobre perfil do professor, considerando a proposta curricular da CENP como pano de fundo. As entrevistas e questionários utilizados pela autora indicaram os traços gerais do imaginário dos professores de história do oeste paulista, identificando elementos comuns que permitem perceber uma tendência de mudança na cultura dos profissionais frente às novas diretrizes pedagógicas abolindo, assim, a noção de verdade e apresentando a pesquisa na metodologia de ensino que substituiu a história seqüencial pela história temática.

Posto este quadro sobre a formação permanente e o professor de história no âmbito do ensino de história, no próximo capítulo, apresento o GRUHBAS e seus

membros para desenhar a história deste grupo e entender sua trajetória deste no campo da formação permanente dos professores de história com o intuito de esclarecer as condições de produção do jornal aqui estudado. Cabe, então, caracterizar os integrantes do grupo que o produz para entender as pretensões que norteiam as suas opções editoriais.

CAPÍTULO II

PROFESSORES DE HISTÓRIA E AUTOFORMAÇÃO: O GRUHBAS E SEUS MEMBROS

O GRUHBAS – Grupo de História da Baixada Santista Projetos Educacionais e Culturais – foi formado por um grupo de professores de história santistas⁷ da rede estadual de ensino que estavam se preparando para o concurso de ingresso para o magistério público do estado de São Paulo em 1993. A idéia da criação do grupo surgiu a partir de palestra da professora Circe Bittencourt, “História do ensino de história”, que fazia parte das ações organizadas pelo grupo em parceria com a Diretoria Regional de Educação de Santos destinadas à preparação dos professores para realizarem as provas do referido concurso.⁸

Carvalho (2000) narra a história do grupo considerando a sua atuação junto à educação continuada, ao aperfeiçoamento pedagógico do professor e à sua militância social. Seguindo a orientação teórica das correntes de pensamento identificadas como a sociologia crítica do currículo e como os neomarxistas, o autor analisa a trajetória do grupo – do qual ele próprio faz parte – chamando a atenção para a cultura de protagonismo, que em seu entender, o caracteriza. Carvalho ressalta a militância pedagógica do grupo que

7 O núcleo inicial formado foi constituído em 1993 por: Geraldo Roberto Pereira de Carvalho; Mário Monteiro Neto, Mary Kawauchi e Neusa Mary José de Almeida. Esta última consta da dissertação de Geraldo Carvalho (2000) como membro do grupo desde a sua fundação, mas ela não atuou junto ao jornal. Ela participou do trabalho apresentado pelo grupo no VI Encontro Regional de História: História e Cultura, que consta do volume dois dos Anais do evento: “Formação permanente de professores de história da Rede Pública de ensino de São Paulo – Baixada Santista”.

8 Destaco aqui o papel fundamental desempenhado pela professora da FEUSP na produção acadêmica sobre o ensino de história, com publicações que se tornaram referência na formação inicial e permanente de professores de história como o livro “A criação do Fato Histórico” cuja leitura é exigida na maioria dos concursos públicos ou privados para o ingresso de professores de história, e nos cursos de licenciatura. Ela participou também da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em nível estadual de cursos de formações para as equipes técnicas das Diretorias de Ensino, por exemplo, no momento da implantação do PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) e da reorganização da rede estadual em 1996.

atua para desenvolver uma cultura de educação permanente que se prolongou no tempo, com o objetivo de fazer história, realizar um projeto cultural constituir-se em um centro de autoformação do professor de história. Tendo iniciado as suas atividades voltadas para a preocupação dos candidatos para o concurso público para rede de ensino do estado de São Paulo, o grupo era formado pelos professores da própria rede que tinham uma atuação sindical e político-partidário intensa na cidade de Santos e na região da baixada santista: eram militantes sindicais da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), representantes de escola e conselheiros regionais que participaram ativamente dos movimentos grevistas dos fins da década de 1980 até meados dos anos 1990. Este período promoveu experiências de protagonismo histórico aos que atuaram tanto no movimento sindical quanto nos partidos diante da retomada das lutas contra a ditadura militar e redemocratização do país.

Em 1998 o grupo passou a editar dois jornais mensais de circulação nacional, com tiragem de 10.000 exemplares cada um, produzidos por professores de escola pública estadual e com trajetória de militância sindical. Segundo informação fornecida pelo responsável pela publicação, essa tiragem não corresponde à tiragem real do jornal, pois esta tende a ser maior, uma vez que ele é distribuído em eventos e ações de formação do grupo chegando em alguns casos a alcançar o número de 20.000 exemplares como ocorreu em 2002 com a edição produzida sobre as discussões de reorientação curricular realizada a partir da assessoria prestada a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo sob a gestão de Eny Maia, de fevereiro de 2002 a março de 2003, no governo de Marta Suplicy de 2001 a 2004. Este fato explica porque o jornal tem um baixo número de assinantes – cento e dezenove apenas – e também nos permite caracterizar o jornal como um dos principais veículos de divulgação das ações do GRUHBAS que, desde 1996, ampliou suas atividades, como evidencia o *site* do grupo reproduzido no **Anexo IV**.

Atualmente, o grupo tornou-se uma entidade que presta assessoria educacional em nível nacional, especializando-se na formação continuada em serviço de professores. Esta transformação não se deu sem disputas e contradições gerando cisões que resultaram na saída de membros fundadores do grupo. Lembro ainda que membros do GRUHBAS têm atuado junto a órgãos oficiais. Alguns deles compuseram a equipe da Secretaria de Educação de Santos durante o governo petista de David Capistrano (1993 a 1996), Mário Monteiro Neto e Paulo Eduardo Dias Mello, membros do grupo e do

Carvalho⁹ afirma em sua dissertação que a criação do grupo visava a

cobrir uma lacuna deixada pelas universidades locais. Praticamente não há nenhum trabalho de articulação e debate sobre o ensino de história na região. A inserção da Associação Nacional de História (ANPUH) entre os professores do ensino fundamental era praticamente nula.

Por outro lado, nós não conhecíamos uma série de autores importantes na área educacional. Nossas ações (...) caminhavam na linha do que essas reflexões apontavam. As principais influências acabaram sendo as de Antonio Nóvoa, Michael Apple, Ivor Goodson e os brasileiros Antonio Flávio Moreira Barbosa, Circe Maria Fernandes Bittencourt e Tomas Tadeu da Silva. No campo historiográfico, a maior influência era do professor Eric Hobsbawm. Predominava um clima francamente aberto a uma interpretação marxista da História e que convivía com uma tentativa de aproximação em relação à chamada História Nova. Esta caracterização do que poderíamos chamar de ideário do GRUHBAS é importante ser feita, pois ela não só revela um pouco do clima intelectual que predominava como também ajuda a entender um pouco nossas iniciativas posteriores, quanto ao temário, aos conferencistas convidados e às estratégias desenvolvidas.”(CARVALHO, 2000, p. 14-15).

As filiações teóricas explicitadas por Geraldo Carvalho aparecem também mediante o exame dos autores que forma um conjunto de publicações de entrevistas, resenhas e textos conforme a Tabela nº I apresentada a seguir.

9 A dissertação elaborada por Geraldo Roberto Pereira Carvalho sobre o grupo é utilizada aqui não só como fonte de informação, mas também como expressão das concepções que norteiam o funcionamento do grupo, pois o autor é um dos principais responsáveis pela sua criação e desenvolvimento, atuando como editor dos jornais produzidos desde 1996 no Jornal *Bolando aula* e desde 1998 no jornal *Bolando Aula de História*. A pesquisa realizada por Carvalho (2000) analisa a experiência do GRUHBAS relacionada ao PECSEE/SP (Programa de Educação Continuada da Secretaria de Educação Estadual de São Paulo) e à prática de educação continuada por meio do exame de jornais, palestras, cursos e eventos realizados, problematizando-os e relacionando-os ao contexto mais amplo do ensino de história. Além disso, a pesquisa trata do papel do professor e da política de Educação Continuada mediante a análise de parte da documentação do PECSEE/SP comparando estratégias de educação continuada institucional e alternativa. Com o seu estudo, o autor procurou “através do acompanhamento da trajetória de um grupo autônomo de professores de história discutir as possibilidades de autoformação, da qualificação, requalificação permanente do profissional professor de história do ensino fundamental e médio” (CARVALHO, 2000, p.20). As conclusões apontam, de maneira concreta, para várias limitações das políticas educacionais lançadas pelo MEC e contextualizam de forma muito objetiva uma prática social que experimenta e alarga a dimensão autônoma do trabalho dos professores.

TABELA I
AS PUBLICAÇÕES DOS AUTORES UTILIZADOS COMO REFERÊNCIAS
TEÓRICAS NO JORNAL

Nome	Texto	No.do Jornal	Ano
Apple, Michael	Um educador comprometido com a transformação e a democracia - ENTREVISTA	7 e 8	2003
	Podemos combater o neoliberalismo e o neoconservadorismo em educação?	38	
Bittencourt, Circe Maria Fernandes	Representações sociais e métodos de ensino-aprendizagem	1	1998
	Livros didáticos: concepção e usos	5	2001 2004
	Representações sociais e método de ensino-aprendizagem	28	
	Currículo e conhecimento escolar	45	
Goodson, Ivor	Entendendo a reforma da escola: novas iniciativas de reestruturação	15	1999
	Entendendo a reforma da escola: novas iniciativas de reestruturação	20	2000
	Entendendo a reforma da escola: novas iniciativas de reestruturação	21	
Moreira, Antonio Flávio Barbosa.	Por uma escola e um currículo renovado	45	2004
Nóvoa, Antonio.	A significação da profissão docente - ENTREVISTA	1	1998
	O professor a escola e as mudanças educacionais. Publicado no <i>Bolando Aula</i> n° 55 em abril de 2003	45	2004

Dentre os autores utilizados, convém destacar a influência do trabalho de Michael Apple (1999), cujas reflexões contribuem para pensar o papel dos membros do grupo nas tentativas de interferir nos processos de educação continuada dos professores de história e discutir o conhecimento e o texto no jornal com componentes deste processo. Apontando a agenda conservadora, Apple observa que os ataques à educação transformaram o significado de democracia desvinculando-o do sentido de promover a equidade. Estas observações aparecem nos editoriais do jornal desde o seu primeiro número. Os membros do grupo, nos editoriais dos primeiros números, denunciam as reformas educacionais e os ataques que estas promovem contra os direitos das crianças, dos professores, dos pais etc., conforme aparece no editorial do número 1:

No período de fechamento desta edição, tomamos conhecimento das Resoluções da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo para a

organização das escolas e do currículo. (...) tais resoluções vão desorganizar o sistema público estadual paulista. Como fica o direito universal da criança aprender? As medidas, de fato, diminuem a carga horária efetiva. (Editorial do jornal *Bolando Aula de História*, nº 1, Ano, 1998).

Segundo Apple (1999), esses sucessivos ataques concentram-se em apontar o fracasso da educação devido ao controle quase completo dos professores sobre as políticas e práticas, o que impede que as decisões relativas ao sistema educacional sejam tomadas com base na escolha dos consumidores. Os editores do jornal apresentam-se em defesa do professor e de seus direitos, bem como dos direitos do cidadão que é diferente do consumidor.

As reformas neoliberais buscam um sistema aberto, iniciativas curriculares associadas às “idéias liberais” promovendo um conjunto de reformas: currículo nacional e avaliação; responsabilização e controles mais rígidos, mercantilização e privatização da educação. Se esses ataques estiverem parcialmente corretos, as políticas educacionais em resposta a estes fatos são equivocadas para a maioria da população. Realiza-se uma estratégia desintegradora criando uma comunidade política dividida e amoral; retira-se o direito dos arranjos corporativos, retira-se o direito dos grupos de cultura não dominante, torna-se muito mais difícil o engajamento em uma participação significativa para estes grupos; rejeita-se o *ethos* universalista e redistributivo do estado de bem estar social; repudiam-se metas de pleno emprego pela intervenção estatal; apela-se a interesses setorializados. Esses aspectos da política neoliberal podem ser observados nas medidas do governo estadual de São Paulo durante as duas gestões do PSDB de 1994 a 1998 e de 1999 a 2002.

As contradições desta política abrem brechas para a intervenção daqueles que adotam uma postura crítica, procuram manter a voz da consciência, mostrando como funciona o nosso sistema econômico, cultural, político e a cultura capitalista que estabelece uma métrica – mede tudo pela capacidade de produzir riqueza e pelo sucesso em obtê-la, que mistifica as relações de exploração promotoras da prosperidade de um às custas de tantos. Cabe investigar a realidade para compreender o conjunto de circunstâncias históricas contingentes e as contraditórias relações de poder que criam as condições em que vivemos.

Os membros do grupo procuraram estas brechas nas contradições das políticas educacionais reformistas para garantir os direitos dos professores a uma formação permanente mais adequada às suas reivindicações. Tais reivindicações são apresentadas no número um do jornal como a necessidade de “verticalizar ainda mais o lado inovador de nossa cultura escolar”, de obter “subsídios teóricos e práticos para a reinvenção didática” e “novos materiais didáticos” (texto de capa do jornal *Bolando Aula de História* número 1 do de fevereiro de 1998).

Para Apple (1999), a restauração conservadora reconstruiu via intervenção estatal o processo de definição do conhecimento oficial. Esta constatação do autor interessa especialmente para análise apresentada aqui porque o jornal examinado é produzido por sujeitos históricos (os membros do GRUHBAS) organizados em um grupo para intervir na definição do conhecimento oficial em relação à educação e, particularmente, quanto à formação continuada dos professores de história, ao menos no início de suas atividades. Este grupo aproveita as brechas deixadas pelas contradições da política educacional adotada no estado de São Paulo que promove a reorganização das escolas, separando-as para funcionamento exclusivo de ensino fundamental I, outras para funcionamento de ensino fundamental II e Ensino médio ou somente para funcionamento de Ensino Médio, reorganização curricular da grade com a diminuição da carga horária semanal de história, geografia, artes ao mesmo tempo em que a carga semanal de matemática e língua portuguesa se amplia, ocorre a ampliação da hora-aula de 45 para 50 minutos, entre outras. medidas que resultaram na demissão de número significativo de professores, pois realizavam o enxugamento da administração pública.

O Editorial do jornal *Bolando Aula de História* tece críticas a essa política:

No período de fechamento desta edição, tomamos conhecimento das Resoluções da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo para a organização das escolas e do currículo. (...) Tais resoluções vão desorganizar o sistema público estadual paulista.

1. como fica o direito universal da criança aprender? As medidas, de fato, diminuem a carga horária efetiva. (...)
2. Numa época em que os currículos se aprimoram (PCN-MEC e Propostas Curriculares da CENP-SP) como os professores lidarão adequadamente com eles, dispondo de uma carga horária menor? (...)
3. calcula-se que tais medidas implicarão no desemprego de aproximadamente 30% do professorado da rede estadual, o que equivale a cerca de 70 mil profissionais.”(Editorial do jornal *Bolando Aula de História*, nº 1, Ano, 1998).

Esses trechos indicam como os editores do jornal buscam cumprir o papel apontado por Apple (1999), ou seja, como procuram manter a consciência sobre como funciona o nosso sistema capitalista denunciando as medidas que se contrapõem aos princípios universalistas e redistributivistas do Estado de bem estar social. Tendo suas considerações como base, pode-se dizer que o referencial adotado pelos membros do grupo aproxima-se da preocupação com a equidade, o compartilhamento, a dignidade pessoal, a segurança, a liberdade e a compaixão. Ainda segundo o autor, trata-se de procurar dignificar a vida humana, reconhecer os aspectos lúdicos e criativos da pessoa, ver o outro com sujeito co-responsável envolvido no processo de deliberar democraticamente sobre os fins e os meios de todas as instituições. Então, ao colocar-se como instrumento verticalizador da inovação, o jornal através de seus editores e dos textos que veicula com esse intuito, admite-se responsável pela democratização quanto à formação permanente do professor de história, tendo-o como co-participante via produção e publicação dos relatos de experiência ou relatos de práticas pedagógicas.

Entendendo esse processo como um espaço de conflitos entre as relações de cultura e poder (de classe, raça, sexo, gênero, religião), tal o poder pode ser usado para dominar, impor idéias e práticas de maneira não democrática, ou formas concretas e materiais pelas quais tentamos construir instituições para responder a novas necessidades mais democráticas. Penso nesta perspectiva a criação do próprio grupo e dos seus impressos, entre eles o jornal *Bolando Aula de História*, investigado nesta pesquisa. Nesse sentido, é importante considerar as mediações promovidas pelos lugares institucionais por onde os membros do grupo passaram, a especificidade da área de formação permanente de professores e do ensino de história.

Há, ainda, outras influências vividas pelo grupo que Geraldo Carvalho assinalou em seu trabalho e que considero importante mencionar para compreender as concepções do grupo em relação ao ensino de história e, assim, as articulações com a sua proposta de educação continuada para dimensionar claramente a publicação em análise nesta pesquisa.

O Exemplo mais significativo da influência das leituras no que viria ser o repertório do GRUHBAS foi o texto da Prof^a Circe Bittencourt publicado no livro “O Ensino da História e a Criação do Fato”. Trata-se do texto “As Tradições Nacionais” e o “Ritual das Festas Cívicas”. (...) a leitura feita pelo grupo captou o conceito de tradição inventada, vindo da obra do professor Hobsbawm e que, para nós, significou: “Estabelecer uma

cultura da Educação Continuada feita pelos próprios professores para eles mesmos”, dito de outra forma: se há alguma tradição a ser inventada nesse campo, vamos inventá-la. O conceito foi amalgamado e recebeu uma nova utilização, baseada no uso de sujeitos históricos concretos. Outra característica conceitual importante foi a fusão entre as idéias de construção social e tradição inventada. Essa característica não só potencializou as ações futuras dando ao Grupo a plataforma política necessária, mas também marcou-o a partir de então e se traduziu numa independência e autonomia que freqüentemente confundia o público externo.(CARVALHO, 2000, p.16).

A intencionalidade de tomar em suas mãos a sua formação de maneira inventiva e autônoma e com esta ação mudar as relações dos professores com o conhecimento sobre o trabalho pedagógico na área de história aparece manifesta no seguinte trecho da dissertação de Carvalho (2000):

a utilização da proposta daria uma base comum de experiências didáticas quase que um saber-fazer e que conduziria a uma outra idéia, igualmente importante, que é de que existe um patrimônio experiencial coletivo dos professores. Este patrimônio seria potencializado se dialogasse com a Proposta Curricular e consolidasse, entre os professores, uma cultura comum do trabalho pedagógico na área de História. Tratava-se de uma postura política que afirmava a soberania dos professores, para além de qualquer programa governamental (CARVALHO, 2000 p.18)

Este aporte embasa as proposições desta pesquisa observando que o jornal *Bolando Aula de História* propõe uma forma de conhecimento em suas páginas e textos – reproduzidos da academia com a apresentação de textos dos teóricos da academia em resenhas e entrevistas, reprodução de textos, palestras e cursos realizados por estes, como é possível observar através da Tabela I - As publicações dos autores utilizados como referencial teórico apresentada anteriormente.

Assim, movidos por essas idéias, os membros do grupo deram início às suas ações apresentando aos professores de história da baixada santista um Projeto de Formação Permanente, a ser realizado em parceria com a antiga Divisão Regional de Ensino do Litoral, que previa, ainda, a produção de um Boletim de História e a Apresentação de trabalhos na ANPUH no subgrupo de ensino de história sobre as ações de formação permanente de professores de história. O Projeto de Formação Permanente reuniu professores de história da baixada santista periodicamente durante dois anos de acordo com Carvalho (2000) e combinava palestras, feitas por nomes significativos da área educacional na primeira parte do trabalho e com oficinas, na outra parte do trabalho. Esta fórmula

repete-se no jornal. Há sempre profissionais renomados do campo educacional, presentes em entrevistas, resenhas ou textos produzidos especificamente para o jornal a partir de palestras realizadas em algum evento ou curso promovido pelo grupo. As oficinas aparecem no jornal através dos textos de capacitadores do grupo ou dos relatos de professores, quase sempre nesta ordem, conforme veremos mais detalhadamente no momento da análise do periódico.

Tendo caracterizado as concepções que orientavam a criação do grupo, considero relevante reconstituir brevemente a trajetória de seus fundadores, com vistas a reunir elementos para se entender o que escrevem, para quem escrevem, porque escrevem e como escrevem no periódico. Entender o lugar de onde escrevem e produzem o jornal exige conhecer os membros do grupo individualmente. Este é o próximo passo que realizo.

O núcleo do grupo leva o nome de **Geraldo Roberto Pereira de Carvalho**, afrodescendente e portador de leve deficiência física, que se formou em história e realizou mestrado na área de educação na FEUSP, sob a orientação de Circe Bittencourt em 2000, tendo como temática a atuação do próprio GRUHBAS, conforme já mencionado, cuja dissertação intitula-se *A minha formação eu invento: a história da formação, das ações e desdobramentos de um grupo de professores em um trabalho de formação permanente*. Destaca-se como liderança do grupo e articulador das ações empreendidas por ele, caracterizando-se por uma postura propositiva, combativa e política. Ele é o Coordenador Geral do Grupo e o representa enquanto tal em eventos da área educacional – como, por exemplo, no III Simpósio Nacional de Ensino Fundamental (2000), no Congresso Municipal de Educação de São Paulo (2003) – nos quais apresentou as experiências de atividades autogestionadas que o grupo tem desenvolvido, atividades junto à Secretaria de Educação de Ribeirão Preto; também no Encontro Nacional da UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), em que apresentou o projeto do GRUHBAS (17/06/05) que consta da página da Internet mantida pelo grupo (**Anexo IV**). Fez parte da equipe da Secretaria Municipal de Educação de Santos, durante a gestão de David Capistrano de 1993 a 1996 ocupando a chefia do DEAP – Departamento de Ação Pedagógica. Em 2002, assinou manifesto de Telma de Souza sobre educação pública juntamente com Mario Monteiro Neto e Edson Florentino José, conforme consta da página da vereadora na Internet em que se encontra o manifesto e os nomes dos assinantes.

A criação do grupo contou, ainda, com a participação de **Mary Kawauchi**, formada em história pela USP e pós-graduada em educação também pela FEUSP em 2001, sob a orientação de Nelson Piletti. Durante a Gestão de David Capistrano foi da Sessão de Projetos Especiais da Secretaria de Educação de Santos. Ela atuou na CTE (Cooperativa Técnica Educacional) – empresa de formação permanente que fez o PEC da SEESP (1997-1998) – e atualmente trabalha na FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) como Coordenadora de Parcerias do Programa Escola da Família. Os dois relatos que publicou jornal examinado aqui – um dos quais em parceria com Eliane E. Ribeiro (nº 1 e 2) evidenciam a sua ligação com a sala de aula e as práticas pedagógicas. O nome do jornal *Bolando Aula* – a primeira publicação do GRUHBAS – foi de sua autoria e extensivo ao nome do jornal objeto desta dissertação: *Bolando Aula de História*. Segundo a informação fornecida por Geraldo Carvalho na primeira conversa que mantivemos, quando fui recepcionada na primeira vez que visitei a sede do GRUHBAS para iniciar a pesquisa nos jornais do acervo em 2004, o seu nome continua constando do Conselho Editorial até a presente data devido a esse fato e à sua grande contribuição ao grupo, mas ela não participa mais do mesmo.

Eliane E. Ribeiro, formada em história, não figura como fundadora do grupo, mas é outra componente do grupo que tem como característica a forte vinculação com a prática pedagógica, tendo quatro relatos de experiência publicados no primeiro ano do jornal tendo estabelecido constante parceria com Mary Kawauchi. Além disso, realiza oficinas nos diversos eventos organizados pelo grupo, incluindo os cursos e as assessorias que ele presta para as diversas prefeituras do país, conforme referências de autoria dos artigos no próprio jornal e informações dos editores no momento das visitas à sede do GRUHBAS para consulta aos jornais do acervo.

A esse núcleo inicial, juntou-se **Paulo Eduardo Dias de Mello**, graduado em história pela USP em 1989 e formado em pedagogia pela Universidade de Guarulhos. Concluiu o mestrado na FEUSP em 2000, também sob orientação de Circe Bittencourt e em 2002 iniciou o doutorado sob mesma orientação. Foi um dos elaboradores dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – MEC e consta nos agradecimentos dos Parâmetros Curriculares nacionais de História de 1998. Paulo Eduardo Dias de Mello tem participado constantemente de encontros acadêmicos apresentando vários trabalhos sobre o seu tema de pesquisa no mestrado: a produção de livro didático.

Desde 2005, é professor titular da Universidade Estadual de Londrina, conforme consta de seu currículo *Lattes*, tendo sido também professor na Universidade de Guarulhos e na Universidade de Santo Amaro (UNISA). Esse é o membro do grupo que apresenta maior produção teórica no próprio jornal, conforme é possível observar na Tabela de autor/texto e acadêmica, apresentada no **Anexo III**. Ele tem grande responsabilidade no estabelecimento da linha editorial do jornal, pois assinou um grande número de editoriais, treze dos quarenta e oito analisados, bem como artigos sobre temas diversos, com exceção de 2001 quando não figura nenhuma produção sua. Podemos ter idéia mais clara sobre estes fatos observando a Tabela II abaixo.

TABELA II

TEXTOS ASSINADOS POR PAULO EDUARDO DIAS DE MELLO

Editoriais	13
Entrevista	1
Apoio didático	3
Teoria da educação	11
Teoria do ensino da história	10
Teoria da história	6
Relato de experiência	2

Outro integrante do grupo que esteve presente na produção do jornal da primeira edição até o número vinte e oito, que circulou em 2001, foi **Edson Florentino José**. Ele assinou apenas dois editoriais e não publicou relatos ou artigos nem teve a sua participação destacada em eventos do grupo. Ele figura como responsável pela revisão e tradução nos números trinta e oito e trinta e nove do ano seis de 2003. Ele não é professor de história, mas professor de língua portuguesa, mestre em lingüística aplicada pela USP (2004), professor da UNIMONTE e da prefeitura de Cubatão. Além disso, também assinou o manifesto de Telma de Souza pela educação pública, já citado.

O lugar de operacionalização e de estruturação do grupo foi ocupado de forma mais contundente e efetiva por seu Coordenador Administrativo: **Mário Monteiro Neto**, também professor de história, cargo que ocupa até hoje no grupo. Não tem uma participação expressiva na produção dos textos veiculados pelo jornal, com somente um artigo publicado. Entretanto, tem grande destaque em eventos divulgados pelo jornal como representante do grupo. Aparece também como professor da *Teia do Saber* – projeto de formação docente da rede estadual de São Paulo. É citado nos agradecimentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – MEC.

Sueli Oliveira Rocha professora de língua portuguesa, se une ao grupo em 2001, como a responsável pelo jornal. Conheceu os membros do grupo trabalhando na Secretaria Municipal de Educação de Santos no período da gestão de David Capistrano. Participou como capacitadora na área de língua portuguesa. Ela passou a atuar no jornal a partir de 2002, inicialmente, como revisora até o número trinta e sete, quando passou a integrar o Conselho Editorial. É também Coordenadora regional do *Projeto Leia Brasil – Programa de Leitura da Petrobrás*, no estado de São Paulo.

Pensar nessas relações no caso do GRUHBAS e na criação dos seus três jornais é vislumbrar o movimento de construção de espaço de intervenção no campo educacional no que diz respeito à formação permanente e ao ensino de história. Relações de poder que constroem as compreensões sobre o ensino de história, sobre a formação permanente dos professores de história e as práticas de leitura inscritas no jornal *Bolando Aula de História*. Deve-se considerar a hipótese de que, ao ampliarem o seu grau de formação realizando cursos de mestrado e doutorado entre 2000 e 2001, os membros do grupo passaram a ter maior legitimidade junto aos professores e ao Estado, participando de atividades acadêmicas, atuando no ensino superior (em alguns casos) e ainda realizando eventos para se tornar referência como formadores em ações voltadas para formação permanente. É importante lembrar que o jornal declara uma tiragem de 10.000 exemplares, mas possui somente 119 assinantes e a maioria dos jornais é distribuído nos eventos e cursos do próprio grupo para dimensionar a interferência dos textos publicados. Torna-se visível esta abrangência visualizando a Tabela III com a relação dos eventos realizados de 1998 a 2006. Percebe-se uma ampliação da quantidade, bem como da abrangência territorial e de segmentos da educação que eles visam atingir.

TABELA III
EVENTOS REALIZADOS PELO GRUHBAS

EVENTOS	DATA
<u>Diálogos sobre Currículo</u>	<u>14, 15 / 08 / 2006</u>
XII Semana de Educação de Ubatuba <u>Contextualização do Currículo e da Avaliação na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Técnico</u>	<u>2, 28 / 07 / 2006</u>
<u>1ª Semana do Educador de Mogi Mirim</u>	<u>22/07 a 29/07</u>
<u>I Fórum Internacional de Educação</u> <u>“FUNDEB, Educação Integral e o Ensino Fundamental de 9 anos”</u>	<u>07, 08/08/2006</u>
<u>Simpósio Municipal de Educação em Araras</u> <u>O Educador e uma nova perspectiva do fazer pedagógico</u>	<u>10, 11, 12, 13/07/2006</u>
Palestra GRATUITA com o Prof. Dr. MIGUEL ARROYO	<u>04/07/2006</u>
6º Encontro de Capacitadores do Gruhbas	<u>24/06/2006</u>
<u>Gruhbas realiza Chat sobre Subsídios para a elaboração de projetos sobre a Lei 10639/03 para o FNDE</u>	<u>24/04/2006</u>
<u>Chat para Secretários de Educação sobre Sistemas de avaliação, com a professora Claudia Davis</u>	<u>19/04/2006</u>
<u>1ª Feira e Exposições de Produtos Educacionais</u>	<u>11, 12 e 13 de abril de 2006</u>
<u>2º Seminário Internacional de Educação do Guarujá</u>	<u>11, 12 e 13 de abril de 2006</u>
<u>Curso Educação Para a Paz com o professor Robert Roche Olivar</u>	<u>10 e 11 de abril de 2006</u>
<u>Chat para Secretários de Educação sobre Financiamento Público da Educação, com o professor José Marcelino Resende</u>	<u>23/03/2006</u>
<u>Promoção Seminário</u>	<u>Sorteio: 10 de março</u>
<u>Palestra sobre alfabetização com a educadora argentina Ana Maria Kaufman</u>	<u>10/03/2006</u>
<u>Palestra "Avaliação de sistemas de ensino: características gerais e benefícios", com a educadora Claudia Davis</u>	<u>10/02/2006</u>

<u>Chat para Secretários de Educação sobre o Ensino Fundamental de 9 anos - Leitura e escrita: compromisso de todas as áreas, com a educadora Maria José Nóbrega</u>	<u>09/02/2006</u>
<u>1º Fórum de Leitura de Guarujá</u>	<u>26/11/2005</u>
<u>Palestra com o educador Nilson José Machado</u>	<u>26/11/2005</u>
<u>Chat para Secretários de Educação sobre o Programa ComVida com a psicóloga Maria Delfina</u>	<u>17/11/2005</u>
<u>Ciclo de Palestras com a educadora Angela Kleiman</u>	<u>12/11/2005</u>
<u>Chat para Secretários de Educação sobre Fundeb com o professor Nicholas Davies</u>	<u>06 de outubro de 2005</u>
<u>VIII Simpósio Nacional de Educação Básica</u>	<u>De 27 a 29 de julho de 2005</u>
<u>Chat para Secretários de Educação sobre A Organização da Educação Municipal no Contexto Nacional com Guiomar Namó de Mello</u>	<u>13 de julho de 2005</u>
<u>Cobertura da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.</u>	<u>A partir de 28 de junho</u>
<u>Chat para Secretários de Educação sobre preenchimento de anexos do FNDE com Geraldo de Carvalho</u>	<u>27 de junho de 2005</u>
<u>Tardes Pedagógicas - Teresa Cristina Rego</u>	<u>25 de junho - Unaerp (Guarujá/SP)</u>
<u>Chat para Secretários de Educação sobre financiamento e FNDE com Lisete Arelaro.</u>	<u>14 de junho de 2005</u>
<u>III Encontro sobre "Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais FNDE/MEC"</u>	<u>06 de junho Unaerp Ribeirão Preto</u> <u>07 de junho Unaerp Guarujá</u>
<u>Tardes Pedagógicas - Heloísa Lück</u>	<u>07 de maio - Unaerp (Guarujá/SP)</u>
<u>Tarde Pedagógica</u>	<u>20 de abril Guarujá/SP</u>
<u>1º Seminário Internacional de Educação do Guarujá</u>	<u>10, 11 e 12 de março Guarujá/SP</u>

<u>A Lei 10639/03, a diversidade cultural e étnica e as práticas escolares</u>	<u>24 e 25 de fevereiro</u> <u>Unaerp (Guarujá e Ribeirão Preto, respectivamente)</u>
<u>Palestra da Profa. Alcía Fernandes</u>	09 de agosto de 2004 Araras/SP
<u>I Simpósio Internacional de Educação de Araras</u> <u>“Linguagens e educação: caminhos e desafios”</u>	21 a 23 de julho de 2004 Araras/SP
<u>VII Simpósio Nacional de Educação Básica</u> <u>"A escola numa sociedade de desafios: educar para a competência e a competência para educar"</u>	26 a 28 de julho de 2004 Araçatuba - SP
<u>V Encontro de Capacitadores do Grubbas</u>	19 e 20 de junho de 2004
<u>"Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais FNDE/MEC"</u>	19, 20 e 23 de abril 2004
<u>"Ensinar a ler e a escrever: uma questão da escola"</u>	10 a 12/09/2003
<u>"A qualidade da Educação: Desafios e Compromissos"</u>	30/07 a 01/08/2003
<u>I Encontro sobre a "Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais FNDE/MEC"</u>	07 e 08/07/2003
<u>I Seminário Nacional “Educador: novos saberes,novas práticas”</u>	20 a 23/05/2003
<u>A Formação faz diferença: Reflexão e Transformação</u>	2/04/2003
<u>Educação e o Gênero feminino - o que aconteceu</u>	6 a 8/03/2003
<u>Educação e o Gênero feminino</u>	6 a 8/03/2003
<u>João Monlevade fala sobre Plano Municipal de Educação</u>	19/11/2002
<u>Plano Municipal de Educação</u>	18 e 19/11/2002
<u>1º Conferência Internacional de Educação</u>	07/2002
<u>I Seminário Internacional de Ensino Fundamental</u>	10/2001
<u>Mini Curso do Orçamento da Educação - Nicholas Davies</u>	09/2001
<u>Encontro Educacional Dois Antonios</u>	09/2001
<u>I Seminário de Educação Inclusiva</u>	08/2001

<u>II Simpósio Nacional do Ensino Fundamental</u>	09/2000
<u>Educação Faz Diferença</u>	08/2000
<u>I Encontro Nacional de Educação</u>	07/2000
III Simpósio Nacional do Ensino Fundamental e Ensino Médio	06/04/2000 a 08/04/2000
II Simpósio Nacional Ensino Fundamental	23/09/99 a 25/09/99
A Globalização no Currículo	05/07/99
I Simpósio Nacional de Educação de 5º a 8º séries	30/10/98 a 02/11/98
I Seminário Internacional de Avaliação - Cenários, Perspectivas e Mudanças.	01/06/98 a 03/06/98
I Simpósio Nacional das Séries Iniciais	03/03/98 a 05/03/98

FONTE - *site* do GRUHBAS na Internet

Nesse sentido, é importante destacar aqui também a participação na equipe da Secretaria Municipal de Educação de Santos durante o governo de David Capistrano (1993-1996), que permitiu a alguns integrantes do grupo acumular experiência no âmbito das políticas públicas de educação. Essas ações contribuíram para que o grupo se consolidasse como referência para prestação de serviços de assessoria educacional, sobretudo no campo da formação permanente de professores não somente de história, mas também de professores do ensino fundamental e médio em geral. Além disso, embora o grupo pareça se filiar a uma vertente teórica em sua constituição, nos jornais, eventos e propostas de formação pode-se notar a ampliação do leque de contribuições, especialmente a partir do momento em que iniciam as assessorias.

A partir do segundo semestre de 1996, o GRUHBAS ampliou seu campo de atuação, desenvolvendo atividades não só em História, mas também em outras áreas do conhecimento. Nessa nova fase, começou a contar com um grupo de profissionais da educação, com sólida experiência em currículo, educação continuada e avaliação do rendimento escolar. Passou a desenvolver projetos voltados para a formação de professores e para a coordenação e implementação de trabalhos coletivos nas escolas, com foco na reversão do quadro de evasão escolar. (*Site* do GRUHBAS, página inicial)

A produção dos jornais *Bolando Aula* em 1996, do *Bolando aula de história* em 1998 e do jornal *Subsídio*, bem como do livro “*A invenção da sala de aula – o melhor do Bolando Aula*” organizado pelo GRUHBAS *projetos educacionais e culturais, 2002* com os melhores artigos publicados nestes jornais, compõem as estratégias do grupo para

alcançar tal legitimidade no campo educacional. Podemos ainda dizer que o grupo busca construir sua legitimidade no campo educacional declarando-se portador da novidade, da invenção, da autonomia, conforme citado, quanto às suas concepções do grupo a partir da dissertação de Carvalho (2000) e dos trechos do jornal anunciando a invenção e a inovação.

Os temas que evidenciam a inovação são aqueles que procuram trazer novas fontes para o ensino de história e assim usar as novas linguagens como o cinema que recebe claro privilégio na publicação com o maior número de artigos sobre este tema: vinte e dois textos escritos pelo mais significativo colaborador do jornal **Nilo Castro**. Esses textos que trazem a fotografia, a música, fontes materiais como os rótulos dos produtos figuram na publicação dos textos de Antonio Aparecido Primo conforme figuras nº 2, 3, que reproduzem parte das capas dos jornais nº 18 e 11 respectivamente. Outra referência à novidade é a presença dos textos sobre multiculturalismo nos jornais nº 38 e 40 do Ano seis (2003) e as questões da igualdade racial no jornal nº 48, ano oito (2005) com jornais temáticos. A vinculação aos PCN evidencia-se através da quantidade de textos que os reproduzem ao longo do período analisado nos jornais número três do ano um e o número 26 do ano três, diretamente com as transcrições dos mesmos e indiretamente através dos artigos sobre educação de jovens e adultos. Outras referências são os textos e sobre o ensino de história de Paulo E. D. de Mello nos anos 5,6 e 7 do jornal, igualmente como os artigos de Circe Bittencourt e Antonia Terra nos anos um, dois e três do jornal uma vez que elas participaram diretamente de sua formulação, assinalados na Tabela autor/texto, apresentada no **Anexo III**.

FIGURA 2



FIGURA 3



O GRUHBAS adota uma fórmula editorial no jornal *Bolando Aula de História* em que os textos são preparados e impressos segundo cânones específicos que visam alcançar um público maior: os professores do ensino fundamental e médio. O objetivo é torná-lo atraente, capaz de despertar o professor para sua leitura. As capas usando imagens de filmes, primeiro em preto e branco e depois coloridos fazem parte desta estratégia editorial, que busca chamar a atenção do leitor bem como se apresentar como inovadora ao identificar-se com o uso das múltiplas linguagens disseminadas pelas propostas curriculares dos fins dos anos 1980, pela proposta da CENP de 1992 e pelos PNC de 1996. Essa estratégia busca demarcar um lugar de enunciação do conhecimento legítimo sobre educação, sobre a prática de ensino de história, sobre as práticas de formação permanente em serviço porque é inovadora e colada às novas abordagens pedagógicas. O jornal também apresenta conhecimento legítimo porque deriva das práticas pedagógicas dos professores e, ao mesmo tempo, quer com suas ações legitimar este conhecimento prático.

Por outro lado, com a inserção de relatos sobre o conhecimento prático como os relatos de experiência, o saber-fazer, não necessariamente desvinculados da teoria, mas que dão voz aos professores e aos seus saberes, busca-se legitimá-los e alterar as relações de poder dadas quanto à interferência no campo da formação permanente de professores de história. Vários integrantes do jornal buscam também alcançar sua

legitimação acadêmica obtendo títulos de mestrado e doutorado, apresentando trabalhos e suas produções em congressos, encontros, simpósios e no mercado de prestação de serviços educacionais - assessorias. Todos estes elementos se associam às interferências nas políticas educacionais com a participação na equipe da Secretaria de Educação do município de Santos e na elaboração dos PCN, por exemplo.

Conforme já abordado na introdução desta dissertação, a política educacional dos anos 1990 foi marcada pelas reformas “neoliberais” que, de forma geral, buscaram substituir a intervenção do Estado pela privatização. Paralelamente, a ausência do Estado no atendimento dos setores sociais mais atingidos pelas implicações da globalização abriu espaço para o surgimento do chamado terceiro setor, ocupado majoritariamente pelas ONGs (Organizações não-governamentais) ou para o processo de terceirização na economia. Nesse contexto ocorreu tanto a terceirização da formação permanente do professor por parte do Estado, com o PEC/SSESP, como ocorreram experiências como a do GRUHBAS, organizações não governamentais que buscaram dar respostas às suas necessidades de forma coletiva e organizada, muitas delas originadas de lutas por direitos ou para garantir e implementar direitos adquiridos, porém não efetivados.

São as ONGs, que se dispõem a vigiar criticamente o Estado, lutando para se fazer ouvir na formulação de políticas públicas e prontas a oferecer propostas inovadoras de atuação a partir de seus próprios projetos experimentais, financiados pela chamada cooperação internacional, uma teia de organizações não governamentais (principalmente européias e, em sua maioria, vinculadas a igrejas — ecumênicas, evangélicas e católicas) do hemisfério norte (FERNANDES, 1994, p.79-85).

Caracterizar o grupo requer uma breve discussão sobre o terceiro setor e as OSCs são assim apresentadas em texto de Sergio Haddad (2001):

Em seu uso mais tradicional, "sociedade civil" é parte de um binômio e faz contraponto com o Estado. Corresponde à população de cidadãos, ou esfera privada, e abrange suas variadas formas de organização e expressão — com ou sem fins lucrativos, podendo ser legalmente constituídas ou espontâneas e informais. (...) fenômeno de participação crescente dos cidadãos em assuntos antes exclusivos à esfera pública, na defesa da justiça social e na promoção de causas de interesse geral. (...) "organizações da sociedade civil" — OSCs² — para referir-se aos atores coletivos que expressam um sem-número de causas e interesses difusos da população, freqüentemente vinculados ao exercício mesmo da cidadania (LANDIM, FERNANDES, 1988; LANDIM, 1993; FERNANDES, 1994; GARRISON, 2000).

sociedade civil organizada e OSCs confundem-se para designar o multifacetado universo das organizações constituídas livremente por cidadãos que atuam diante da carência de produtos e serviços que o Estado não atende de modo satisfatório e o mercado não tem interesse de atender. Pertencem a esse universo as organizações de base (*grassroots*) ou entidades comunitárias, voltadas para a promoção do desenvolvimento local e liderança de lutas populares; as organizações intermediárias de assessoria e pesquisa (*think tanks*) ou de defesa e promoção de direitos (*advocacy*); (HADDAD, 2001 p. 62)

O GRUHBAS, como outras entidades/ONGs educativas – CENPEC, Ação Educativa – tem sua origem ligada às pessoas que tinham forte vinculação com os movimentos sociais e participavam de lutas por transformação na sociedade brasileira, bem como às pessoas que tinham passado por experiência ou estavam passando por experiência na administração pública em gestões de esquerda – do Partido dos Trabalhadores – nas secretarias de educação. A tentativa de construir alternativas não oficiais, ligadas à idéia de contra poder incentivaram estes grupos a constituírem-se de modo a ter visibilidade, inserção, e possibilidades de construir suas propostas longe do controle oficial, pois deveriam se contrapor a esta sociedade e criar as instâncias que a derrubariam. Estas deveriam ser, portanto, estruturas novas, com base em novas relações. Este percurso levou inevitavelmente à necessidade de relações com o Estado para cobrar o que entendiam, de um lado, ser sua responsabilidade e que não era cumprida. De um lado, a passagem pelo poder público, ter tido a possibilidade concreta de implementar suas propostas e por fim deste ter de abandonar o que se construiu levou-os a tentar constituir espaços que pudessem de alguma forma dar continuidade ao que “plantaram”. Assim o GRUHBAS enquadrar-se-ia no novo conceito amparado “por um tripé: Estado/mercado/sociedade civil — esta última, agora, entendida como uma "terceira esfera", numa interseção entre o espaço público e o privado, reunindo virtudes de ambos para a promoção do bem comum”(HADDAD, 2001, p. 62).

Nesse movimento o GRUHBAS estabeleceu relações com a Diretoria Regional de Ensino como uma conquista para garantir o direito de autonomia dos professores. Posteriormente ao estar no poder na gestão de David Capistrano (1993-1996) o grupo experimenta novas possibilidades para suas propostas e deste momento em diante começa seu processo de institucionalização. È da participação nesta gestão que o grupo ganha mais credibilidade e se credencia junto às demais administrações petistas e destas

para outras quanto à realização da prestação de serviços educacionais. Este processo garante ao grupo a contratação para assessorar diversas prefeituras na implementação das reformas educacionais advindas da municipalização, da garantia da inclusão social, da adequação ou criação das redes municipais de ensino e garantem também relações com os fundos como o FUNDEF. Nesse sentido o GRUHBAS passa a se beneficiar dessa e de outras verbas públicas destinadas aos municípios para realizar suas tarefas com a educação e, em especial, com a formação permanente de professores, conforme aponta Haddad (2001 p. 63)

No vasto panorama das OSCs, é preocupação corrente destacar aquelas que propugnam fins públicos, beneficiando um amplo espectro da população, sem, contudo, abrir mão da independência e autodeterminação asseguradas às organizações livremente estabelecidas com o amparo da Constituição.

Estabelecido o perfil do grupo e seus membros, de modo a caracterizar o lugar de onde falam e escrevem faz-se necessário, no próximo capítulo, proceder à abordagem do referencial teórico da história cultural e das práticas de leitura que sustentam as análises sobre os dispositivos que organizam a leitura no jornal para esclarecer as conclusões produzidas.

CAPÍTULO III

AS PRÁTICAS DE LEITURA DOS PROFESSORES: ENTRE A PRESCRIÇÃO E A INVENÇÃO

As possibilidades instauradas para investigar as práticas de leitura dos professores deram-se com o pioneirismo das investigações de Roger Chartier (2001) e a constituição do campo da História das Práticas de Leitura. Diante da raridade de seus vestígios e da complexidade da interpretação dos indícios indiretos e dos limites da História do Impresso, procurou-se ultrapassá-los com a investigação dos usos, manuseios, formas de apropriação e de leitura dos materiais impressos, avançando para a história de uma prática cultural.

Este caminho, percorrido nas investigações que Chartier (2001, p. 80) realiza sobre as práticas de leitura no Antigo Regime, permite formular hipóteses importantes que transformam os estudos posteriores. A afirmação de que a “aquisição do domínio da leitura se dá antes da escrita” resulta então na constatação de que a população potencialmente leitora é maior do que a que sabe escrever. Esta verificação permite-lhe não restringir a capacidade de leitura de uma sociedade às percentagens de cidadãos alfabetizados e assim encontrar nas sociedades tradicionais inúmeras experiências, maneiras de ler constituindo a história da leitura oral, coletiva e pública até a conquista da leitura visual e silenciosa – leitura silenciosa individual e privada.

O autor destaca três períodos nesse processo de longa duração:

1. século IX–XI – scriptória monástica abandona a leitura e cópia pela oralidade;
2. século XIII – difusão da leitura silenciosa nas universidades;
3. século XIV – nova maneira de ler alcança os aristocratas leigos.

Esse processo instaura uma nova relação com o livro mais fácil e mais ágil, favorecendo a transformação, por exemplo, da separação entre as palavras no manuscrito. A leitura oral que mobiliza o corpo inteiro é substituída pelo livro folheado e percorrido na absoluta intimidade de uma relação individual. É possível observar este processo em passagens das obras de Émile Zola e Molière apresentando as relações de alguns de seus personagens com as variadas modalidades de leitura nos séculos XVII e XIX. O autor pôde, então, formular outra importante hipótese generalizável: “a cesura entre ler e escrever não separa apenas duas competências, distingue duas habilidades léxicas” (CHARTIER, 2001, p. 84), que tem sido amplamente utilizada em estudos pedagógicos atuais sobre aquisição da leitura e da escrita.

Seu estudo indicou, ainda, que há outras distinções provenientes do próprio estilo da leitura que produzem relações mais contrastadas entre o leitor e o objeto lido possibilitando a passagem da leitura intensiva – maneira de ler que assegura eficácia ao texto pela apropriação lenta, atenta e repetida para a leitura extensiva – maneira de ler visual, silenciosa e individual. Assim, a maneira de ler deve ser cruzada com os protocolos de leitura dos diferentes grupos de leitores, traços e representações de suas práticas de leitura. Precisando o estudo dos usos, das maneiras de ler, as duas representações das práticas de leitura impõem a necessidade de identificar o que é uso comum e hábito pessoal, exemplaridade social e especificidade pessoal. Isto é possível enfocando o próprio objeto impresso, pois, em suas páginas e linhas, há os vestígios da leitura que seu editor supõe promover nos limites de sua possível recepção. Tais vestígios tornam-se verificáveis e passíveis de demarcação como a leitura comum ou pessoal, ou seja, aquela que foge dessas marcas do impresso que o editor/autor supõe inscrever nele.

Ao considera o impresso como um objeto cujos elementos e estrutura remetem a um processo de fabricação e a um “processo de leitura ajudado ou derrotado pelas próprias formas materiais que lhe é dado a ler” (CHARTIER, 2001, p. 95), o autor estabelece a distinção entre dois conjuntos de dispositivos.

- ✓ Dispositivos de produção do texto: senha que o autor inscreve na obra para produzir a leitura correta dela de acordo com sua intenção; define relação correta com o texto; impõe seu sentido; dupla estratégia - inscreve no texto as convenções literárias, sociais para sua sinalização, classificação e

compreensão e conjunto de dispositivos de escrita textuais impõe um protocolo de leitura.

- ✓ Dispositivos de produção do livro: as próprias formas tipográficas – disposição e divisão do texto, tipografia, ilustração; procedimentos de impressão decididos pelo editor/livreiro podem sugerir leituras diferentes do mesmo texto; maquinaria tipográfica sobrepõe seus próprios efeitos aos do texto que conserva seus próprios protocolos de leitura.

Esta distinção possibilita buscar nas transformações gráficas mais efeitos que as próprias significações atribuídas à obra, enfocando a materialidade do objeto impresso e nela a inscrição das representações que o editor faz das competências de leitura do público ao qual se destina. Estas serão, portanto, as pistas perseguidas neste estudo sobre o jornal *Bolando Aula de História*.

O autor considera-se, então, o suporte em que se apresenta o texto, a sua materialidade enquanto portador de sentido e acrescenta-se ao texto a história do ler em que as significações do texto são constituídas diferencialmente pelas leituras que se apoderam dele. Disso decorre uma dupla consequência: dá-se “à leitura estatuto de uma prática criadora, inventiva, produtora, o texto lido sofre resistência, desvio” (CHARTIER, 2001, p. 78), operado pelo leitor. Os “atos de leitura dão ao texto significações de maneiras de ler coletivas e individuais, herdadas ou inovadas, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido” (CHARTIER, 2001, p. 78), pelo autor e pelo impresso, conforme hábitos de seu tempo. Estas proposições implicam buscar os sinais nos desvios, nas práticas de utilização e consumo indicando que o mesmo texto e livro são objetos de múltiplas decifrações socialmente contrastantes.

As reflexões construídas sobre escola e cultura escrita estabelecendo as relações entre o livro *A leitura de um século a outros – Discursos sobre leitura*, de Anne Marie Chartier e Jean Hébrard (2000), e o de Armando Petrucci (1999), *Alfabetismo, escritura e sociedade* trazem importante contribuição para pensar possibilidades de mudança a partir de alterações na materialidade do texto impresso que se investiga nesta pesquisa.

Os estudos sobre a escrita e a escritura têm utilizado recentemente uma metodologia interdisciplinar. Observamos uma renovação nos estudos históricos sobre a alfabetização e a cultura escrita. O campo histórico centrado no estudo do alfabetismo e da

alfabetização é um dos que evidencia com mais clareza as transformações experimentadas pela historiografia contemporânea nos últimos anos e a obra de Armando Petrucci (1999) insere-se neste campo apresentando a riqueza das contribuições da paleografia para seus estudos e as significativas “descobertas” que ela possibilitou articulando-se metodologicamente com os instrumentos já experimentados pela história cultural. As obras de Anne Marie Chartier e Jean Hébrard(2000), que vêm na esteira dos estudos das práticas de leitura de Roger Chartier(1999), também estão neste marco das inovações historiográficas buscando na exemplaridade, na singularidade, no cotidiano, nos espaços inusitados, nos sujeitos que resistem às prescrições frente à escrita e à leitura os vestígios, as marcas, os registros da constituição da história da cultura escrita, especificamente da leitura, na longa duração.

O livro de Petrucci (1999) trata da difusão social do alfabetismo, das transformações da produção escrita desde o manuscrito medieval, passando pela imprensa até a informática e a distribuição social da produção da memória cultural segundo estratégias de poder político. Interessam para esta pesquisa os estudos dos diversos sistemas de produção escritos na época do manuscrito e da imprensa e os estudos dos diversos sistemas das práticas de leitura do medievo até nossos dias, atento aos métodos, ambientes e transformações. Estes temas diversos estão articulados por um denominador comum: um enfoque marxiano da investigação histórica, associando a reconstrução das práticas culturais com o advento da divisão da sociedade em classes. Neste sentido, os presentes estudos levam em conta a distribuição das capacidades de produção e as possibilidades de utilizar testemunhos escritos nesse âmbito e segundo as seleções feitas pela classe dominante. Também se estudam as regras que determinam o funcionamento dos mecanismos e das instituições de conservação do escrito segundo um caráter político. Estes aspectos são importantes para esta pesquisa, pois permitem analisar as possibilidades da distribuição das capacidades de produção no momento da criação do jornal e as relações dos integrantes do grupo que o produzem com diferentes segmentos do campo educacional, uma vez que o grupo é constituído de professores da rede pública estadual, no início, e disputa poder com o Estado e a academia.

Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (2000) traçam, em seu livro, a trajetória que a leitura vivencia nos discursos oficiais recuperando os significados que assume a presença de leitura nos diferentes discursos, desde 1840 até atualmente. Os

autores procuram mostrar as prescrições relativas às práticas de leitura e às práticas de apropriação desta que as pervertem enquanto “caça furtiva” em terreno alheio marcado por um conjunto de coerções, um conjunto de dispositivos prescritivos.

Podemos perceber pontos de contato nas investigações das duas obras mesmo que por caminhos diferentes utilizando diferentes metodologias. O primeiro ponto deste contato localiza-se nas referências às transformações anteriores a Gutemberg que teriam contribuído e realizado certa revolução na difusão da escrita, o papel do autor nas produções do texto e neste sentido a discussão do autógrafo que ocupa destaque nas duas obras. Ambos concordam quanto à revolução que Gutemberg representou para a produção do texto, mas ela não revolucionou a recepção, a apropriação e as relações de poder. Para Petrucci, a introdução na Itália da imprensa de caracteres móveis na Itália ampliou o número de leitores e tornou o livro produto com preço mais modesto, mas não provocou profundas mudanças na tipologia do livro que apenas transferiu aos novos livros os formatos do manuscrito. No texto quatro – *Escritura manuscrita e a imprensa: ruptura e continuidade* –, ele situa muito precisa e historicamente o processo de escrita como prática de escrita, maneiras de escrever, tal como exercidas pelos que escrevem em uma situação histórica determinada, assim como Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard entendem a leitura e os discursos sobre esta prática como prática social e cultural.

Falar das práticas de escrita significa, sobretudo, falar não da uniformidade, mas de diferenças. A escrita no singular não existe. As técnicas de escrita comprometem em cada ocasião, de diferentes maneiras, as atividades intelectuais, visuais e manuais daqueles que escrevem, determinando a duração da execução, a posição e os gestos, em suma, a relação com o espaço e o tempo (PETRUCCI, 1999, p. 18).¹⁰

Ao estudar as maneiras e técnicas de produção da escrita nestes dois meios – manuscritos e impresso, o autor observa que há uma relação que se desenvolve na diferença e na oposição, mas nunca na ruptura. Toda sociedade que produz escrita apresenta relação com estas duas maneiras de produzi-la na forma de confrontação e intercâmbio e consciência de pertencimento a um mesmo mundo de formas e expressões.

Assim como Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (2000) descrevem e tecem o fio que conduz a urdidura dos discursos sobre leitura no período de 1840 a 2000

10 Tradução de Alfredo BOULOS, apresentada em seminário da disciplina “Escola e Cultura Escrita” ministrada pela Profa. Dra. Marta Maria Chagas Carvalho no âmbito das atividades do Programa de pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade da PUCSP em 2005.

descerrando o movimento de sucessivas formas de distinção e diferenciação quanto ao acesso, lugar, ambiente e cultura, instituindo práticas de leituras diversas na direção da leitura silenciosa, isolada demarcada por grupos e por classes sociais, Petrucci aponta os processos de diferenciação dos sujeitos escreventes/escritores através da análise das técnicas de escrita e quem as realiza, em que ambiente e cultura e que relações de poder vão se instituindo mediadas pelo acesso, usos, das técnicas praticadas. Processos de disputa que aproximam ou distanciam campos, saberes, sujeitos promovendo continuidades ou rupturas. O momento de passagem da escrita manuscrita para a escrita impressa ilustra este processo. Petrucci traça o processo de transformações das figuras que produzem a escrita na Europa, na segunda metade do século XV, comparando a posição do corpo no espaço de trabalho, os gestos e os procedimentos manuais, as atividades feitas com as mãos; os lugares e os tempos de produção da escrita; o nível sócio-cultural, a educação e a cultura gráfica dos copistas e dos caixista. Estas diferenças conformaram o copista como intelectual e o caixista com operário.

A divergência tipográfico-formal das obras por ele investigadas evidencia exatamente as posições diversas dos autores na hierarquia do poder público.

Em Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (2000) estes mesmos referenciais fazem coincidir as análises sobre o Renascimento quando entrecruzam os caminhos da leitura silenciosa com a leitura em voz alta. As técnicas de escritura inventadas para ler o latim difundidas pelos impressores-tipógrafos comprovam que tomam decisões sobre a ortografia da língua mais que os gramáticos. O contato com o texto escrito supera amplamente o círculo de leitores da época pela leitura em voz alta que segue sendo praticada. Os autores apontam que a grande inovação dos tempos modernos é ter dissociado a leitura da escritura para permitir uma educação cristã apoiada na memorização de um pequeno conjunto de textos que se lêem e relêem sem cessar, coincidindo com as afirmações de Petrucci de que a reprodução impressa dos textos manteve os mesmos textos manuscritos.

Esses pontos de contato que procurei apontar apenas demonstram também as aproximações e possibilidades que este diálogo pode proporcionar para auxiliar as reflexões que procuro tecer nesta pesquisa sobre as práticas de leitura prescritas pela materialidade do jornal *Bolando Aula de História*. Que instruções são dadas para os professores que enviam seus relatos para serem publicados no jornal? A decisão sobre a

letra utilizada, o número de colunas, a quantidade de toques é definida pelo editor e não pelo autor. Podemos ainda pensar a autoria dos professores de história ao promoverem a passagem da oralidade – a aula – para o escrito no texto em que relatam as suas práticas pedagógicas como movimento de formação permanente em serviço autônomo, avaliando suas tensões, contradições e conflitos.

Para pensarmos as possibilidades da leitura contribuindo com a formação permanente do docente em serviço autônomo, aliadas às possibilidades indicativas da escrita apontadas acima, Andrade (2004) nos apresenta as articulações entre leitura, a formação docente e as práticas pedagógicas, em seu estudo *Professores-leitores e sua formação*. Define que estes três pontos formam um triângulo articulado pelas categorias leitor, locutor, identidade e interlocutor de modo a amarrar os três pontos numa dinâmica de movimento entre experiências individuais, coletivas e de profissionalização, conformando o docente. Seu estudo aborda a leitura de professores em formação inicial e contínua de uma perspectiva externa: a imagem do professor nos suportes que lhe são oferecidos como leitura de formação em uma perspectiva interna: importância das leituras profissionais na descrição dos próprios sujeitos através de relatos pessoais de trajetórias profissionais. Observa a leitura em construção na formação inicial realizando entrevistas-depoimentos com estudantes e professores universitários. Evidencia uma discrepância entre as formas de entender e praticar o ler e o escreve na formação do professor.

Podemos dizer, a partir do estudo de Andrade (2004), que a leitura – processo individual e interno – foi ampliada a dimensão de processo externo numa perspectiva social. Por um lado, consideram-se os suportes, as situações escolares pragmáticas em que ela ocorre, os gestos que produz. De outro lado, questiona-se a concepção de formação da década de 1980, valoriza-se as singularidades e processos particulares, a experiência individual; aponta-se a necessidade de uma formação de base comum a todos os professores, buscam-se critérios de qualidade nas instâncias de formação, persegue-se a formação de um professor pesquisador. E paralelamente a estes dois movimentos o saber docente ganha importância, percebe-se que o professor planeja ações pedagógicas com autonomia em relação às teorias; não se concebe mais a prática pedagógica como consequência direta da formação recebida; pensamos as práticas pedagógicas sempre em contexto incluindo as relações professor x aluno; entendemos que o professor bem formado busca as fontes do conhecimento frente aos desafios da prática,

visualizamos um professor reflexivo que parte da prática buscando a teoria. Estes parâmetros nos indicam, portanto, condições de letramento, acesso aos meios de publicidade entre outros. Assim, a formação deveria ensinar a buscar saberes: fontes, lugares; ensinar o saber prático sobre o próprio conhecimento e experiência particular do leitor.

De seu estudo, porém interessa-nos mais o tratamento dado à leitura dos professores em formação entendida por ela como circuito de difusão de informação científica a leitor não-pesquisador analisando a importância do aspecto material inerente ao processo de leitura, dos suportes sobre os quais esse processo acontece. Considera, então, a materialidade da fonte de estudo sobre as práticas de leitura – impressão, ilustração, tipo de papel buscando o leitor idealizado, projetado, imaginado pelo autor, os traços da imagem de leitor inscritos no texto. Quer encontrar a excepcionalidade do leitor não previsto que deturpa o ideal e subverte a expectativa utilizando a leitura segundo necessidades inusitadas, singulares, peculiares. Verifica apropriações de leitura projetada, gesto efetivo de recepção – não adequado, de não adesão, as frequentes distorções das práticas efetivas de leitura singulares, intuito que pretendemos perseguir nesta investigação.

Assim, a história cultural no campo específico da história das práticas de leitura dadas por sua materialidade revela-se como o arcabouço teórico capaz de responder aos objetivos deste estudo que tem um periódico educacional como fonte. A análise dos dispositivos que organizam a leitura é, portanto, o tema do próximo capítulo em que se desenvolve a tarefa de reunir os elementos para verificar as hipóteses delineadas nesta pesquisa.

CAPÍTULO IV

O JORNAL *BOLANDO AULA DE HISTÓRIA*: PRÁTICAS DE INVENÇÃO E AUTONOMIA?

*“Escrever é despir-se ao leito;
o leitor, ao me ler, me enxerga
em toda a minha nudez e
poderá me vestir com os seus
conceitos e preconceitos”*

Mário Rudolf

Início a análise do periódico situando primeiramente as possibilidades da existência do jornal *Bolando Aula de História* no âmbito das transformações que ocorreram na imprensa brasileira nas últimas décadas, em que houve “vultuosos investimentos em equipamentos, novas técnicas, estrutura das empresas (...) grande concentração dos veículos de comunicação, e grande diversificação do público consumidor, de dimensão nacional” (ABREU, 2002, p. 7). Este processo de transformações coincidiu com a transição política que levou o país da ditadura à democratização. Antes dos anos 1970 as dificuldades de comunicação eram precárias no território nacional e “a imprensa dependia do Estado, dos pequenos anúncios comerciais” (ABREU, 2002, p. 9).

Com o processo de industrialização, ocorrido entre 1950 e 1960, a atividade produtiva se diversificou e trouxe o investimento em propaganda, bem como o surgimento das primeiras agências de publicidade colocando oitenta por cento da receita dos jornais baseadas nessa fonte. Nesse período, também houve a modernização das técnicas de comunicação de massa, com a inclusão da diagramação “revolucionária”, com fotos e chamadas, da racionalidade na gestão empresarial, do *lead* – parágrafo inicial informativo e de equipes de copidesque. Tais mudanças, de acordo com Abreu (2002), perduram até nossos dias. Alguns desses aspectos estão presentes na composição do jornal *Bolando Aula de História*. Esse conjunto de fatores possibilitou o surgimento, em décadas posteriores, de jornais como esse que é aqui analisado devido à independência que a

imprensa ganhou em decorrência da existência de técnicas mais modernas que facilitaram a produção de um veículo para a divulgação das idéias de determinados grupos. Convém notar, também, que o jornal *Bolando Aula de História* assemelha-se aos suplementos dos jornais diários com forte apelo a uma leitura ligada à produção cultural e “acadêmica” de densidade informativa e, como estes, viveu momentos de introdução de novas idéias, novos temas e novos colaboradores. De outro lado, o formato tablóide pode aproximá-lo da imprensa alternativa que teve sucesso durante a fase aguda do regime militar, fazendo com que ele seja visto como um veículo de divulgação de ações e idéias relativas à formação permanente de professores de história do Estado que se contrapunha aos órgãos editados pelo Estado e pelas universidades.

As condições que possibilitaram a existência do jornal *Bolando Aula de História* também incluem a democratização do país que se abriu à livre manifestação da imprensa e, mais recentemente, às modificações promovidas pela difusão da informática e nas formas de distribuição. “Não há dúvida de que a informatização das redações significou um salto em termos de rapidez de tarefas” (ABREU, 2002, p. 34) e, no caso do periódico analisado aqui, possibilitou que a redação do jornal ficasse a cargo do próprio grupo e somente a impressão se realizasse externamente. Assim como na imprensa periódica em geral todos estes processos descritos brevemente acima culminaram num processo de padronização. Também no *Bolando Aula de História* há uma padronização a partir da profissionalização de sua produção e que irá marcar distintas fases em sua trajetória, das quais tratarei mais à frente neste capítulo.

Ainda neste rápido itinerário panorâmico sobre a imprensa periódica de modo geral em que assinalo as interfaces com as ocorrências no jornal pesquisado cabe ressaltar que

Os leitores (...) têm um interesse cada vez mais utilitário no noticiário e buscam de preferência informações que podem lhes trazer algum ganho direto e imediato. O leitor teria cada vez menos tempo para se dedicar à leitura dos jornais e estaria se tornando cada vez mais seletivo e pragmático. Por outro lado, o número de assuntos que despertam o interesse do público cresce sempre mais. (ABREU, 2002, p. 44).

Essa representação de leitor aparece no jornal *Bolando Aula de História* mediante a ação dos profissionais de jornalismo que o produzem gráfica e editorialmente. Considerada essa situação mais geral da imprensa periódica, procederei à caracterização

mais específica considerando a sua inserção no campo educacional. O jornal *Bolando Aula de História* é um periódico educacional que se destina a fornecer apoio didático aos professores de história possibilitando uma alternativa de formação permanente em serviço. Podemos caracterizá-lo como periódico de reflexão pedagógica, de socialização profissional como Pierre Caspard (1997) caracteriza as pequenas revistas de associações departamentais de professores primários que objetivam a cooperação e auxílio mútuo pedagógico lutando contra o isolamento, promovendo a troca e reflexão eventualmente sob a tutela acadêmica. O jornal é pequeno (16 páginas), é editado por uma associação de profissionais da educação, tem o objetivo de cooperação entre os professores, de troca de experiência sob tutela acadêmica, e outros atores participam da redação. Nos primeiros três anos, o jornal teve como colaboradores principais professores de escolas públicas, que escrevem relatos de experiência e sugestões didáticas, e membros da universidade escrevendo sobre pedagogia geral, teoria da história e do ensino da história, conforme evidencia a Tabela IV.

TABELA IV

ORIGEM DOS AUTORES DOS TEXTOS PUBLICADOS NO JORNAL

Ano do Jornal	Origem do autor do texto	
	Professor da rede pública	Universidade
1 1998	52	23
2 1999	17	6 8*
3 2000	32	24 29*
4 2001	5	19 23*
5 2002	14	18 20*
6 2003	14	18 22*
7 2004	12	16 20*
8 (só fev/2005)	0	3

* incluindo os artigos de Nilo Castro que é professor de escola de aplicação da UFRGS e, por isso, foi computado como originário da universidade.

O jornal paulatinamente se transforma e passa a privilegiar os capacitadores do GRUHBAS na medida em que este se tornou entidade prestadora de assessoria em formação permanente em serviço para o Estado em nível municipal. Observo que, no primeiro número do jornal, o número de textos dos membros do grupo é extenso, pois o jornal está iniciando o seu trabalho e não tem contribuições externas, mas à medida que avança no campo da formação permanente a situação se altera. Os artigos publicados no decorrer do período analisado neste estudo especialmente a partir de 2001 (Ano 4), conforme demonstra a Tabela V, evidenciam esse fato.

TABELA V
ARTIGOS DOS CAPACITADORES E MEMBROS DO GRUHBAS PUBLICADOS
NO JORNAL

Ano do jornal	Textos dos membros do GRUHBAS publicados	
	Vários temas	Editoriais
1	17	9
2	5	3
3	5	5
4	1	0
5	9	3
6	13	4
7	6	0
8	1	0

Como mostra essa tabela, no mesmo período (2001), reduz o número de editoriais assinados pelos membros do grupo e abre esse espaço para a participação de membros de instituições governamentais ou não. Além disso, pode-se notar que, de modo geral, o jornal mantém a participação dos membros da universidade, mas diminui a dos professores da escola pública, conforme evidencia o **ANEXO III** e as Tabelas IV e V apresentadas anteriormente. Nos primeiros anos, o conteúdo do periódico caracteriza-se

por relatos de práticas e sugestões de apoio didático, aliados a resenhas de livros, textos sobre a teoria da história e do ensino de história, entrevistas com acadêmicos do campo da educação e da história.

TABELA VI
TIPOS DE TEXTOS PUBLICADOS POR ANO NO JORNAL

Ano	Ano do jornal	Relato de Experiências	Apoio Didático	Teoria da História	Teoria do Ensino da História	Teoria Educacional	Resenhas
1998	1	24	23	6	4	4	4
1999	2	6	6	7	2	7	3
2000	3	11	16	19	9	12	7
2001	4	5	4	15	5	8	4
2002	5	2	8	13	16	16	1
2003	6	3	8	9	4	5	5
2004	7	-	7	11	5	12	18
2005	8*	1	-	4	1	1	-

* Somente o nº 48, de fevereiro.

A classificação dos textos apresentadas na Tabela VI foi estabelecida tendo como critério os temas em relação ao público leitor – os professores de história. Os relatos de prática permanecem até o número 48, mas em menor quantidade enquanto que os textos teóricos e de pedagogia geral, bem como as entrevistas ganham maior espaço. Verificando a tabela autor/texto, localizada no **ANEXO III**, pode-se constatar que a quantidade de textos desta natureza e o número de páginas destinadas a eles aumentam a partir do terceiro ano da publicação. Enquanto em 1998 havia vinte e quatro relatos de práticas publicados, em 2000 este número passa a ser menos da metade (onze), em 2001, a redução é ainda mais expressiva (cinco) e, em 2002, somente dois. Em contrapartida, em 1998 há seis artigos sobre teoria da história e quatro sobre teoria do ensino da história, em 1999 há sete artigos de teoria da educação, sete de teoria da história e dois de teoria do ensino de história; em 2000 há doze artigos de teoria da educação, dezenove de teoria da história e

nove de teoria do ensino de história; em 2001 há oito artigos de teoria da educação, quinze de teoria da história e cinco de teoria do ensino da história; em 2002 treze de teoria da história, dezesseis de teoria da educação e dezesseis de teoria do ensino de história. Devo lembrar que nos dois primeiros anos a publicação era feita a cada mês letivo (nove exemplares por ano), enquanto nos demais anos ela passou a ser a cada bimestre letivo (cinco exemplares por ano).

É importante notar que cresce também a reprodução de textos e artigos produzidos para as atividades de formação realizadas pelo grupo ou que são resultados desse tipo de iniciativa. A transcrição de legislação, especialmente dos PCN e da lei 10.639/03, que trata da igualdade racial, tem ocupado espaço significativo no tratamento dado às temáticas privilegiadas pelo periódico nos últimos números. A questão da igualdade racial tem sido objeto de destaque do periódico mais recentemente. Além disso, é possível constatar a forte identificação com as abordagens historiográficas contemporâneas, advindas da chamada “Nova história”, tais como a história cultural, história das mentalidades, história do cotidiano, história local observando os objetos das propostas de apoio didático, por exemplo, fotografias, iconografias, filmes, objetos da cultura material – rótulos, entre outros. Também é possível notar a tendência de se tratar os sujeitos históricos, como por exemplo, os trabalhadores das docas santistas. Segundo Jacques Le Goff,

Claro, um Natan Wachtel, com “A visão dos vencidos”, modelo e obra-prima da história nova, dilata essa história às dimensões sem fronteiras da etno-história. Contudo, a história nova não se contenta com esses avanços. Ela se afirma com história global, total, e reivindica a renovação do campo histórico. (LE GOFF, 1998, p. 27)

Nesse sentido, vale ressaltar que a história nova ampliou o campo do documento histórico e promoveu uma conquista metodológica vivendo uma “revolução documental”. A interdisciplinaridade é um fenômeno que assinala a emergência de um novo campo do saber, dando nascimento às ciências que transgridem as fronteiras disciplinares. Vinculações a essas duas tendências aparecem nos artigos do jornal que evidencia, desse modo, a sua identificação com os PCN, de cuja elaboração alguns de seus editores participou.

É possível notar por meio da classificação dos textos, apresentada na Tabela VI, as possíveis seções que o jornal trás, mas elas somente são designadas com algum sinal

nominal a partir do número trinta e um, no ano quatro, por exemplo – História, Cinema, Multiculturalismo, entre outros. Mas não se reproduzem igualmente daí para frente. A designação mais permanente foi a da seção “*cinema*”, havendo intensa variedade nos números que se seguiram a este primeiro em que estas designações parecem.

Aliás, em suas produções, aparece claramente o predomínio da linguagem imagética nos temas tratados nos textos sendo dentre elas a cinematográfica aquela que ocupa lugar de destaque predominando nas capas do ano três número vinte e quatro até o ano sete número quarenta e quatro. Há um texto sobre este tema na maioria dos números analisados do jornal escritos por um colaborador assíduo Nilo Castro, vinte e quatro, o que também se observa no **Anexo III**. Como mostra a tabela apresentada a seguir, dentre as linguagens privilegiadas pelo periódico, destacam-se a iconografia e a fotografia, que ocupam o segundo lugar após a cinematográfica:

TABELA VII
TIPOS DE DOCUMENTOS E LINGUAGENS OBJETO DOS TEXTOS
PUBLICADOS

Temas	Quantidade de textos publicados
Documentos	6
Cinema	24
Fotografia	5
História local	7
Imagem	6
Jornal	4
Música	5

O que parece justificar o privilégio da linguagem imagética, especialmente do cinema, é a identificação do jornal com as práticas de inovação pedagógica e historiográfica. Esta filiação do jornal parece também demonstrar uma grande aproximação com as propostas oficiais – seja a proposta curricular da CENP de 1992 ou a dos PCN –

que valorizam a utilização de outras linguagens como fontes ou objetos de estudo no ensino de história e dão destaque a exemplos de práticas com a iconografia, as obras de arte, e o cinema. Em contrapartida, outras linguagens (por exemplo, a música e a cultura material) aparecem nos textos com menor ênfase. A preocupação em articular os conhecimentos históricos com a realidade dos educandos também aparece com grande ênfase nos relatos e sugestões de apoio didático.

Ainda no que concerne à caracterização do jornal, cabe assinalar que ele é produzido em papel jornal branco e preto e, atualmente a capa e contra capa são impressas em papel off set e colorida. O editorial saiu da capa, lugar que ocupou até o número três, e passou para a contra-capa variando a sua extensão de meia página a três quartos de página quando passou a contar com um profissional de projeto gráfico e editoração eletrônica.

No decorrer do período examinado aqui, foi possível identificar fases em sua trajetória tendo como critério as mudanças nas estratégias editoriais evidenciadas pelos dispositivos tipográficos. Tais dispositivos contribuem para dirigir a leitura de acordo com as necessidades de produzir uma determinada interpretação do texto, dando ao jornal o caráter de uma série. Desse modo, o aparelho crítico constitui indicações de manuseio de determinado periódico e facilita sua leitura. Para atingir o público e ordenar a circulação, Toledo (2001) afirma que o “editor constrói dispositivos de auxílio à leitura para que o leitor possa se identificar com o leque de escolhas contidas na coleção” (p.150).¹¹

¹¹ Há investigações que auxiliaram nessa pesquisa de modo decisivo quanto à análise dos dispositivos que organizam a leitura. Ana Maria Smith Santos (2005), em sua dissertação, analisou os Cadernos de Educação produzidos pela administração do Partido dos Trabalhadores buscando desvendar as estratégias de sua produção nos seus dispositivos textuais e materiais que carregam referências de um lugar de poder, pois são oficiais, utilizando uma orientação de investigação da *arqueologia dos objetos* advinda da história cultural. Assim, a autora caracterizou os Cadernos como suporte empregado na formação docente e na conformação de práticas adequadas à Reforma Educacional e como objeto de veiculação das *ações significativas* da SEMEC e de seus professores. Este é, portanto, um estudo com o qual mantere um diálogo estreito, pois articula os mesmos vértices de minha investigação: a imprensa periódica em sua materialidade, a formação de professores e a prática pedagógica. Omar Schneider (2003), em sua dissertação *A Revista Educação Física: 1932-1945 Estratégias editoriais e prescrições Educacionais* - interrogou esse objeto a partir de sua materialidade, das práticas das quais foi produto e atualmente são resíduo. Buscou compreender ritmos e fases durante os seus treze anos de circulação. Ele destacou a fórmula editorial, os procedimentos, a instituição dos editores e analisou os dispositivos que estes utilizaram para controlar a leitura do impresso e reger o seu uso. Com isso, identificou o processo de mudanças de significado e objetivos da educação física problematizando também as prescrições sobre o corpo, o modelo idealizado pelos editores, compreendendo, ainda, a utilização do periódico como lugar de poder ao pretender educar o leitor para finalidades de educação física nacionalmente. No que tange ao caráter prescritivo da imprensa periódica educacional relativa a um componente curricular, as disciplinas escolares, em sua materialidade, a dissertação de Fátima Aparecida dos Santos (2005), *Escola nova e as prescrições destinadas ao ensino da disciplina de Geografia da escola primária em São Paulo no início do século XX*, foi de grande importância.

Os dispositivos usados neste periódico com este objetivo foram: a capa, o índice, a estrutura interna, as indicações dos autores dos textos, os extratos do texto, os editoriais, as indicações de seções, que deixaram marcas de sua produção e da intenção para qual foram empregados. O aparelho crítico procurou dar um sentido de continuidade através da referência bibliográfica, da apresentação dos autores dos textos como forma de estabelecer os autores dos artigos e das obras como os mais adequados às necessidades da constituição das práticas pedagógicas inovadoras no âmbito do ensino de história.

Antes de chegar à padronização da produção, que só foi alcançada a partir do número vinte e quatro em 2000, sob o projeto gráfico e editoração eletrônica de Luciana Lane Vallengo, o jornal viveu intensa experimentação, seja pelo amadorismo, seja pelas limitações de uma produção de baixo custo. Entretanto, parte da padronização foi atingida com o projeto gráfico de Wanderson Lopes de Faria, de meados do ano um até o número vinte e três do mesmo ano. Essa padronização possibilitou o reconhecimento do jornal como uma série ou coleção própria para os professores de história para dar-lhe apoio didático e contribuir com a sua formação.

Conforme já foi dito, identificou-se três fases no jornal. A primeira fase em que identifiquei dois momentos: um, que chamo experimentando a invenção, devido ao amadorismo na produção do periódico e a visível tentativa de inventar o impresso a semelhança das representações que os editores tem de um professor de história intelectualizado, e outro que chamo experimentando a profissionalização, quando há a interferência de um profissional de projeto gráfico e editoração negociando com as pretensões dos editores e suas representações do professor de história leitor. A segunda fase, que chamo a invenção profissionalizada, refere-se ao momento em que os preceitos dos profissionais da área jornalística e da produção gráfica passam a predominar na elaboração do jornal que passa a ter uma editoração profissionalizada definindo uma padronização que se manterá até o número vinte e três quando haverá a mudança do profissional responsável pela editoração. A terceira fase é marcada também por dois momentos: um em que o cinema predomina tanto nas ilustrações da capa quanto nas produções do jornal e o outro em que a publicação passa a ser temática. Procederei, então, à análise tendo em vista essas fases situando-as no tempo e explicitando os aspectos referentes aos dispositivos que organizam a leitura em cada uma delas.

1. A fase das experimentações (1998)

1.1. Experimentando a invenção (1998, n° 1, 2, 3)

Os primeiros anos do jornal foram aqueles em que se observa o maior número de mudanças e com maior intensidade, caracterizando um momento de grande experimentação, precariedade e menor grau de profissionalização na sua produção gráfica que, ao final do ano dois, assume as feições atuais. O Ano um do jornal editou nove números com periodicidade mensal de fevereiro a novembro de 1998, considerando, assim, os meses letivos.

O jornal é produzido em papel jornal branco e preto. A distribuição é gratuita nos eventos do GRUHBAS e outras situações de eventos de educação. Já teve a Editora Atual como sua distribuidora e hoje é distribuído pelos próprios editores. Vivenciou a mudança da impressão da Artgraph S/A para Pré Impressão Editora Gráfica Ltda., responsável pela sua impressão até julho de 2004, e para a E-Laprint até fevereiro de 2005, limite desta pesquisa, mas atualmente é a Gráfica Diário do Litoral que faz a impressão. Foi realizado sob a responsabilidade jornalística de Tereza Cristina Mattar, impresso pela Artgraph S/A e distribuído pela editora atual, durante o ano um e dois.

No jornal número um do ano um, por exemplo, a editoração é assinada por Mary Kawauchi, membro do grupo, e nos números dois e três há referência a um programador visual – Basílio Lookin. A revisão é de Marcos A. P. de Andrade no número um e de Edson Florentino José, outro membro do grupo, nos números dois e três. Há desde o início uma jornalista responsável que permanece até o número 48.

Os primeiros jornais levam a marca da inexperiência, da precariedade na editoração. A tentativa de invenção leva a experimentos editoriais mais baseados nas concepções dos professores de história membros do grupo que o produzem e menos nos princípios da editoração e produção jornalísticos, salvo aquelas que são de óbvio domínio público e definidas pelos processos de impressão de acordo com os formatos escolhidos, no caso o formato é tablóide 280 mm por 350 mm, quatro colunas.

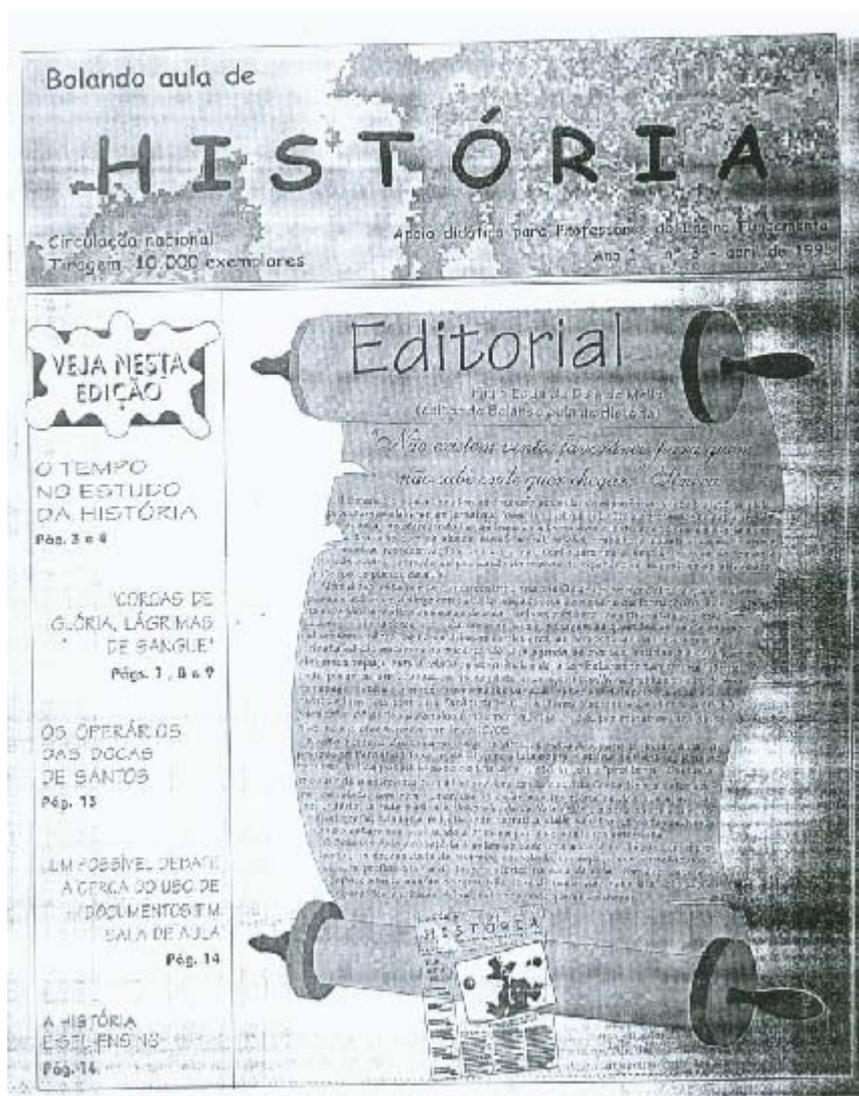
Posso afirmar isto levando em conta o que diz Lima-Hernandes (2005, p. 28), segundo o qual “as ferramentas textuais variadas – estímulos ao leitor leigo –

Há, ainda, nas capas o nome do jornal destacando a palavra História dentro de uma caixa de texto tendo como fundo uma imagem que se assemelha à parte do mapa da baixada santista, em tons de cinza. O restante do título em letras menores no alto à esquerda como é possível visualizar nas figuras nº 4, 5, 6, que mostram as primeiras páginas dos três primeiros números do jornal. Esta estratégia visa demarcar nitidamente o campo da disciplina escolar ao qual o jornal se filia. Esta caixa contém, a baixo do título à esquerda, a indicação da circulação – nacional e a tiragem – 10.000 exemplares, estratégia que visa dar legitimidade e credibilidade a publicação. Por outro lado, evidencia a sua fragilidade, pois uma tiragem de 10.000 exemplares em nível nacional não é muito expressiva.

FIGURA 5



FIGURA 6



O que podemos identificar como índice localiza-se estrategicamente na capa com o intuito de atrair o leitor, sempre aliado a imagens e com indicação de páginas nos primeiros quatro números e depois aliado a uma imagem temática que ocupa toda a capa. O índice ora aparece com referência ao autor somente do texto principal (nº 5 a 8), ora com o nome dos autores de todos os textos (nº 14 a 18) e, finalmente, só o título do texto, abaixo do título do jornal; esse formato afirmou-se e mantém até hoje.

O nome do jornal em seu interior localiza-se à direita da página juntamente com o número do jornal, o mês e ano de publicação e o número da página localiza-se à esquerda sozinho supondo que o leitor orienta sua seqüência de leitura dirigindo o olhar para a parte superior onde encontra os números das páginas. Esse fato tem relevância, pois

veremos mais a frente que o número da página mudará de posição e implicará em outra orientação para a leitura.

Os leads são utilizados somente no texto de entrevista no jornal número um e, no três, há somente um boxe preto que cita a equipe do GRUHBAS e fotógrafo que realizaram a entrevista com Emilia Viotti.

Este período é marcado por muita experimentação e pouca constância nos dispositivos utilizados. Os editores ainda estão procurando a fórmula editorial ideal que responda aos seus objetivos. A variedade de tipos de letra e tamanho de fontes é outra marca desta experimentação. Nos textos dos jornais nº 1 e 2 predomina o tipo *times new roman*. O uso do tipo arial aparece na apresentação do jornal número um, no editorial do número dois e predomina no número três em cinco dos sete textos publicados. A maior variedade no uso de tipos e tamanhos de fonte verificam-se nos títulos dos textos como se observa nas figuras nº 7, 8, 9, 10, que reproduzem parte das páginas.

FIGURA 7

Boletim da Universidade Federal do Rio de Janeiro - nº 1 - fev/86

3

Representações sociais e métodos de ensino-aprendizagem*

Cete Maria Fernandes Bittercourt

Definidos os temas de estudo, sejam eles estabelecidos pelo programa tradicional ou pelas propostas de eixos temáticos ou tema gerador interdisciplinar, as representações sociais podem servir como instrumento importante para a problematização, organização dos conteúdos e conceitos, além de desenvolver o papel de avaliador do processo de aprendizagem dos alunos.

No caso do ensino de História, os temas de estudo não necessariamente ligados e permeados por eixos de leitura externas às salas de aula, sendo, em muitos casos, objeto de debates e de controvérsias que não podem nunca se limitar ao domínio epistemológico mas também devem ser compreendidos em seus aspectos políticos e ideológicos. A apresentação dos temas de estudos de História suscita, em maior ou menor escala, dependendo do nível em classe, uma avaliação inicial pelos alunos e, dificilmente eles não possuirão um conhecimento prévio sobre temas e conceitos propostos para estudos.

Desta forma, é fundamental que o professor faça emergir as representações sociais que os alunos possuem sobre o tema a ser estudado no sentido de identificá-las para melhor organizar os conteúdos a serem apresentados, ampliar informações, explicitar com mais cuidado estudos comparativos, estabelecer com critérios mais adequados os materiais didáticos.

Fazer com que os alunos apresentem e exponham suas representações sociais sobre o tema proposto para estudo, pode possibilitar uma reflexão também para os próprios alunos. Ao possibilitar, por intermédio de debates e

1. Pesquisa da representação de alunos sobre empresa: método para elaboração de questionário



A escolha da empresa como o objeto de estudo pela equipe de pesquisadores, ocorreu, por várias razões, segundo a própria equipe. Trata-se de um conceito considerado bastante significativo por ser um dos fundamentos da vida das sociedades modernas, sendo objeto de constantes debates, socialmente bastante valorizado, revelador de conflitos de ideias e valores, com fortes raízes ideológicas, sendo também um tema veiculado pelas mídias, tendo os alunos experiências diretas ou por intermédio de informações dos pais, além de estar ligado às perspectivas de trabalho futuro das gerações escolares.

O projeto

O projeto pretendia confeccionar um instrumento válido e operacional para recolher enunciados que permitissem a um professor, em sua classe, obter informações confiáveis sobre as representações sociais de seus alunos. Uma primeira etapa do trabalho introduzia a preocupação central dos professores quanto ao método de experimentação e ao estudo de diversos procedimentos que identificassem as representações dos alunos em relação à aprendizagem.

O questionário organizado deveria atender a um duplo imperativo:

- ser de fácil manipulação pelos professores que deixassem se integrar na problemática da representação em seu ensino e de dirigir-se a todas as classes de ensino secundário, para formular algumas hipóteses ou levantar questões sobre uma possível evolução das representações, considerando a idade dos alunos. As questões deveriam, portanto, ser simples e não conter um vocabulário muito específico;
- de modo a oferecer complexidade da representação e tornar possível identificar as "imagens fortes" da representação dos alunos e a maneira pelas quais tais imagens são estruturadas e organizadas por eles.

Formulação das questões e hipóteses

O jornal de número um, todo em preto e branco, apresenta uma capa com texto ocupando quase totalidade da página destacando o nome do jornal e demais informações da caixa texto que contém o título escrito em letra comics com a palavra história em letras garrafais. A página é dividida em três colunas: a primeira da esquerda é a do editorial, assinado por Geraldo Carvalho, identificado como editor do jornal *Bolando aula*, também editado pelo GRUHBAS, versando sobre as resoluções da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo quanto à reorganização das escolas e do currículo que diminuiu a carga horária de aulas semanais de disciplinas, entre elas a de história que passou de quatro para 2 aulas semanais no ensino fundamental. Há ilustrações ocupando o espaço das outras duas colunas no alto da página: trata-se de imagens dos povos incas ou maias, colunas gregas e um astrolábio, sobrepostas. Abaixo destas está o texto em arial apresentando o jornal, sem assinatura, organizado em duas colunas. E abaixo deste texto, o índice com o título do artigo, mas sem o nome do autor e com o número de página onde ele se encontra. Há bordas em toda página. São cinco artigos e uma entrevista que apresenta certa regularidade nesta fase. O expediente aparece na página 15 embaixo do anúncio para a assinatura do jornal. Os números das páginas aparecem no alto na extremidade externa acima da linha de borda junto com ano, mês e o ano do jornal, conforme figura nº 10.

No número dois a capa em branco e preto sofre mudanças nas bordas que aparecem dividindo o título, separando o índice com letras grandes mudando o tipo de letra e os títulos aparecendo em negrito, agora à esquerda. O editorial está sem assinatura escrito em letra arial, do centro para a direita a partir da meia página com uma ilustração acima na outra meia página reproduzindo um desenho da figura de Charles Chaplin fazendo malabarismo com fruta, livro, lâmpada significando idéia, blocos de letras e um mundo. A numeração das páginas aparece aqui dentro de um quadro preto escrito em branco e é variado o tipo e o tamanho das letras no corpo dos textos, títulos e nomes dos autores. Neste editorial, tratou-se do problema do professor frente às aulas, enfatizando a necessidade de informação que o jornal se propõe a fornecer.

O número três trás novas transformações no índice com utilização de outras letras e tamanhos, ainda grandes, porém, sem negrito. O editorial aparece dentro da imagem de capa, que é a de um pergaminho desenrolando-se, escrito com letra tipo cursiva assinada por Paulo Eduardo Dias Mello. O expediente passou para a página 2.

Há três páginas com anúncios: duas da editora atual que distribuiu o jornal nos primeiros anos e uma do Café Brasileiro conforme podemos observar nas figuras nº 11 e 12. O Café Brasileiro é anunciante cativo desde o primeiro número até a última edição deste ano, com anúncios sempre vinculados às temáticas da educação ou específicas como em relação à igualdade racial, como observaremos mais adiante.

FIGURA 11

Educação
Prioridade para o brasileiro

Para o Café Brasileiro, educação é prioridade no desenvolvimento de uma grande nação.

LIQUE GRÁTIS 0800-115252

Café Brasileiro
É mais gostoso!

Endereço: Rua...
Telefone: (011) 215-4225
Linha Verde: 0800-115252
CNPJ: 07.033.885-1818
CNPJ: 07.033.885-1818

FIGURA 12

Todo negro é um guerreiro

O dia 20 de novembro, dia do morto da Zumbi dos Palmares, foi adotado pelo Movimento Negro Brasileiro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

O Café Brasileiro, em um dos seus programas sociais, de reflexão acerca do papel da comunidade negra, combateu, por meio de uma campanha, a discriminação racial e apresentou, em parceria com o governo do Estado de São Paulo, um livro sobre a história da igualdade racial.

Para o Café Brasileiro, o livro é uma homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra.

Por isso, em cada pacote de Café Brasileiro, há um livro de história da igualdade racial.

Homenagem do Café Brasileiro ao Dia Nacional da Consciência Negra - 20 de novembro

LIQUE GRÁTIS 0800-115252

Café Brasileiro
É mais gostoso!

Endereço: Rua...
Telefone: (011) 215-4225
Linha Verde: 0800-115252
CNPJ: 07.033.885-1818
CNPJ: 07.033.885-1818

A forma como a imagem do professor aparece nas capas do jornal *Bolando aula de história* desta fase destaca-se nas ilustrações. As imagens das colunas gregas e do astrolábio fazem referência à história da civilização ocidental, predominante na história tradicional, buscando uma identificação com os professores de história que privilegiam essa perspectiva. Por outro lado, as imagens que valorizam objetos de estudo da história que não são escritos e pertencem à civilização inca remetem para uma tentativa de identificação com o professor que trabalha na perspectiva das novas abordagens historiográficas como história social, a história cultural, que valorizam outras culturas e objetos da cultura material como a arquitetura e instrumentos técnicos, entre outras. Esses registros confirmam as idéias dos editores de que a cultura docente é permeada pelo tradicional e o novo.

A predominância do texto sobre a imagem leva a crer que os editores supõem um professor leitor que tem certa familiaridade com a leitura, intelectualizado, que não se restringe às imagens e que quer informação e contribuições para sua prática em sala de aula. Entretanto, não se pode desconsiderar que a dificuldade de recursos para produção do periódico e o alto custo da impressão de imagens, bem como a ausência de um profissional da área específica do jornalismo para sua produção podem explicar o fato de os editores privilegiarem o texto.

Pode-se, ainda, identificar essa representação de professor leitor intelectualizado que está operando a transição entre as abordagens tradicionais e as novas abordagens por meio dos tipos de letras utilizadas nas capas, em que predomina o arial, uma letra que oferece menos pistas à leitura do que a *times new roman*, comumente utilizada na mídia impressa. A letra tipo arial não oferece a serifa como guia para orientar o leitor. Arrisco-me a dizer que utilizar esse tipo de letra pode significar uma tentativa de identificação com o "novo", o moderno, em contraposição às fórmulas editoriais consagradas na grande imprensa, conforme aponta Gisele Taschner (1992) em seu estudo sobre a *Folha de S. Paulo* em que destaca as fórmulas adotadas para a modernização do periódico.

No editorial do primeiro número, os editores questionam: “os currículos se aprimoram (...) como os professores lidarão com ele (...) se a carga horária diminui?” fazendo referência às dificuldades enfrentadas pelos professores de história devido às

medidas das políticas educacionais, que têm causado desemprego ao fechar escolas entrando em contradição com ideal anunciado de colocar toda criança na escola. Estas afirmações evidenciam que os editores têm uma representação de professor de história que se sente desvalorizado por essas políticas e procuram se contrapor a isso exaltando o papel do professor na sociedade: “uma coisa é certa: mesmo que a escola sozinha não possa transformar a sociedade, sem professores não há país possível”.(*Bolando aula de história*, Ano 1, n. 1, 1998, capa). Ainda no editorial do primeiro número, é possível localizar a referência à transição entre o tradicional e o novo: “Nossa cultura escolar tem se mostrado, ao mesmo tempo, tradicional e inovadora. (...) A ambigüidade prática do conceito de cultura escolar contemporânea brasileira (...) incide sobre a área da história de uma maneira particular”.

Para os editores, o professor de história leitor é aquele que quer mudar, mas precisa de apoio didático para realizar essa mudança, conforme está escrito no primeiro número, em que o jornal propõe-se a oferecer: “aos professores de história subsídios teóricos e práticos para a sua REINVENÇÃO didática. (...) Encarar a radical heterogeneidade de nossas realizações pedagógicas exige, sempre, novos materiais didáticos”.(*Bolando aula de história*, Ano 1, n. 1, 1998, capa). É possível notar, também, que os editores consideram as dificuldades que os professores de história enfrentam para obter novos materiais didáticos já produzidos. Essa representação parece combinar com a imagem tradicional do professor como reprodutor do saber, inclusive do “novo saber”, que não está acessível, mas que será “verticalizado” pelo jornal para que o professor possa reproduzi-lo. Portanto, se por um lado, há dispositivos tipográficos que indicam uma representação de um professor de história familiarizado com a leitura, que precisa de poucas pistas para realizá-la, por outro, os dispositivos textuais revelam uma compreensão mais tradicional do professor e seu papel.

Cordeiro (2002) observou a aparente convivência e até associação do ensino tradicional com a renovação e indagou as raízes desse fenômeno na atualidade, realizando um

estudo histórico das produções discursivas na imprensa periódica educacional dos anos 70 e 80, em que aparecem as formulações de crítica ao tradicional na educação, produções estas que se afirmam como *saberes pedagógicos* destinados a prescrever os rumos a serem seguidos no ensino das disciplinas escolares. (CORDEIRO, 2002, p. 26).

Assim, o autor estudou os usos das noções de novo e tradicional nas três principais revistas educacionais de São Paulo: os *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas; *Educação e Sociedade* e a *Revista da ANDE*.

Tratando-se de publicações diferentes, são revistas dirigidas por grupos diversos de educadores, com vinculações institucionais distintas, por vezes disputando entre si a legitimidade para prescrever as melhores alternativas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico dos professores. Além do mais, elas cobrem amplo espectro do campo educacional da época e das produções acadêmicas sobre a educação no período, já que funcionavam como órgãos divulgadores das pesquisas e das idéias desenvolvidas no âmbito, respectivamente, da Fundação Carlos Chagas, UNICAMP e da PUC-SP. (CORDEIRO, 2002, p. 27)

Esse estudo reveste-se de importância por discutir as noções de novo e tradicional que aparecem na proposta de formação veiculada pelo jornal *Bolando Aula de História* que se afirma portador da inovação pedagógica no que se refere ao ensino de história e da formação permanente com a utilização dos relatos de práticas e conferindo-lhe igualdade de status com a produção teórica. O editorial do número um do ano um, de fevereiro de 1998, explicita essa tendência:

Nossa cultura escolar tem se mostrado, ao mesmo tempo, tradicional e inovadora. (...) produção de periódicos, revistas e jornais, sobretudo voltados para a formação de professores e, em nosso caso, do professor de história. Pretendemos verticalizar ainda mais o lado inovador de nossa cultura escolar, oferecendo subsídios teóricos e práticos para sua reinvenção didática.

Essas representações de professor identificam também as representações de suas práticas: reprodutora de saberes teóricos e práticos que são objeto de sua formação, no caso, a formação permanente, que diz respeito à sua “atualização e aperfeiçoamento”. Dessa maneira, o jornal repete o modelo tradicional em que o papel do professor é o de reproduzir o saber científico, o saber prático apropriado pelos agentes de formação continuada que trazem as propostas inovadoras para solucionar as dificuldades do professor.

As representações de professor inscritas no jornal *Bolando Aula de História* parecem contraditórias nessa primeira fase e oscilam entre a idéia de que suas práticas constituem a reprodução do conhecimento de outrem e a de inovação, marcada pela

utilização de novos objetos e referenciais de análise da história. Os conteúdos tratados nos três primeiros números do jornal privilegiam autores professores da rede pública e relatos de experiências, conforme é possível observar na **TABELA VI**. Os temas confirmam essa tendência, pois apresentam textos teóricos das abordagens historiográficas originadas na Nova História como a história do cotidiano, a história social, por exemplo. Os principais colaboradores neste período foram Circe Fernandes Bittencourt, Antonio Aparecido Primo que trataram das seguintes temáticas: representações sociais, o uso de imagens e do jornal no trabalho em sala de aula, futebol, o tempo, o trabalho no ensino de a história, história local e memória confirmando a tendência às abordagens historiográficas advindas da História Nova. Identificam, também, as abordagens pedagógicas que adotam como princípio a contextualização, o uso das múltiplas linguagens, a interdisciplinaridade em destaque nesse período.

1.2. Experimentando a profissionalização (1998, n° 4 e 5)

Essa fase do jornal é marcada pelo ingresso de Wanderson Lopes de Oliveira, profissional de projeto gráfico e diagramação, que promove transformações no periódico dando-lhe um caráter de produção mais profissionalizada, mas que demonstra ainda resquícios do amadorismo anterior e da presença das mesmas representações do professor de história da fase anterior.

A capa do jornal n° quatro é a expressão mais significativa dessas mudanças como se pode observar na figura n° 13. Ela conta com a utilização da fotografia, destaques diferenciando os artigos com variação nos tamanhos e tipos de letras e já prescrevendo um percurso de leitura. O editorial passa para a contra-capas figurando com título em segundo plano a uma tarja preta escrito em letras grandes cinza à esquerda no alto, e o nome do autor em letras menores brancas à direita, estratégia que indica ao leitor a sua importância, pois é o único texto com identificação de seção. Esta página também apresenta o expediente numa caixa de texto com as extremidades pretas onde se lê “expediente” escrito em branco na parte superior e a página do grupo na *internet* juntamente com seu *e-mail*. O interior da caixa é cinza e os nomes e funções dos seus editores e equipe escrita em preto. Na parte inferior da página há a ficha para assinatura do jornal com referência a garantia do

trabalho coletivo e descontos para assinaturas coletivas. A localização desta divulgação do jornal incentivando a assinatura na segunda página indica que os editores acreditavam inicialmente nesta fórmula para ampliar o alcance de sua interferência nas ações de formação permanente. Acreditavam ainda que o jornal deveria servir aos professores no seu dia-a-dia na escola sendo utilizado como instrumento de discussão em seus horários coletivos como as HTPC (Horário de trabalho pedagógico coletivo) instituídas na rede estadual de ensino com a reorganização das escolas citada anteriormente.

FIGURA 13

Bolando aula de HISTÓRIA

Apoio didático para Professores do Ensino Fundamental

http://www.gruhbas.com.br CIRCULAÇÃO NACIONAL TIRAGEM: 10.000 EXEMPLARES ANO 1 - Nº 4 - MAIO DE 1998 email@gruhbas.com.br



EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS:
um plano de atividades a partir de imagens

Como trabalhar a história dos astecas com crianças? A proposta do professor Nico é incluí-las na história, inseri-las como parte dos temas que serão abordados em sala de aula. O eixo temático: "Educação das Crianças". Mas, não só. Ele propõe que se parta de uma linguagem que invade o cotidiano de toda criança: a imagem. Resultado: neste artigo Nico apresenta um plano de atividades a partir de imagens da sociedade asteca pensando no tema da educação da criança. Vale a pena conferir.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE HISTÓRIA

O Bolando aula de História publica mais uma parte do texto preliminar dos Parâmetros Curriculares Nacionais de História para 5ª à 8ª séries elaborados pela equipe do MEC.

Queremos com isso atender a solicitação de vários colegas que gostariam de conhecer o processo de elaboração do currículo. O trecho selecionado procura responder questões-chaves que definem a linha da proposta do documento: Como se aprende História? Como se ensina História?

EM TEMPOS DE COPA DO MUNDO...

Penta Brasil! A copa do mundo transformará o futebol numa febre nacional, da qual a escola não ficará imune. Dar aulas de história aproveitando a oportunidade parece ser uma boa jogada. Mas como organizar conteúdos que tenham como eixo temático o futebol? Neste artigo enviado ao Bolando pela Cleonice, ATP de História da 17ª, você encontrará algumas sugestões de conteúdos e atividades que tem no futebol seu fio condutor.

O JORNAL NA SALA DE AULA

Como pensar o trabalho com o texto jornalístico nas aulas de História? Que realidade vivenciamos hoje frente a veiculação da notícia, da informação? Que papéis representou a imprensa perante o social? Que leitor formar? Geni Rosa Duarte trabalha com estas questões neste primeiro artigo, de uma série, que tratará do texto jornalístico na sala de aula.

EMILIA VIOTTI

Veja nesta edição a continuação da entrevista dada à equipe do Bolando. Viotti nos fala de história e pós-modernismo, cidadania, capitalismo e globalização. Conheça um pouco mais do pensamento de umas das mais importantes historiadoras do país atuantes nos EUA, onde leciona na Universidade de Yale, desde que foi aposentada pelo AI-5 na USP.



BOLANDO AULA DE HISTÓRIA NA INTERNET

Você já pode acessar o Bolando Aula de História através da home-page do GRUHBAS (grupo que edita o Bolando Aula) na Internet. Ao longo dos próximos meses pretendemos oferecer várias opções de consulta e serviços ao professorado, tais como:

- Uma agenda de eventos ligados à educação e história.
- Um banco de dados bibliográficos sobre ensino de história.
- A coleção completa do Bolando Aula de História.
- O nosso catálogo de cursos de formação continuada.
- Uma sala dos professores para troca de experiências e materiais de ensino.

Você é nosso/a convidado/a.
Nosso endereço é: <http://www.gruhbas.com.br>
Envie, também, sugestões, solicitações, críticas e artigos para nosso e-mail: email@gruhbas.com.br
Sua mensagem será recebida com toda atenção.

Percebe-se, assim, a utilização de preceitos do design gráfico abusando dos contrastes com fundos pretos, cinzas e formando blocos na página etc. que aproximam o visual do periódico ao de um jornal da grande imprensa. Há uma padronização nos títulos dos textos internamente e a utilização da letra tipo times new roman em todos os textos. Utiliza-se do recurso dos leads desde o editorial até os textos dos colaboradores. Abaixo do título, há uma linha preta preenchida onde se escreve em branco a página da Internet do jornal, a circulação nacional assinalada com um quadrado cinza rasurado, a tiragem: 10.000 exemplares, o ano do jornal, o número do jornal, o mês e ano da publicação e endereço eletrônico do jornal. Esses elementos atestam a profissionalização na produção do periódico conforme se apontou anteriormente.

Abaixo estão destacados os artigos que o jornal trás evidenciado a manchete sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais ocupando o espaço de duas colunas e, na coluna esquerda, uma caixa de texto em preto escrito em branco com imagem de escultura da civilização asteca destacando o artigo sobre educação das crianças: um plano de atividades a partir da imagem. Abaixo destaque para a entrevista de Emilia Viotti em caixa de texto cinza escrito em preto com a foto da historiadora. Na coluna do meio destaque para os artigos: “Em tempos de copa do mundo” e “O jornal na sala de aula em tipografia normal”. Na coluna da direita, vê-se a foto de um homem no computador: o *Bolando aula de história* na Internet. Os títulos dos artigos estão em arial e as sinopses em times new roman. Esta capa parece bastante densa, letra escura e forte, o escrito predomina ostensivo, aliado à escuridão que as caixas, preta e cinza, e a tarja cinza do título lhe dão. Embora seja bastante poluído, o contraste entre imagens e texto garante a atenção.

As capas ocupam um lugar de destaque na análise fundamentadas no que afirma Juarez Bahia, historiador da imprensa brasileira:

No Brasil, o movimento concretista dos anos 60 influi decisivamente na embalagem de jornais, revistas e livros com uma diagramação que equilibra grandes massas e grandes claros, com coordenadas em retângulos, poucos ornamentos, grandes fotos... (BAHIA, 1990, v.2, p. 120)

Conforme suas afirmações os claros da página impressa do jornal, preocupação da arte poética concreta, faz parte do universo de recursos gráficos destes poetas e, assim, o espaço não ocupado pela produção verbal ganha relevo,

Destacando-se e compondo o conjunto do texto de maneira a se igualar em importância semântica com a matéria jornalística, porque passou a trabalhar com a perspectiva de que o suporte da linguagem deixaria de se apresentar com a quase neutralidade que anteriormente lhe impunham. (FERREIRA JUNIOR, 2000, p.37).

Em seu estudo sobre as capas de jornal: a primeira imagem direcionou a análise da composição gráfica da página de certos jornais que, atualizando preocupações formais presentes em vários periódicos, sinalizada pelas soluções cujas características valorizavam componentes como o excesso, a hipérbole visual, as formas hipertrofiadas etc. conforme podemos observar nas capas dos jornais desta fase.

Ainda, Ferreira Jr citando Décio Pignatari (1998)

A diagramação passou a ser programação visual. Ou seja, ela passou a ser escritura. (...) criava uma nova forma de ideograma na diagramação (...) fazer uma proporção entre o espaço em branco e o número de palavras (...) o espaço em branco não era simplesmente passivo suporte. Ele passou a se ativo (...) a dialogar com a própria figura ou texto no qual estava metido. (FERREIRA JUNIOR, 2000, p. 86-87)

O editorial passou para a página dois, onde permanece até a quadragésima oitava edição, assim como o expediente na coluna esquerda abaixo e a proposta de assinatura do jornal. Há uma tarja preta logo após a borda em linha preta que separa do número da página – que agora tem um quadradinho preto e após o algarismo, e o nome do jornal à esquerda, o número mês e ano do jornal à direita no alto. Nesta tarja em segundo plano há o título Editorial e o nome do autor, neste caso: Paulo Eduardo Dias de Mello, que trata dos dilemas do professor frente à nova geração. Neste mesmo formato aparecerão os nomes dos autores dos artigos deste número e dos demais jornais até o número dezessete do ano dois. Todos os textos aparecem no formato de três colunas com box de chamada para trechos significativos do texto com nas revistas semanais com letra book antiga separadas por duas linhas pretas.

Tal proposta não vingou e o número cinco sofre nova reformulação que resulta na fórmula que perdurará no periódico até o número vinte e três quando Wanderson Lopes deixa a produção gráfica e diagramação do periódico. A capa do número cinco traz uma única imagem e os títulos dos textos veiculados quase que a circulam e aquele que é o destaque têm letras em tamanho maior ou tipo diferente de letra e está sempre à esquerda no alto e é o único que tem o autor mencionado, conforme se vê na figura nº 14. Esta

estratégia indica que os editores colocam em evidência os autores de renome para atrair os leitores enquanto os demais textos têm como apelo somente o seu conteúdo, pois os seus autores, parte deles membros ou capacitadores do grupo, não são amplamente conhecidos. Interiormente o periódico segue a mesma fórmula do número quatro.

FIGURA 14

Bolando aula de
HISTÓRIA
 Apoio didático para Professores do Ensino Fundamental

<http://www.gruhbas.com.br> CIRCULAÇÃO NACIONAL ■ TIRAGEM: 10.000 EXEMPLARES ■ ANO 1 - Nº 5 - JUNHO/JULHO DE 1998 ■ email@gruhbas.com.br

LIVROS DIDÁTICOS:

Circ e Bittencourt analisa as múltiplas dimensões do livro didático e sua relação com o saber escolar.

Informática e ensino de História

Lixo na História

O cinema no ensino de história

O Pensamento Racial na passagem do século XVIII para o XIX

O jornal número cinco apresenta novas mudanças radicais. Quanto ao título, mudam as letras do *Bolando aula* e do apoio didático e da *História*, em arial black. Há uma única imagem em segundo plano: a um menino que boceja ou lê diante de um livro aberto com uma das mãos na bochecha apoiando o rosto. Sobre ela o índice se distribui concentrando-se na esquerda onde se encontra a chamada para a manchete, escrita em letra arial branca com sombreamento cinza e contorno preto, e uma breve sinopse de três linhas sobre o artigo Livros didáticos, de Circe Bittencourt. Somente neste caso aparece a referência ao autor, os demais títulos estão escritos em preto, abaixo à esquerda, com letras muito menores que a manchete e um título, à direita, no alto em branco sombreado preto com letras menores.. Os demais aspectos mantêm-se idênticos.

A série possui dispositivos em seu projeto gráfico que contribuem para a padronização e conduzir a leitura organizando sua estrutura interna. A demarcação da série aparece sempre no auto da página: à esquerda o nome do jornal e a direita o número o mês e o ano sempre em preto, somente nos jornais n. 1, 2 e 3 ela aparece toda do lado esquerdo: o nome o número o mês e o ano. O nome do jornal agora esta à esquerda da página no alto ao lado do número da página, indicando que os editores querem reforçar o jornal como referência para o leitor. À direita localiza-se a informação do número do jornal, mês e ano de publicação. O nome dos autores dos textos está numa tarja preta acima do início do texto de modo a promover a rápida identificação.

Durante toda essa fase, o jornal conta com a divulgação de instituições acadêmicas, como o LAPCHE/FEUSP (Laboratório de Prática de Ensino de Ciências Humanas), Laboratório de Ensino de História da UEL. Há, ainda, anúncios publicitários, como por exemplo, do Banco Real, Editora Moderna, Petrobrás, que são apoiadores de eventos realizados pelo grupo, e na última fase, da Diarte e da editora Atual.

2. A invenção profissionalizada (1998-2000, n° 6-23).

Essa fase é de aprimoramento da profissionalização iniciada anteriormente e tem o predomínio dos contrastes na capa, ainda em preto e branco. Nos números 5 e 7, o autor das manchetes aparece junto ao título do texto, no caso, Circe Bittencourt e Nicolas

Davis, como estratégia para atrair os leitores uma vez que estes são nomes renomados na educação e ensino de história. Nos números 14, 15 e 16 os nomes dos autores aparecem em baixo de todos os títulos dos textos. A partir deste número, a página dois passa a ser inteiramente voltada para dar visibilidade ao grupo, pois nela se encontram referências aos editores e responsáveis pela produção e impressão, aos colaboradores do jornal em um quadro destacado de cor cinza com bordas pretas, o expediente. Isto é artifício importante, uma vez que o nome dos autores dos textos não figura no índice que está na capa.

As letras do nome do jornal adquirem os tipos que permanecerão até o número 48. Todas as letras serifadas e a palavra História em tamanho semelhante aos formatos das revistas de história conforme mostram as figuras nº 15 e 16, com uma faixa cinza do lado esquerdo com pano de fundo sob as três primeiras letras para identificar sua filiação a um componente curricular específico uma vez que editam outros periódicos dirigidos a outros segmentos da educação, conforme assinala anteriormente.

FIGURA 15

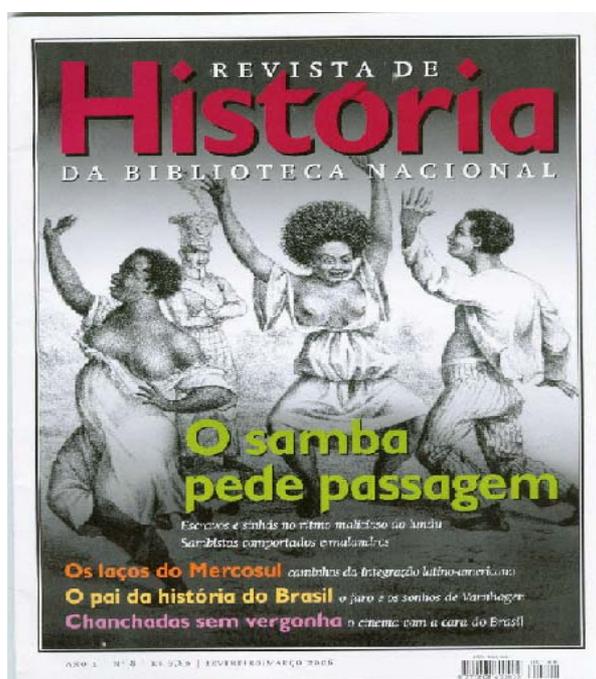


FIGURA 16



O jornal número seis volta a ter o título como no número quatro. A configuração da capa segue o mesmo padrão do número cinco com imagem – foto de totens das civilizações pré-colombianas como pano de fundo, em segundo plano. A maior parte do índice no lado esquerdo, com a manchete no alto em letras grandes arial black: “O documento no ensino de história”, com uma breve sinopse de quatro linhas em times new roman, e dois títulos do índice à direita: um deles em destaque em um quarto de circunferência preto escrito em branco arial com sinopse de quatro linhas no canto abaixo. Neste número aparece a agenda do *Bolando* na página dois abaixo do editorial, antes da proposta de assinatura, indicando eventos relacionados ao ensino de história, à educação e ao concurso para professor. Nos demais aspectos não há alteração.

O número sete apresenta na capa uma caixa de texto cinza dentro da caixa do título do lado direito escrita em branco – “exemplar p/ divulgação” e em preto – “venda somente por assinatura”. Aparece uma seção de cartas na página dois ao lado do expediente e abaixo do editorial e desaparece a agenda. O pano de fundo da capa é uma foto de alunos em aula com professor atrás, provavelmente do início do século XX.

O número oito tem como pano de fundo uma paisagem de montanhas e água com um homem filmando a esquerda embaixo. O índice tem a manchete em arial black grande: “Paisagem como documento”, sem referência de autor ou sinopse, à esquerda no alto e o restante do índice à direita. Aparece a seção “eventos” e um texto em arial, o último, na página 15.

O número nove apresenta o índice com o título da manchete todo à direita em arial black grande: “O imperialismo e o Fantasma”; os demais títulos aparecem à esquerda, todos sem referência de autor ou sinopse. Não aparecem nem a agenda nem a seção de cartas. A imagem da capa é o desenho do personagem Fantasma das histórias em quadrinhos. É reeditado o mesmo texto em arial na página 15.

Posteriormente ao número sete houve a opção pelo uso da letra arial em todos os textos. Esta opção pode indicar uma revisão na representação de professor e leitor dos editores, a introdução de profissionais da área de jornalismo que podem ter indicado tal modificação ou ainda significar algum tipo de redução de gastos na produção. Deve-se considerar que esse tipo de letra caracteriza a mídia impressa mais popular que atinge grandes públicos, bem como é utilizada em larga escala nas mídias informatizadas, podendo indicar uma tentativa de identificação do periódico como um veículo “moderno”,

atualizado e que, portanto, divulga as informações mais recentes sobre a história, o ensino de história e a educação. Informações não só mais recentes, mas ligadas ao cotidiano, já que, como um jornal, é um veículo das informações diárias, sempre renováveis, atualizáveis, de fácil manuseio, transporte e utilização para o professor. Essa mudança pode supor, também, uma leitura rápida e imediata que atenda o desejo que os editores atribuem a seus leitores de soluções práticas para o dia-a-dia da sala de aula. Considero importante destacar os tipos de letras empregados por considerar que

A tipografia confronta-se com o texto e com a mensagem do autor, porém não usa o alfabeto apenas para materializar o verbal. A práxis da tipografia revela um duplo caráter: o de mediação de um texto verbal, de signos lingüísticos entre o leitor e o autor do texto, e o de co-autoria, uma vez que as opções gráficas estabelecidas pela atividade trazem um sentido próprio que influi sobre o leitor. Nesse sentido, o signo gráfico integra tanto o código verbal como o visual. (FERRAZ, 2004, p. 108)

Portanto, a opção dos editores pelo tipo de letra arial para os textos no interior do jornal, bem como pelos outros tipos de letras utilizados na sua impressão caracterizam mais um dispositivo que regula a leitura, tão determinante quanto os demais já citados. Refiro-me aqui as considerações de Brody (apud Villas-Boas, 1998, p. 120):

No império da imagem, a tipografia também compete no campo da batalha da percepção, buscando dar forma e limitar a possibilidade de visão. A questão não é as palavras que usamos, mas como as mostramos. A mensagem inicial da comunicação escrita é o estilo da letra. A escolha da família, do peso, do tamanho e da posição dita a resposta emocional a qualquer peça de informação e desinformação. A tipografia comanda a nossa atenção.

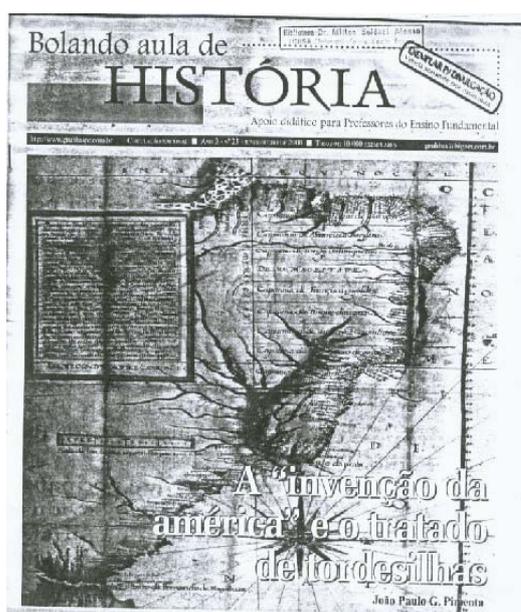
Considerando essas proposições, os tipos de letras utilizados na publicação em questão permitem, no caso da times new roman, uma leitura orientada pela existência da serifa favorecendo uma relação mais concentrada, em que o movimento dos olhos baseia-se no maior contraste produzido pela espessura de suas linhas, diferentemente do que é exigido pela letra tipo arial que, por suas linhas mais finas e a ausência de serifa, apresenta menor contraste. Tal distinção, por sua vez, supõe diferentes representações de leitores, mais habituado à leitura extensiva ou menos habituado a ela, por exemplo.

Outro aspecto a destacar é a utilização do periódico como instrumento revelador de concepções de educação. Pinheiro (2000), em seu estudo sobre a imprensa escolar através do jornal *Nosso Esforço*, observa sua utilização como prática e instrumento

pedagógico revelador de concepções de educação e mediações sociais existentes na escola. Seu trabalho qualifica-se na categoria de educação infantil. A autora observa o processo de produção como prescrição de novos métodos pedagógicos, da racionalização do trabalho escolar, característicos da pedagogia moderna, inscritos no jornal que pesquisou. Já no caso do jornal *Bolando aula de história*, pode-se afirmar que, no tocante ao trabalho do professor de ensino fundamental e médio na disciplina de história, as prescrições dizem respeito a novos métodos de ensino, baseados nas novas abordagens históricas e historiográficas e nas novas abordagens pedagógicas, que privilegiam a utilização de novas linguagens, de novos materiais didáticos, a adequação as novas tecnologias da comunicação e da informação, a sociedade do conhecimento, as reformas educacionais nacionais e estaduais. Nesse sentido, cabe destacar as referências aos Parâmetros Curriculares de 1996 e à Proposta Curricular da CENP de 1992, bem como a outras transformações do sistema educacional paulista: a reorganização das escolas estaduais, a progressão continuada, a jornada hora aula ampliada, as salas de aceleração de 1996. Tais referências podem ser observadas mediante o exame do conteúdo veiculado nas capas do jornal durante os dois primeiros anos da publicação, em que a maioria desses temas foi anunciada sob a forma de manchetes.

A figura nº 17 reproduz a última capa desse período evidenciando os diferentes projetos gráficos entre esse período e o seguinte.

FIGURA 17



3. A busca de marcas de impressão (2000-2005)

3.1. O cinema ganha a cena (2000-2004, n° 24-44)

Nilo Castro é um dos principais colaboradores do jornal que não é do grupo com 22 textos publicados sobre cinema. Ele é professor substituto da escola de aplicação da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Segundo Sueli Rocha o jornal chegou as suas mãos e ele tornou-se assinante, posteriormente enviou textos para publicação que foram aceitos pelos editores, passando a enviá-los regularmente. Ele também foi convidado para realizar capacitações (realizou 2), mas a distância levou-o a não aceitar mais convites para realizá-las. Com a sua contribuição, a linguagem cinematográfica tem destaque no periódico, que na apresentação feita no primeiro número, ressalta a “a utilização do cinema em sala de aula”. Essa linguagem ocupou espaço sistemático e permanente no periódico desde o número 15, mas a partir do número 24 assumiu a liderança na estratégia editorial do periódico tornando-se a referência de capa dos jornais até o número 44, em que sempre se reproduzia uma cena do filme que seria objeto de artigo de Castro. O último artigo deste autor foi no número 46. Os seus textos apresentam elementos da teoria da história, da teoria do ensino de história e de apoio didático. Inicialmente ocupavam uma página, a partir do número vinte e cinco passou a ocupar duas páginas, chegando a três páginas no número quarenta e um e a quatro páginas no número quarenta e três, o mesmo volume de páginas dedicado aos colaboradores renomados como os que constam da Tabela I, Paulo E. D. Mello ou ainda a alguns capacitadores do grupo. Fica evidente, portanto, o lugar de destaque que este ocupou durante o período de em que colaborou com jornal.

Esse fato demonstra que os editores acreditam que essa linguagem constitui um instrumento importante para as práticas pedagógicas inovadas, razão pela qual os leitores devem ser adequadamente orientados para utilizá-las. É possível também apontar a aproximação com as indicações dos PCNs:

Utilizar as diferentes linguagens, verbal, matemática, gráfica, plástica como instrumento para reproduzir, expressar, comunicar suas idéias; (...) Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos par

adquirir e construir conhecimentos. (PCN – História e Geografia, 1997, p. 26)

O questionamento sobre o uso exclusivo de fontes escritas levou a investigação histórica a considerar a importância de outras fontes documentais, aperfeiçoando métodos de leitura de forma a abranger variadas formas de registro produzidos (...) oral, gestual, musical, rítmico. (...) Assim os documentos são entendidos como obras humanas que registram, de modo fragmentado, pequenas parcelas complexas das relações coletivas (...) São cartas, livros, relatórios, diários, pinturas, esculturas, fotografias, **filmes**, músicas, mitos, (...) (PCN – História e Geografia, 1997, p. 55 – grifos meus)

Outros autores tiveram algum destaque durante essa fase embora iniciaram sua colaboração em fases anteriores. Eles são citados nesse momento pelo fato de terem tido até quatro textos publicados durante o período analisado aqui. Com isso, pretende-se caracterizar as temáticas privilegiadas nessa fase. **Ely Souza Estrela** colaborou com sete textos discorrendo sobre a questão da terra. **Denise D’Aurea Tardelli**, capacitadora do grupo, esteve presente com seis textos sobre questões mais gerais da educação como papel do educador, transformação e democracia na educação. **Antonio Carlos de Oliveira** escreveu seis textos sobre o uso de várias linguagens no ensino de história.¹² **Antonia Terra** escreveu cinco textos sobre ensino de história e história. **Maurício de Araújo Zomignani**, capacitador do grupo, aparece com cinco textos de temas variados: ensino de história, política e inclusão e adolescência.

Eliane E. Ribeiro, formada em história, tem como característica a forte vinculação com a prática pedagógica, tendo quatro relatos de experiência publicados no primeiro ano do jornal e estabelecido constante parceria com Mary Kawauchi. Além disso, realiza oficinas nos diversos eventos organizados pelo grupo, incluindo os cursos e as assessorias que ele presta para as diversas prefeituras do país, conforme referências de autoria dos artigos no próprio jornal e informações dos editores quando das visitas à sede do GRUHBAS para consulta aos jornais do acervo.

Antonio Aparecido Primo formado em história, mestre em história pela FFLCHUSP sob orientação de Zilda Márcia Gricoli Iokoi em 1997, Ex-professor do Colégio Santa Cruz. Foi um dos elaboradores dos Parâmetros Curriculares Nacionais de

¹² Este autor aparece, em alguns números, com o nome de Antonio Carlos somente, mas os temas tratados e a caracterização do mesmo no final do texto permitem concluir que ele foi responsável pela por mais cinco textos apresentando projetos de ensino de história articulada à realidade dos alunos.

Educação de Jovens e Adultos, MEC. Colaborador expressivo do jornal, durante vários números, publicou vários relatos de prática e discussões sobre o ensino de história na educação de jovens e adultos. Mas a sua colaboração desapareceu depois do número quarenta e um (2003). Não pude apurar os motivos de sua saída, convém informar que ele tem atuado como formador do CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), passando a apresentar suas contribuições nos veículos de divulgação desta entidade, concorrente do grupo quanto à formação permanente em serviço.

Nessa fase, a estratégia mais usual que caracteriza a capa do jornal na figura nº 18 e 19 é, além das cenas de cinema, apresentar o título do texto sem referência ao autor ou ao número da página obrigando o leitor a folhear toda a publicação em busca do texto de seu interesse. Também se dá destaque ao título do artigo que deve ser lido em primeiro lugar em detrimento dos demais, com letras muito maiores e sempre no alto. Essas estratégias permitem considerar o índice como dispositivo do aparelho crítico integrante da estrutura do jornal que busca conformar práticas de leitura do mesmo, prescrevendo um percurso ao leitor: ler primeiro a matéria em destaque, percorrer necessariamente o periódico para localizar as demais, passando necessariamente pelas imagens, textos e anúncios que devem lhe prender a atenção. A organização do índice aliado à imagem na capa pretende sintetizar o conteúdo do periódico e convidar o leitor para apropriar-se deles.

FIGURA 18



No índice, a disposição dos textos reforça a maior importância atribuída à universidade, uma vez que as matérias em destaque são as dos grandes teóricos da educação, do ensino de história ou da história. O jornal parece sugerir ao leitor que ele deve primeiro tomar conhecimento da produção teórica sobre educação e, depois, obter informações sobre a prática que se desenvolve nas salas de aula. Desse modo, o periódico reforça a idéia de que o professor deve reproduzir o conhecimento acadêmico do qual procura ser um veículo de divulgação e acaba por se aproximar das práticas de formação que o grupo critica pelo fato de não atentar para as necessidades dos professores nem valorizar as alternativas desenvolvidas pelos próprios professores no interior da sala de aula. Assim, a tentativa de constituir uma “nova cultura docente, uma nova prática pedagógica” e de formação permanente anunciada pelos editores do jornal deve ser confrontada, ainda, com o fato do jornal veicular a política curricular educacional federal e estadual. Considero que se atribui às reformas um caráter inovador que é enaltecido no jornal, cujo conteúdo prescreve ações para que elas sejam efetivadas enfrentando as resistências do professorado.

Pinheiro (2000) analisa a materialidade do jornal *Nosso Esforço*, assim como a sua organização editorial e a estrutura temática – identificando um discurso cívico higiênico que influenciou práticas pedagógicas cívicas. No jornal *Bolando Aula de História*, pode-se identificar, na organização editorial e na estrutura temática, uma identificação com o discurso democrático de esquerda, de um certo corporativismo profissional sindical, ligado aos movimentos sociais que predominou na cultura dos professores de história nos primeiros anos da década de 1980. O editorial do número um já citado, referindo-se aos direitos dos alunos e professores diante da diminuição da carga horária da disciplina, e o do número dois enaltecendo o professor e aula, assim como os artigos que denunciam a política neoliberal evidenciam essa tendência na origem do periódico.

Entretanto, com decorrer dos anos, o jornal manteve o discurso democrático, mas abandonou a referência mais corporativa (profissional e sindical) e a ligação com os movimentos sociais identificando-se com o discurso oficial das reformas educacionais em curso no final dos anos 1990 e início do século XXI. Nesse período, o grupo afirmou-se como uma entidade prestadora de serviços de formação continuada. Os temas destacados pelo jornal, assim como a distribuição dos diferentes artigos, revela como seus editores

apreendem e aplicam o discurso reformista, em especial no que concerne à concepção de educação e de ensino de história que fundamenta os PCN. Isto aparece nos diversos artigos de Paulo E. D. Mello sobre os PCN de jovens e adultos e do ensino fundamental, que são transcritos no jornal, e no apoio dado ao SARESP, realizado pela SEE/SP, à Lei 10.639 e aos projetos de educação que trabalham com os alunos durante as férias, entre outros.

O jornal como instrumento de formação e intervenção na cultura docente implementa uma estratégia editorial que prescreve este discurso. Os dispositivos tipográficos, como o uso da letra arial, por exemplo, as capas com layout bastante semelhante às da mídia mais popular, indicam a importância que este instrumento adquire na tentativa de obter novos leitores, professores de história. Busca-se o público que está insatisfeito com a formação permanente que recebe e se procura conquistar os que não estão familiarizados com a leitura acadêmica, tão árdua, intensa e árida, mas também não se deixa de tentar atrair os que têm o hábito de ler revistas semanais: *Veja*, *Época*, *Isto É* e jornais diários: o *Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*. Para tanto, prescrevem-se práticas pedagógicas inovadoras, baseadas em novos materiais, bem como se divulgam entrevistas com os educadores renomados, de acordo com a “moda” pedagógica do momento. Além disso, procura-se contribuir para a implementação de novas medidas legais, como ocorre com a lei 10.639, que tem ocupado as temáticas do jornal nos últimos números analisados sendo destaque das capas destes mesmos volumes sequencialmente.

Nesse sentido, é importante notar que, a partir de 2000, as capas do jornal denotam uma aproximação do hibridismo com a sobreposição de imagens, a variedade de tamanhos e tipos de letras, a impressão de espelho estilhaçado das novas abordagens historiográficas, a idéia de fluidez, do movimento do tempo que urge com as imagens cinematográficas predominando, dando a impressão de consumo facilmente digerível e realizável quase descartável, em que o seu conteúdo pode ser superado a qualquer momento, como a dinâmica desenfreada da sociedade atual.

Aliada aos procedimentos jornalísticos adotados com a disposição do título do jornal, a diagramação da capa procura dar destaque para a imagem no centro e a localização do índice nas laterais. A distribuição das matérias procura apresentar temas atuais e contemplar características associadas tanto à elaboração teórica quanto à prática. Assim, é possível notar o uso da linguagem coloquial em editoriais, relatos, entrevistas e da norma culta nos textos que tratam de questões teóricas e de medidas legais. Há, ainda, o

destaque para trechos significativos dos textos e o uso de ilustrações, fotos, títulos e subtítulos, que constituem dispositivos tipográficos editoriais que organizam a leitura, prescrevendo uma maneira de ler, uma seqüência de leitura que começa com o editorial que indica o percurso que o leitor deve trilhar rumo à inovação pedagógica. Esse percurso passa pela atualização tanto em relação à produção do campo historiográfico e educacional, considerando-se especialmente, o ensino da história, quanto às experiências pedagógicas inovadoras.

Morrone (2003), estudando a revista *Nova Escola*, identifica as representações e concepções teórico-metodológicas que caracterizavam os discursos inerentes às matérias e ou reportagens publicadas relacionadas à História por meio da análise das capas dos números da revista em que este tema aparece. A autora destacou conjunto de imagens e dizeres, especialmente fotografias, chamando a atenção para artigos sobre experiências educacionais a partir de acontecimentos contemporâneos, das políticas sociais e reportagens especiais que estabelecem uma integração entre os movimentos sociais e as políticas públicas.

No jornal *Bolando aula de história*, percebe-se que as manchetes da capa imprimem um itinerário de leitura para induzir o leitor à leitura, prioritariamente, do artigo que, na maioria das vezes, traz informações sobre as políticas públicas educacionais. Esta estratégia editorial procura conquistar o apoio dos leitores para a implementação dessas políticas, podendo se aproximar do movimento de integração de movimentos sociais e políticas públicas, identificado por Morrone. As temáticas sobre a igualdade racial ilustram este fato, pois os autores que escrevem sobre isso para o jornal são membros dos movimentos que lutam por este direito e representantes dos órgãos governamentais – como a SEPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) – responsável pela implementação desta política que, inclusive, se responsabilizou pela impressão do número 48, dedicado a essa questão.

Além das capas e do índice, os editoriais constituem um dispositivo importante do aparelho crítico, pois assinalam a importância da obra e divulga o seu projeto. É parte de estratégia de prescrição de práticas ao apresentar as intenções dos editores traçando o percurso que o leitor deve trilhar na sua leitura do jornal e amplia seu poder prescritivo na medida que passa a ser escrito por autoridades do poder público (prefeitos e secretários de educação). A partir de 2001, qualificando o conteúdo dos artigos

publicados e emitindo suas opiniões sobre o trabalho do grupo, destacando a presença de professores ligados à academia, o editorial prescreve também visões, interpretações para os acontecimentos educacionais contemporâneos a edição dos jornais.

A organização do jornal em seções aparece mediante o destaque em letras grandes na cor cinza em arial fazendo pano de fundo ao título do texto sempre em preto e com as letras em tamanho ligeiramente menor usando o tipo times new roman; abaixo consta o nome do autor em letra menor, tipo arial, em negrito e sublinhado. Os títulos das seções mais permanentes são: cinema, história, cultura, crítica que variam conforme o número. Há outros em que figuram seções específicas de acordo com o tema que o jornal está tratando, por exemplo, multidisciplinar, multiculturalismo, EJA, Parâmetros Curriculares, Currículo, Memória. Esta estratégia visa orientar o leitor apresentando a temática que será tratada e ao mesmo tempo chamar-lhe a atenção. Além disso, visa a facilitar ao leitor a identificação do que está tratado no texto e serve como referência para a escolha do percurso de leitura que se deseja fazer, pois antecipa os conteúdos permitindo ao leitor ordenar sua leitura desprezando o que não lhe interessa e passando ao que lhe atraía mais pela definição e identificação que os editores lhes deram.

A indicação, identificação dos autores do texto aparece sempre ao final destacada por uma linha preta, abaixo da qual aparece o seu nome na mesma letra do texto – arial: primeiramente, a sua formação, depois suas ligações institucionais e, se houver, suas produções nas áreas. Esta estratégia de identificação visa a situar o leitor quanto ao autor, possibilitar a construção de alguma identidade do leitor com este, especialmente no caso dos autores professores da rede pública, ou dar credibilidade, sustentação teórica e inserção dos saberes veiculados no periódico com a academia, ou ainda sua articulação com a realidade e as instituições no caso dos autores institucionais.

3.2. A criação de números temáticos (2004-2005, nº 44-48)

Embora o primeiro jornal temático tenha sido o de número quarenta com o multiculturalismo, tornou-se sistemática esta estratégia a partir do número quarenta e quatro. Esse número do jornal, bem como os que os seguem tratam da igualdade racial e da lei 10.639, que é objeto de curso oferecido gratuitamente às Secretarias de Educação que

desejarem realizá-lo em todo território nacional. Essa é uma forma do grupo divulgar seus serviços de assessoria e credenciar-se junto a essas Secretarias de Educação.

Nessa fase, destaca-se o uso de boxes com bordas pretas, inseridos no meio dos textos, em negrito, com os trechos mais significativos funcionando, assim, para atrair o leitor e mostrar o que é mais importante no texto. Seja por oferecer uma síntese ou conter uma frase emblemática, esse recurso possibilita uma leitura rápida em que se apreende os aspectos centrais do seu conteúdo e, nos textos principais, ele aparece duas ou mais vezes. É importante observar que esse recurso é bastante utilizado nas revistas semanais. Essa característica dos excertos parece apontar as possibilidades de interpretar a produção do jornal como uma tentativa de produzir uma revista de baixo custo, o que reforçado pela composição das capas que foram se tornando mais próximas das capas de revistas, conforme evidenciam as figuras nº 20 e 21.

FIGURAS 20 e 21



As observações assinaladas sobre as fases do periódico permitiram traçar o processo de transformações evidenciando os diferentes projetos editoriais e estratégias que os mesmos ensejaram em cada momento. Evidenciou que as estratégias cumpriram eficiente papel diante dos objetivos de legitimação do grupo contribuindo para as

transformações que ele viveu no campo das ações de formação permanente considerando as práticas de leitura que estabeleceu através dos dispositivos que utilizaram para organizar leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado aqui sobre formação permanente e práticas de leitura mediante a análise do jornal *Bolando Aula de História* entre 1998 e 2005, produzido pelo GRUHBAS, não esgotou por completo a caracterização da publicação, mas pôde identificar as mudanças pelas quais passou em termos de conteúdo e de estratégias editoriais durante o período examinado.

O jornal é criado por um grupo de professores de história da baixada santista com vistas a alterar as práticas de formação permanente em voga num período em que iniciativas nesse sentido ampliam-se. Assim, o periódico surge como um veículo para diversificar e democratizar as ações de formação permanente de professores tentando fazer com que eles se tornem protagonistas dessas iniciativas. Mas, por outro lado, a publicação funciona como uma das estratégias para o grupo obter legitimidade nessa área e ser reconhecido no que concerne à formação docente e ao ensino de história.

Em sua origem, a criação do periódico pode ser entendida como uma maneira de possibilitar que o saber-fazer dos professores seja valorizado mediante a utilização de relatos de experiências como um instrumento privilegiado de formação permanente, numa tentativa de “inventar uma tradição” nessa área. Foi possível notar a vinculação do grupo com os PCN e a proposta curricular da CENP de 1992 e os princípios do ensino de história fundados na Nova História, voltados para as múltiplas linguagens e para as abordagens pedagógicas de caráter mais crítico. Durante o ciclo de vida do jornal examinado aqui, a intencionalidade de divulgar ações do grupo evidencia-se não só nos anúncios dos eventos produzidos por ele, mas também na publicação de textos dos palestrantes que participam desses eventos e dos capacitadores do grupo, bem como sobre os temas tratados nos eventos e nos cursos que fazem parte de seu projeto de formação permanente de professores. Pode-se dizer que o empenho em difundir os saberes relativos às práticas da sala de aula tem por objetivo central alcançar legitimidade para as iniciativas do grupo.

Sob o signo da invenção e da inovação na educação, os editores do periódico deixam entrever que o objetivo de verticalizar os conhecimentos relativos às práticas inovadoras no ensino de história mantém uma tradição da cultura docente que pode ser desvendada por este estudo mediante a análise das estratégias editoriais e dos dispositivos tipográficos utilizados pela publicação. A identificação de três fases no seu projeto editorial mediante o exame dos dispositivos que organizam a leitura permitiu compreender a presença dos artigos divulgadores dos PCN e da Nova História como uma tentativa de conformação de práticas e saberes que pretendiam abrangência e penetração em nível nacional entre os professores de história.

Tais fases evidenciam, ainda, que a publicação passou por um processo de profissionalização de sua produção do periódico que coincidiu com a institucionalização do grupo que a edita. Este processo evidenciou a passagem da tentativa de invenção de uma tradição à preservação de determinadas práticas de formação permanente por meio das práticas de leitura inscritas na materialidade do jornal. Desse modo, quanto mais profissionalizado se tornou o periódico mais ele ensejou práticas de formação permanente que se aproximavam de práticas tradicionais, pois se distanciavam da valorização das práticas desenvolvidas pelos professores em seu dia-a-dia que cederam espaço para a valorização da reprodução do saber produzido pela universidade e as instâncias oficiais. Além disso, a ampliação do grau de formação dos membros do grupo os aproximou mais do mundo acadêmico. Esse processo contribuiu para que o grupo conquistasse uma certa legitimidade no campo da formação permanente de professores não só de história, mas de todas as disciplinas, ampliando, assim, o alcance de suas iniciativas.

Por fim, cabe assinalar que este trabalho suscita mais questões do que aquelas que tentou responder, abrindo possibilidades para novas pesquisas que consideram a imprensa periódica educacional uma fonte de informação para a história da educação, das práticas de leitura e de formação permanente ensejando novas investigações sobre o jornal *Bolando Aula de História* sob outras perspectivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. A. de. 2002. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

_____, (org.) et al. 1996. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.

ANDRADE, L.T. 2004. Professor-leitor e sua formação. *Coleção Linguagem e educação*, Ceale. Belo Horizonte: Autêntica.

APPLE, M. W. 1999. *Conhecimento oficial: a educação democrática numa era conservadora*. Petrópolis: Vozes.

BARZOTTO, V. H. 1998. *Leitura de revistas periódicas: texto e discurso. Um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976)*. Dissertação de Doutorado, Campinas, UNICAMP.

BELO, A. 2002. *História & Livro e Leitura*. Coleção História &... Reflexões, 3. Belo Horizonte: Autêntica.

BICCAS, M. S. 2001. *O impresso como estratégia de formação de professores e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP

BITTENCOURT, C. 1998. Propostas curriculares de história: continuidades e transformações. In: BARRETO, E. S. de S. (Org.) *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

_____, Circe MF (Org.) 1988. *O saber histórico na sala de aula. ... O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto.

BORGES, A. S. 1998. *A Formação Continuada de Professores da Rede de Ensino Público do Estado de São Paulo*. Tese de Mestrado, PUCSP, São Paulo.

BOSI, E. 1994. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia da Letras.

BOURDIEU, P. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

CABRINI, C. A. 2000. *Ensino de História*. São Paulo: EDUC COMPED INEP.

CANÁRIO, R. 2000. "Territórios educativos de intervenção prioritária: a escola face à exclusão social", In: *Revista de educação*, vol. IX, n.o 1, (pp. 125-134).

CARVALHO, G. R. P. de. 2000. – *A minha formação eu invento: a história da formação das ações e desdobramentos de um grupo de professores em um trabalho de formação permanente* - Tese de Mestrado, São Paulo, FEUSP.

CAVALHO, M. M. C. e BICCAS, M. S. 2000. “Reforma Escolar e praticas de leitura de professores – a Revista de Ensino”. In: VIDAL, Diana *Biblioteca de formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica.

CARVALHO FILHO, R. P. de. 2003. *Práticas dos Professores de História do 1º ano do ciclo II em relação às facetas da Cultura Escolar*. Tese de Mestrado São Paulo, PUCSP.

CASPARD, P. & CASPARD, P. 1997. Imprensa pedagógica e a formação continua. In: CATANI, D. B. & BASTOS, M. H. C. (orgs.) 1997. *Educação em revista – A imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras.

CATANI, D. B. & BASTOS, M. H. C. (orgs.) 1997. *Educação em revista – A imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras.

CHARTIER, A. M. e HÉBRARD, J. 2002. *La lectura de um siglo a outro: discursos sobre la lectura (1980 – 2000)*. Barcelona: Editorial GEDISA.

CHARTIER, R. 2001. “Do livro a Leitura” In: Chartier, Roger (org.). *Práticas de Leitura*. 2ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade.

_____ 1999. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado (Prisma)

_____ 1994. Entrevista.)*Entrepassados*(, *Revista de História*, ano IV, nº 6

_____ 1994. *A Ordem dos Livros: autores, leitores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV E XVIII*, Brasília: Editora UNB.

_____ 1990. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa:Difel; Rio de Janeiro: Berthand Brasil.

CIAMPI, H. 2000. *A História pensada e ensinada* – São Paulo: EDUC FAPESP.

_____ 1997. *A História Pensada e ensinada na PUCSP – 1971/1988*. São Paulo.

CORDEIRO, J. F. P. 2002. *Falas do novo, figuras da tradição: o novo e o tradicional na educação brasileira (anos 70 e 80)*. São Paulo: Editora UNESP.

CORDEIRO, J. F. P. 1994. *A história no centro do debate: da crítica do ensino ao ensino crítico. As propostas de renovação do ensino de história nas décadas de setenta e oitenta.* Tese de Mestrado, São Paulo, FEUSP.

DARTON, R. 1992. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura, e revolução.* São Paulo: Companhia das Letras.

FALSARELLA, A. M. 2001. *Formação Continuada de Professores e Prática de Sala de Aula.* Tese de Mestrado, São Paulo, PUCSP.

FERRAZ, A. 2004. *A materialidade da linguagem gráfica.* Tese de Mestrado, Comunicação e semiótica, São Paulo, PUCSP.

FERREIRA JR., J. R. 2000. *Capas de jornal: a primeira imagem.* Tese de Doutorado, São Paulo, PUCSP.

FONSECA, S. G. 1993. *Caminhos da história ensinada.* Campinas: Papirus.

FONSECA, S. G. 1997. *Ser Professor no Brasil.* Campinas, SP: Papirus.

FUSARI, J. C. 1988. *A Educação do Educador em Serviço.* São Paulo: s.n.

GATTI, B. 2001. *Formação continuada e a importância da docência.* Transcrição texto de exposição oral apresentado pela autora em palestra da Formação de formadores do GAEE – Grupo de acompanhamento da ação educativa – SME/PMSP – PUCSP, São Paulo.

GIMENO SACRISTÀN, J. 1996. *Tendências investigativas na formação de professores.* Texto de exposição oral apresentado pelo autor na 19ª Reunião Anual da ANPED, Caxambú – MG.

_____ 1998. *O currículo – uma reflexão sobre a prática.* Porto Alegre, ARTEMD.

_____ 1998. Plano de currículo, plano de ensino. In: GIMENO SACRISTÀN, J. & PEREZ GOMES, A. *Compreender a transformar o ensino.* 4. ed., Porto Alegre, ARTEMED.

GLEZER, R. *Ensino de História, um projeto de Educação Continuada – pesquisa em andamento.*

GUSMÃO, E. M. 2004. *Memórias de professores que ensinam história: cultura e identidade docente.* São Paulo: Editora UNESP.

HADDAD, S. & OLIVEIRA, a.C. 2001. As organizações da sociedade civil e as organizações de educação. *Cadernos de pesquisa*, março de 2001, n° 112, p. 61 – 83. São Paulo: USP.

HARGREAVES, A. & EARL, L., MOORE, S. e MANNING, S. 2002. *Aprendendo a mudar: o ensino para além dos conteúdos e da padronização*. Trad. Ronaldo Cataldo Costa, Porto Alegre: Artmed.

_____ 1999. *Professorado, cultura y postmodernidad: cambian los tiempos, cambia el professorado*. Tradução Pablo Manzano, 3ª ed., Madri: Madrid Morata.

HÉBRARD, J. 2002. Os livros escolares da Bibliothèque bleue: arcaísmo ou modernidade. Trad. Laura Hansen e Maria Rita de Almeida Toledo. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, julho/dezembro n° 4, Campinas: Sociedade brasileira de História da Educação.

_____ 2001. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, janeiro/julho n° 1, Campinas: Sociedade brasileira de História da Educação.

LAWN, M. 2000. Os professores e a fabricação de identidades. In: NÓVOA, A. e SCHRIEWER, J. (orgs.). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: EDUCA, pp. 69-84.

LE GOFF, J. e CHARTIER, R. 1988. *História nova*. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes.

LIMA-HERNANDES, M. C. 2005. Apropriação indébita do discurso acadêmico: o discurso de divulgação científica. *Caderno de resumos do I Simpósio Internacional sobre práticas escritas na escola: letramento e representação*, 13 a 15 de junho de 2005, São Paulo: DLCV, FFLCH/USP.

LUCAS, J. G. 1992. *A Teoria da Formação do Educador*. São Paulo: PUCSP.

MARIN, A. J. 2003. *Aspectos Determinantes de Dificuldades na Formação de Professores em Nível de 2º Grau*. São Paulo. S.n.

_____ 1996. Propondo um novo paradigma para formar professores a partir das dificuldades e necessidades históricas nessa área. In: REALLI, A. M. M. R., MIZUKAMI, M. G. N. (org.) *Formação de professores: tendências atuais*. São Carlos: EDUSCAR.

_____ 2000. *Educação Continuada* – Campinas: Papirus.

_____, GIOVANNI, L. A. e GUARNIERI, 2004. *Formação e ação docentes: tempos sombrios os que delinham o futuro*. XII ENDIPE. Curitiba: Champagnat.

MARTINS, M. C. 2002. *A História prescrita e disciplina nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* Bragança Paulista: EDUSF.

MORRONE, M. L. 2003. *Revista Nova Escola: discursos, representações e prescrições pedagógicas no ensino de história – 1986-1995*. Tese de Doutorado, São Paulo, PUCSP.

NADAI, E. 1990. *A Prática de ensino e a formação do Professor de História*. Mimeo. São Paulo.

NÓVOA, A. 1992. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org.) *Os professores e sua formação*. Nova Enciclopédia, coleção Temas de Educação, 1. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

_____. 1997. Imprensa de educação e ensino. In: CATANI, D. B. & BASTOS, M. H. C. (orgs.) 1997. *Educação em revista – A imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: escrituras.

NUNES, S do C. 2002. *A concepção de Mundo no ensino de História*. Campinas: Papirus.

PARO, V. 1998. A Gestão da Educação Ante as Exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública. In: SILVA L. H. da. (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*, pp. 300-307. Petrópolis: Vozes.

PETRUCCI, A. 1999. *Afabetismo, Escrita e Sociedade*. Barcelona: Editorial GEDISA.

PINHEIRO, A. R. 2000. *A imprensa Escolar e o estudo das práticas pedagógicas: O jornal “Nosso esforço” e o contexto escolar do curso primário do Instituto de Educação (1936/1939)*. Tese de Mestrado, São Paulo, PUCSP.

RIBEIRO, M. G. 2000. *Crise do capital, neoconservadorismo e educação superior*. Anais da 23ª Reunião da ANPED. Educação não é privilégio. Caxambu. CD-Room.

RICCI, C. S. 1992. *Da intenção ao gesto: quem é quem no ensino de história em São Paulo*. Tese de Mestrado, São Paulo PUCSP.

ROSEMBERG, F. M. B. 2002. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, n. 115, p. 25-64.

RUDOLF, M. 2003. *Jean Ogum*. São Paulo: Nova América Editora.

SANTOME, J. T. 1998. *Alienígenas na sala de aula – uma introdução aos estudos culturais em Educação*. Tradução – Tomas Tadeu da Silva. Petrópolis: Editora Vozes.

SANTOS, A. M. S. 2005. *Os Cadernos de educação da escola cabana (1997-2004): dispositivos textuais e materiais para a estratégia de conformação e prescrição de práticas pedagógicas em Belém – PA*. Tese Mestrado, Programa Educação, História, Política e Sociedade, PUCSP.

SANTOS, F. A. 2005. *Escola nova e as perspectivas destinadas ao ensino da disciplina de geografia da escola primária em São Paulo no início do século XX*. Tese de Mestrado, Programa Educação, História, Política e Sociedade, PUCSP.

SCHNEIDER, O. *A revista educação phisycyca (1932-1945): estratégias editoriais e prescrições educacionais*. Tese de Mestrado, Programa Educação, História, Política e Sociedade, PUCSP.

SAUL, A. M. (Org.). 2001. *Paulo Freire e a formação do educador múltiplos olhares*. São Paulo: Articulação Universidade/Escola.

SCHÖN, D. 1995. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote.

SILVA, C. P. B. 2001. *Atualizando pedagogias para o ensino médio: um sobre a Revista Atualidades Pedagógicas (1950-19620)*. Tese de Mestrado, Programa Educação, História, Política e Sociedade, PUCSP.

SILVA, M. da 2001. *A Formação do Professor Centrada na Escola: uma introdução* – São Paulo: EDUC.

SILVA, M. A. 2002. *Intervenção e consentimento – a política educacional do Banco Mundial*. Campinas: Editora Autores Associados.

TANURI, L. M. 2000. História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, no. 14, pp. 61-88.

TASCHNER, G. 1992. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TEIXEIRA, V. L. 2004. Leituras e leituras na educação de jovens e adultos. In: PAIVA, M. A. S. dos...[et al.] (orgs.). *Democratizando a leitura - pesquisas e práticas*. Belo Horizonte: Ceale-Autêntica.

TOLEDO, M. R. de A. 2001. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931 – 1981)*. Tese de Doutorado, São Paulo, PUCSP.

TORRES, R. M. 1998. *Tendências da Formação de Professores nos anos 90* – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História e Filosofia da Educação – PUCSP.

VIANA, A. L. 1996. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, vol. 30, nº 2, p. 5-43.

VICENTINI, P.P. 1997. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista): Profissão docente e organização do magistério*. Tese de Mestrado. São Paulo, FEUSP.

ANEXO I

ASSINANTES INSTITUCIONAIS DO JORNAL *BOLANDO AULA DE HISTÓRIA*

1. Prefeitura Municipal de Americana a/c Secretaria de Educação e Cultura.
2. Faculdade São Camilo Fafi - Es a/c Biblioteca São Camilo - Cachoeira Do Itapemirim.
3. Prefeitura Municipal de Cajobi.
4. Escola Comunitária de Campinas.
5. Instituto de Ensino Superior de Cruzeiro.
6. APM da EMEF Padre Orestes Ladeira - Descalvado.
7. EE Professor Erasto Castanho de Andrade – Itaju.
8. EM Antonio Vicente Fonseca – Limeira D'Oeste.
9. EMEF Profa Reny Pereira Cordeiro – Marília.
10. Prefeitura Municipal de Mostardas a/c Secretaria de Educação.
11. Secretaria de Educação de Nova Mutum.
12. Fundação Bradesco - Centro Educacional Biblioteca – Osasco.
13. Secretaria de Educação de Pilar Do Sul.
14. EMEF Professora Vilma Fernandes Antonio – Porto Feliz.
15. Prefeitura Municipal de Salinas / MG, a/c Secretaria De Educação.
16. OSEC – Biblioteca – São Paulo.
17. Prefeitura Municipal de Várzea Paulista.
18. Secretaria De Educação de Vera Cruz.

ANEXO II

FICHA PADRONIZADA**JORNAL BOLANDO AULA DE HISTÓRIA****fevereiro de 1998 – em circulação^(*)****RESPONSÁVEL:** GRUHBAS PROJETOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS (sigla)**LOCAL DE PROCEDÊNCIA:** Santos – SP**CIRCULAÇÃO:** nacional – distribuição gratuita em eventos educacionais e por assinatura (18 instituições e 111 individuais – total 119).**APRESENTAÇÃO:** os primeiros números do Ano 1 (n. 1, 2, 3,4): 28 x 35 cm; os demais 280mm x 317mm e 16 páginas.**PREÇO:** R\$ 19,00 (assinatura)**PERIODICIDADE:** de acordo com os meses letivos: Ano 1 e 2 - mensal (9 números); os demais anos - bimestral (5 números).**TIRAGEM:** 10.000 exemplares, de acordo com a informação publicada na capa, mas houve tiragens superiores e inferiores em diferentes momentos, mas sem informação precisa.**GRÁFICAS:** Impressão – ARTGRAPH (Ano 1, 2, 3,4).
Pré e Impressão Editora Gráfica (Anos 5, 6,7).
Atual – E-Laprint (Ano 7, no. 46 e 47 e Ano 8, no. 48).
Distribuição - Editora Atual, até ser comprada pela Ática.**CONSELHO EDITORIAL:**

- N. 1 e 2 (Ano 1): Geraldo R. Pereira de Carvalho, Edson Florentino José, Mário Monteiro Neto, Mary Kawauchi.
- N. 3 (Ano1): Geraldo R. Pereira de Carvalho, Edson Florentino José, Mário Monteiro Neto, Mary Kawauchi, Paulo Eduardo Dias Mello.
- N. 4 (Ano 1) a n.6 (Ano 1): Geraldo R. Pereira de Carvalho, Edson Florentino José, Mário Monteiro Neto, Paulo Eduardo Dias Mello.
- N. 7 (Ano 1) a n.18 (ano 2) Geraldo R. Pereira de Carvalho, Edson Florentino José, Mário Monteiro Neto, Mary Kawauchi, Paulo Eduardo Dias Mello.

^(*) Esta pesquisa prevê o exame do material até o número 48 (Ano 8), relativo a fevereiro de 2005, devido ao prazo para a conclusão da dissertação de mestrado.

- N. 19 (Ano 3) a n. 43 (Ano 7): Geraldo R. Pereira de Carvalho, Mary Kawauchi, Paulo Eduardo Dias Mello e Sueli de Oliveira Rocha.
- N. 46, 47 (Ano 7) N. 48(Ano 8): Geraldo R. Pereira de Carvalho, Mário Monteiro Neto, Mary Kawauchi, Paulo Eduardo Dias Mello e Sueli de Oliveira Rocha.

OBJETIVO: Destaca que “a cultura escolar tradicional e inovadora convivem” caracterizando “uma ambigüidade que incide sobre a área de história de maneira particular”. Aponta o “uso de outras linguagens como recurso didático a “expansão dos paradidáticos que provocou como desdobramento a produção de periódicos, revistas e jornais voltados para formação de professores”. Pretende “verticalizar” o lado “inovador da cultura escolar”. Diante de “radical heterogeneidade a realização pedagógica exige novos materiais didáticos e este jornal pretende se um deles” - apoio didático. (trechos do editorial do n. 1, ano 1)

CONTEÚDO: O periódico reúne artigos, relatos de experiência, entrevistas, eventualmente resenhas e anúncios, Pretende disseminar o uso de outras linguagens como recurso didático e é favorável a expansão dos paradidáticos, periódicos, revistas e jornais voltados para formação de professores. Percebe-se claramente a divulgação dos referencias teóricos da nova história e seus desdobramentos, da teoria crítica e dos parâmetros curriculares. O periódico apresenta-se, assim, como um material de apoio didático diante da radical heterogeneidade que a realização pedagógica exige. Relata experiências de professores da rede estadual de ensino tanto de membros do grupo como de professores não pertencentes ao grupo apresentando uma proposta de prática pedagógica que foi bem sucedida usando novas linguagens. Os artigos em geral são de membros da universidade versando sobre o ensino de história e as entrevistas são com historiadores, sociólogos, pedagogos e autoridades educacionais que tem influenciado a educação e o ensino de história nas ultimas décadas, ou destes mesmos sujeitos que realizaram cursos ou palestras pelo GRUHBAS em suas assessorias.

MATERIALIDADE: Papel: jornal. Atualmente a capa e contra capa em papel *off set*.

Capa: no. 1 pouca imagem preta e branca e muito texto e foi diminuindo sucessivamente apresentando hoje muita imagem colorida, predominando as fotos e somente as chamadas dos artigos que contem o jornal, às vezes destacando um artigo/temática.

Índice: na capa com o nome do autor ou somente com o número da página.

Letras: Predomina o uso de letras com serifa tipo times new roman nos títulos tanto do jornal como dos artigos relatos e entrevistas e o uso de letras sem serifa tipo arial nos conteúdos dos artigos, relatos e entrevistas.

Imagens: Utiliza imagens e fotos nos artigos, entrevistas e relatos em preto e branco e colorida na capa.

Diagramação: quatro colunas de texto por página.

Tamanho dos textos: Artigos – de 3 a 4 páginas.

Entrevistas de 3 a 4 páginas.

Relatos de experiência: 2 página contendo em geral 2 em cada no. Do jornal.

Resenhas: 2 páginas.

Anúncios: 2 ou 3 páginas.

LOCALIZAÇÃO: Acervo do GRUHBAS PROJETOS EDUCACIONAIS
Biblioteca da UNISA.

ANEXO III

	<p>A paixão de cristo: meu ódio será sua herança</p> <p>AMISTAD: Uma sugestão para o trabalho em sala de aula</p>														0																	
CNE	<p>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações etno-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e da África</p>														6	004																

Escola Imaculada Conceição	Projeto: papo e chimarão													8	999														
Escola Mutirão	Acampamento ao pé da Mantiqueira: história, geografia, organização e convivência													6	999														
Escola, Ely Souza	Esboço de roteiro de estudo de história local: o caso dos santuários O rio São Francisco e o ensino de história O Sanatório de Bom Jesus da Lapa Sonho de Rose Restrição a propriedade da terra e a expropriação dos camponeses – parte I Restrição à propriedade da terra e a expropriação dos camponeses – parte II											/4p				998													

o, José Cássio	Máscul Remontando uma primeira página												p																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
----------------	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Oliveira , Antonio Carlos	<p>Projeto Fanzine</p> <p>Memória: quem sou eu?</p> <p>Oficina Pedagógica de História Oral</p> <p>Projeto;xeque mate , uma proposta para popularização do jogo de xadrez na escola</p> <p>Como não ser enganado nas eleições</p> <p>Vamos brincar de forca?</p>																														
Oliveira , Leila Floresta de	A construção do conhecimento no ensino fundamental													1	000																
Oliveira , Leo de	A história do negro passada a limpo na cidade de Santos													7	004																
Oliveira , Mario Antonio de	500 anos de dissimulação													1	000																

<p>Jaime Pinsk,</p>	<p>A escravidão no Brasil</p>																												
<p>Pragani, Luiza</p>	<p>História da Arte um diálogo com o mundo</p>																												
<p>Primo, Antonio Aparecido</p>	<p>O trabalho e a industrialização</p> <p>O trabalho e a industrialização</p> <p>Continuação</p> <p>Educação das Crianças: plano de atividade a partir de imagens</p> <p>Imagens sobre o trabalho escravo em Debret</p> <p>Imagens sobre o trabalho escravo em Debret</p> <p>Algumas constatações sobre o quadro atual do ensino de história na educação de</p>																												

	Entrevista jornalista Claudia Werneck											2		/N							
	A força de todos nós											6	002	/S							
												7		/N							
Theodó sia, Vera Maria Pereira	A migração no Brasil												998	J							
Antonia	Terra, O que é história												998	r							
	Reflexões sobre planejamento e relatórios											8	999								
	Lavadeiras do rio acarau											9									
	O que é história												000								
	Literatura de											7		/D							

ANEXO IV

Educação continuada

A educação continuada do professor é muito importante para a melhora da educação, ou seja, com um professor melhor preparado, o aluno aprenderá muito mais. Nestes últimos anos (2001-2002), o Gruhbas - Projetos Educacionais e Culturais atuou e vem atuando nos Pólos de Ribeirão Preto, São Roque, São José dos Campos, Araraquara entre outros.

Outras cidades que também investem na educação de seus professores são: Brotas, Corumbataí, Porto Ferreira, Rio Claro, Santa Rita do Passa Quatro, Cotia, Cuiabá/MT, Capão Bonito, Ilha Solteira, Taubaté, Jacareí, Bertioga, Maracaí, Pillar do Sul, Itapeva, Quisamã/RJ, Lençóis Paulista, Itumbiara/GO, Ribeirão Preto, Cravinhos, Santana da Parnaíba, Conchal, Araçariguama, Ibiúna, Itapetininga, Itapeçerica da Serra, Juquitiba, Vargem Grande Paulista, Araçatuba, Mairinque, Barueri, Cosmópolis.

Diretorias Regionais de Ensino:

Americana, Amparo, Dracena, Jaboticabal, Mogi Mirim, Sorocaba, São Vicente entre outras.

Universidades:

UNAERP - Ribeirão Preto e Guarujá, UNIVAP - São José dos Campos, UMESP - São Bernardo do Campo entre outras.

GRUHBAS - Projetos Educacionais e Culturais
Av. Almirante Cochrane, 194 conj 51 e 64
(Centro Empresarial 5ª Avenida)
Santos - SP/BR - CEP 11040-002
Telefax: 13 3271.9669
e-mail: - gruhbas@gruhbas.com.br
www.gruhbas.com.br

Todos os direitos reservados a Gruhbas - Projetos Educacionais © 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)